ISSN 1519-7204

Conceitos

Literatura, História, Educação e Espaços Urbanos

20

ANO XII
N. 20
Agosto/2014

ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN
ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS
Campus da UFPB

Conceitos

ISSN 1519-7204
N. 20, Vol. 1 (Ago. 2014)
118 páginas

Ricardo de Figueiredo Lucena
e Ricardo da Silva Araújo
(Orgs.)

João Pessoa · Paraíba · Brasil
Agosto de 2014

A revista **Conceitos** é uma publicação para divulgação de artigos científicos-pedagógicos, produzidos por docentes da Universidade Federal da Paraíba e colaboradores, promovida pela ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN, com distribuição gratuita e dirigida aos filiados da Entidade.

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

C744 Conceitos / Ricardo de Figueiredo Lucena e Ricardo da Silva Araújo (Orgs.). – Vol. 1, n. 20 (Ago. 2014).- João Pessoa: ADUFPB-Seção Sindical do ANDES-SN, 2014.

Semestral
ISSN 1519-7204

1. Ensino superior - periódicos. 2. Política da educação - periódicos. 3. Ensino público - periódicos. I. Lucena, Ricardo de Figueiredo. II. Araújo, Ricardo da Silva. III. ADUFPB.

CDU: 378

Conceitos

É UMA PUBLICAÇÃO DA ADUFPB/SSIND. DO ANDES-SN
Centro de Vivência da UFPB · Campus I · Cx. Postal 5001
CEP 58051-970 · João Pessoa/Paraíba · Fones: (83) 3133-4300 / (83) 3216-7388 · Fone/Fax: (83) 3224-8375
Homepage: www.adufpb.org.br · E-mail: adufpb@terra.com.br
João Pessoa · Paraíba · Agosto de 2014 · Edição número 20

APOIO CULTURAL
CREDUNI

CONSELHO EDITORIAL:

Albergio Claudino Diniz Soares (UFPB)
Albino Canelas Rubin (UFBA)
Beatriz Couto (UFMG)
Galdino Toscano de Brito Filho (UFPB)
Ivone Pessoa Nogueira (UFPB)
Ivone Tavares de Lucena (UFPB)
Jaldes Reis de Meneses (UFPB)
Lourdes Maria Bandeira (UnB)
Luiz Pereira de Lima Júnior (UFPB)
Maria Otília Telles Storni (UFPB)
Maria Regina Baracuhy Leite (UFPB)
Mário Toscano (UFPB)
Martin Christorffersen (UFPB)
Mirian Alves da Silva (UFPB)
Ricardo de Figueredo Lucena (UFPB)
Vanessa Barros (UFMG)
Virgínia Maria Magliano de Morais
Waldemir Lopes de Andrade (UFPB)

■ **ORGANIZAÇÃO, EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:**
Ricardo Araújo (DRT/PB 631)

■ **FOTOS/ILUSTRAÇÕES/GRÁFICOS:**
Originais digitais fornecidos pelos autores.

■ **REVISÃO DOS ARTIGOS**
Rejane Araújo (professorarejane@gmail.com)

■ **REVISÃO - ABSTRACTS:**
Gloria Obermark (familiaobermark@hotmail.com)

■ **FOTOGRAFIA DA CAPA:**
Estação Cabo Branco, Ciência, Cultura e Arte
João Pessoa/PB - **Foto: Ricardo Araújo**

■ **FICHA CATALOGRÁFICA:** Edna Maria Lima da Fonseca (Bibliotecária da Biblioteca Central da UFPB).

■ **DIVULGAÇÃO E IMPRENSA:**
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ADUFPB (ASCOM/ADUFPB)
Jornalistas responsáveis:
Renata Ferreira e Ricardo Araújo.

■ **COLABORAÇÃO E LOGÍSTICA:**
Célia, Da Guia, José Balbino, Lu, Nana e Valdete.

■ **GESTOR DE CONVÊNIOS - ADUFPB/CREDUNI**
Marcelo Barbosa

■ **DISTRIBUIÇÃO E CIRCULAÇÃO:**
Gratuita e dirigida aos filiados do sindicato.

Os textos assinados são de responsabilidade integral do autor e não refletem, necessariamente, a opinião da revista. É permitida a reprodução total ou parcial de textos, fotos e ilustrações, desde que seja citada a fonte e o autor da obra.

■ **CONTATOS:**
E-mails:
adufpb@terra.com.br (Célia Lopes)
revistaconceitos.adufpb@gmail.com (Ricardo Araújo)

■ **NÚMEROS ANTERIORES:**

A ADUFPB disponibiliza no site do sindicato (www.adufpb.org.br), na seção Revistas, todos as edições da Revista Conceitos em formato digital (PDF), que podem ser adquiridas gratuitamente (downloads) para consulta.

ADUFPB
Seção Sindical do ANDES-SN

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB - GESTÃO 2013/2015

Presidente
JALDES REIS DE MENESES (CCHLA)

Vice-Presidente
ROMILDO RAPOSO FERNANDES (CE)

Secretária Geral
TEREZINHA DINIZ (CE)

Tesoureiro
MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA (CCHLA)

Diretor de Política Educacional e Científica
FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA (CCS)

Diretora de Política Social
MARIA DAS GRAÇAS A. TOSCANO (CCS)

Diretor Cultural
CARLOS JOSÉ CARTAXO (CCTA)

Diretor de Divulgação e Comunicação
RICARDO DE FIGUEIREDO LUCENA (CE)

Diretor de Política Sindical
CLODOALDO DA SILVEIRA COSTA (CCM)

Diretora para Assuntos de Aposentadoria
AUTA DE SOUSA COSTA (CE)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia
ABRAÃO RIBEIRO BARBOSA (CCA)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia
PAULO CÉSAR GEGLIO (CCA)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras
MARINO EUGÊNIO DE ALMEIDA NETO (CCHSA)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras
NILVÂNIA DOS SANTOS SILVA (CCHSA)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus do Litoral Norte
CRISTIANO BONNEAU (CCAE)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus do Litoral Norte
BALTAZAR MACAÍBA DE SOUSA (CCAE)

Suplente da Secretaria
WLADIMIR NUNES PINHEIRO (CCM)

Suplente da Tesouraria
MARIA APARECIDA BEZERRA (CCS)

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CONCEITOS

(Atualizadas em Agosto de 2014 - Também disponível no site: www.adufpb.org.br)

A Revista Conceitos é uma publicação para divulgação da produção acadêmica dos docentes da UFPB, filiados à ADUFPB – Seção Sindical do ANDES-SN -, e que privilegia artigos e ensaios para divulgação científica. Os docentes interessados em publicar artigos na Revista Conceitos, deverão seguir rigorosamente as normas estabelecidas pelo Conselho Editorial da revista:

1. Serão aceitos textos em língua portuguesa com no máximo 15 (quinze) laudas e no mínimo 10 (dez) laudas, incluindo RESUMO, palavras-chave, ABSTRACT, referências bibliográficas, notas, ilustrações gráficas ou fotografias (no corpo do texto).

2. Os textos devem estar devidamente atualizados e revisados com o Novo Acordo Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (ABL). Após a inscrição e aprovação pelos Conselhos de Pareceristas e Editorial, o autor não poderá solicitar o artigo para modificações ou atualizações, salvo autorização dos referidos conselhos.

3. Não serão aceitos trabalhos que não apresentem RESUMO E ABSTRACT.

4. O(s) autor(es) deve(m) ser sindicalizado(s) na ADUFPB ou colaborador(es) formalmente convidado(s) pelo Conselho Editorial da Revista.

5. A primeira página do artigo deverá conter, além do RESUMO e do ABSTRACT, informações como nome completo do autor(es), função, departamento ou Centro onde leciona(m), bem como a instituição (Campi João Pessoa, Bananeiras, Areia ou Litoral Norte e outros), titulação e e-mail para contato.

6. Cada docente colaborador poderá publicar 01 (um) artigo por edição da revista como autor-titular do texto. As co-autorias serão avaliadas pelo Conselho Editorial, dando prioridade aos autores titulares dos artigos para contemplar maior número de docentes sindicalizados na ADUFPB por edição da revista.

7. Em parcerias com discentes da UFPB ou de outras instituições, o primeiro nome assinado deverá ser o nome do professor filiado à ADUFPB como autor-titular do artigo.

ESTRUTURA DOS TRABALHOS

Os artigos deverão ser redigidos em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5 e não devem exceder 15 páginas ou ser menor que 10 páginas, incluindo os títulos, resumos, palavras-chave, ilustrações, fotos e referências bibliográficas.
Deve constar na estrutura dos trabalhos, a partir da primeira página:

1) Nome do(s) autor(es):
Nome completo do(s) autor(es), seguidos de titulação*, local de atividade, e-mail para contato.
(*) Esses dados podem ser incluídos no documento como nota de rodapé, sem numeração.

2) Título do artigo

3) Resumo e palavras chaves - Com até 100 palavras

4) Abstract e palavras chaves - Em língua estrangeira (inglês)

5) Texto propriamente dito:

6) Referências:

A lista de referências deve ser ordenada alfabeticamente, alinhada à margem esquerda e colocada ao final do artigo, citando as fontes utilizadas. Para a melhor compreensão e visualização, no final deste regulamento são transcritos exemplos de referências de diversos tipos de materiais.

7) Ilustrações (fotografias, desenhos, gráficos, etc.).

As imagens publicadas na Revista Conceitos são impressas em preto e branco. Devem estar inseridas no corpo do texto para indicar sua localização para a diagramação do artigo, acompanhadas de legendas caso seja necessário, e com a indicação: Figura 1, Figura 2, Figura 3...

Os arquivos de fotografias digitais, ilustrações ou gráficos devem ser enviados separadamente no corpo do e-mail do autor. Devem ter boa resolução e legibilidade, nomeadas conforme as legendas no artigo (Figura 1, Figura 2, Figura 3).

As ilustrações devem permitir uma perfeita reprodução. É importante indicar a fonte ou crédito de autoria da imagem, seja ela ilustração, gráfico ou fotografia. A ADUFPB não se responsabiliza por reprodução de imagens não autorizadas pelos autores.

9) Notas de rodapé

As notas de rodapé deverão ser citadas de acordo com as normas da ABNT. http://www.trabalhosabnt.com/regras-normas-da-abnt-formatacao/nbr-6023

10) Observações:

a) Nos artigos inscritos, utilizar itálico somente para palavras estrangeiras.
b) Os trabalhos que não atenderem a estrutura proposta pelo Conselho Editorial poderão ser devolvidos aos autores a critério do Conselho de Pareceristas, sem avaliação de mérito.

11) AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos encaminhados à Revista Conceitos serão avaliados, individualmente, por três pareceristas ad-doc, reconhecidos por seu notório saber acerca dos temas inscritos. Para esta tarefa, será utilizado o sistema triplo cego e, com base nos pareceres obtidos, a Comissão Editorial emitirá um dos seguintes conceitos:

a) aprovado para publicação;
b) aprovado com correções;
c) rejeitado para publicação.

Quanto aos trabalhos não aceitos o autor será comunicado da decisão. Os editores não assumem a responsabilidade por opiniões/conceitos emitidos em artigos assinados e matéria transcrita. Os editores se reservam o direito de selecionar os artigos para publicação; ouvir parecer de especialista para averiguar a qualidade do trabalho; proceder à revisão gramatical dos textos e fazer correções desde que não alterem o conteúdo.

FORMA DE ENCAMINHAMENTO

Os artigos devem ser enviados em formato digital exclusivamente para o e-mail da Comissão Editorial: revistaconceitos.adufpb@gmail.com.
Sugerimos incluir na mensagem de e-mail um telefone (fixo ou celular) para uso do Conselho Editorial em caso de problemas no recebimento digital do arquivo.

IMPORTANTE: Os editores não se responsabilizam por extravio de artigos enviados para outros e-mails de contato do sindicato. Qualquer dúvida, entrar em contato através do e-mail: **revistaconceitos.adufpb@gmail.com** ou **adufpb@terra.com.br**, ou pelo telefone (83) 9958-9058 (celular ADUFPB/Recepção).

Sumário

Revista Conceitos · Ano 2014, Número 20, Volume 1.

PÁG. 11
APRESENTAÇÃO

PÁG. 12
O que a poesia brasileira anda aprontando hoje
Amador Ribeiro Neto

PÁG. 20
Considerações sobre o livro "De Pindorama ao Brasil"
Carlos Cartaxo

PÁG. 25
Anotações sobre a questão das telenovelas na educação escolar
Erenildo João Carlos
Laura Bezerra Cabral Neta

PÁG. 34
Educação e escola: da autoridade centralizada a miríades de liberdade
Luiz Pereira de Lima Junior

PÁG. 41
Aquisição de Linguagem - paralelo entre os dicendi em L1 e L2: breve reflexão
Maria do Socorro Gomes Barbosa
Fábio Lúcio Gomes Barbosa
Edja Coeli Fernandes Acioli Barbosa

PÁG. 53
O homem e a mulher da caatinga: aspectos históricos e culturais
Roberto Germano Costa
Alessandra Vieira de Lacerda
Jucilene Silva Araújo
Alberício Pereira de Andrade
Pedro Dantas Fernandes

PÁG. 61
Antes que a "Cidade de João Pessoa" se torne "Jampa", restaure "Parahyba"
José Flávio Silva

PÁG. 74
Arte Nouveau em João Pessoa: arquitetura no ensino de Artes Visuais
Robson Xavier da Costa
Maria das Graças Leite de Souza

PÁG. 83
Movimentos, visíveis e menos visíveis, do organismo intraurbano: em direção às periferias e à setorização dinâmica
José Augusto Ribeiro da Silveira

PÁG. 90
Auricoloterapia: terapia milenar e eficiente no tratamento de enfermidades
Eliane Marques Duarte de Sousa
Ana Karine Farias da Trindade
Iraídes Coelho Pereira

PÁG. 100
Projeto Nascer Maternidades: análise dos determinantes sociais nas gestantes HIV positivas
Maria Bernadete Sousa Costa
Maria Evania Silva Amorim

PÁG. 110
Fatores associados à infecção pelo HIV entre mulheres pardas ou negras
Stenio Melo Lins da Costa
Lívia Reis Duarte
Antônio Geraldo Cidrão de Carvalho
Maria de Fátima Alcântara Barros

Quixotesco e maquiavélico

Em um número da Revista Conceitos dedicado a assuntos de Literatura e História, Educação e Espaços Urbanos, nada melhor do que recordar o começo da modernidade ocidental – Cervantes e Maquiavel.

Aconteceu com as obras mais conhecidas de Nicolau Maquiavel e Miguel de Cervantes – "O príncipe" e "Dom Quixote" – os criadores da teoria política e do romance modernos na distância dos dois fabulosos séculos de nascimento da modernidade ocidental, respectivamente 1513 e 1605 –, o fenômeno de se tornarem tão populares que viraram adjetivos. Maquiavélico tornou-se sinônimo de pessoa astuta e diabólica na luta pela conquista do poder, na qual não interessam quais os meios de alcançar determinado fim, enquanto quixotesco virou símbolo de louco sonhador de objetivos utópicos e inalcançáveis.

Parecem antônimos: o príncipe maquiavelino é autossuficiente, frio e realista; por outro lado, o cavaleiro de Cervantes é dependente de devaneios e miragens inexistentes na realidade, feito o amor impossível de Dulcinea del Toboso. Michelet dizia a respeito de Joana D´Arc que o surpreendente na "donzela", que logo se tornou heroína nacional francesa, não era a loucura, mas o núcleo de lucidez que se escondia no devaneio.

Um homem do renascimento, como Maquiavel, convivia com a loucura no mesmo espaço, inclusive a elogiava se preciso fosse – lembremo-nos, a propósito, do famoso elogio de Erasmo de Rotterdam, escrito na mesma época. Qual loucura maior do que não medir esforços para atingir determinado fim? No realismo de meios e fins do príncipe, encontram-se acantonados a loucura e as lutas dinásticas europeias, tão bem descritas por Shakespeare (Hamlet, Ricardo III, Macbeth), que nada mais são que a dramaturgia da teoria política maquiavélica.

A assepsia entre razão e desrazão era desconhecida no mundo de Maquiavel. O ponto cirúrgico aconteceu exatamente no século seguinte, e o "Dom Quixote" – a saga do cavaleiro andante deslocado do mundo – significa exatamente um desses pontos de ruptura. Não é à toa que vinte e dois anos depois de "Dom Quixote" (1637), Descartes brindava-nos com "O discurso do método", sancionando em definitivo, através do método científico racional-moderno, a separação entre razão e desrazão, a mesma falsa assepsia da razão do trabalho de sangue e poder do Príncipe que formou essa entidade, conhecida como Estado Nacional ("o mais frio e cruel dos monstros", nas palavras de Nietzsche, o mesmo Estado que Marx, um dia, com suas utopias, pensou em fazer desaparecer).

Jaldes Meneses
Presidente da ADUFPB

Amador Ribeiro Neto*

O que a poesia brasileira anda aprontando hoje

RESUMO

A produção poética brasileira atual tem se pautado, com raras exceções, em um grande equívoco: parte-se do princípio de que é suficiente ter-se um sentimento e usar uma linguagem coloquial para fazer poesia. O conhecimento da história da poesia - brasileira e estrangeira – e o rigor com a linguagem poética têm sido sistematicamente desrespeitados. O presente artigo visa pensar sobre essa questão, tanto do ponto de vista teórico quanto da análise de poetas contemporâneos.

Palavras-chave: Poesia brasileira contemporânea. Criação poética e crítica literária. Linguagem poética.

ABSTRACT

The current Brazilian poetic production has been based, with rare exceptions, in a big mistake: if it is assumed that it is sufficient to feel and use colloquial language to make poetry. The knowledge of the history of Brazilian and foreign poetry, as well as the rigor with poetic language have been systematically violated. This article aims to think this issue both from a theoretical point of view, as well as by analyzing contemporary poets.

Keywords: Contemporary Brazialian poetry. Poetic creation and literary criticism. Poetic language.

(*) Professor Dr. do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. E-mail: amador.ribeiro@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Por que a crítica literária resolveu, de uns tempos para cá, incensar poetas? Vamos deixar os prosadores de lado, já que são de outra praia. Por que adular poetas que nada acrescentam ao imaginário e aos sentimentos? Às sensações e à inteligência? E, em especial, nada ao cuidado estético com a palavra?

Basta ler as quase três centenas de livros de poesia inscritos, por exemplo, nos dois últimos Prêmios Jabuti. O que se constata é que há uma produção restrita de poesia de qualidade. E esses raros e bons livros, não fosse o Prêmio da Câmara Brasileira do Livro, bem provavelmente estariam no limbo das livrarias. Quando não, das próprias editoras que mal os distribuem.

A situação da poesia em nosso país, salvo exceções que confirmam a regra, vai mal, muito mal. Publica-se quase freneticamente. Tanto nas redes sociais quanto nos blogues e nos sites. Além dos livros impressos, uma obsessão de quase todo escritor. Se for novato, o imprima-se é uma questão de honra. Melhor: de existência do poeta. Nada contra a ampla divulgação de poesia. Claro. O diabo é que a quantidade não tem revelado qualidade, como era de se esperar. Mas, vamos ao que interessa.

No Jabuti de 2012, Maria Lúcia Dal Farra arrebatou o primeiro lugar na categoria poesia com os devidos méritos de Alumbramentos. Maledicentes dizem que sua poesia não passa de um neoclassicismo. Olho gordo e vesgo dessa crítica. A poetisa sabe muito bem dialogar a tradição com a contemporaneidade, num entrelaçamento intercódigos admirável. E sua fluência verbal torna objetos não verbais bem mais palpáveis à percepção do leitor comum, desavisado, e do leitor iniciado pelas academias ou por ser autodidata.

Interessante: no mesmo ano, Curare, livro de poemas épicos de Ricardo Corona, não ficou nem entre os dez finalistas. A épica anda mesmo fora de moda. E quando um poeta vai retirá-la dos umbrais a que está relegada por público e crítica, claro que incomoda. E incomoda ainda mais porque não é um resgate puro e simples do épico: ele vem associado a uma pesquisa étnico-indígena que resgata sons e imagens da grafia de uma língua e de uma cultura que insistimos em sufocar. Taba de sons e ritmos. Aldeia de imagens e ideias. Tudo para reciclar sentidos, até então, sequer presumidos pelos Gonçalves Dias da poesia brasileira.

Ricardo Corona está mais para Sousândrade de Walt Street do que para I Juca Pirama. Aliás, o canônico poema gonçalveano chega a soar constrangedor diante do experimentalismo bem sucedido de Curare. Obras digeríveis, que são consumidas como água, escritas ao calor da emoção barata ou da aquiescência desleixada, andam fazendo a cabeça da crítica. E dos leitores. Cabeças ocas, diga-se. E confundindo jurados, que ora votam em Dal Farra, ora votam em Corona. Mas, na hora "H", não sabem reconhecer que ambos os poetas são muito bons.

Poesia para valer é pedra de quebrar dente. Quem dá o toque é ninguém menos do que João Cabral, em seu antológico poema, Catar feijão. Valéry, anteriormente, já preconizara: o bom do prato está no que é magro. Sem dúvida, considerável número de "poetas" e de leitores de "poesia" contemporâneos se compraz na redundância cuja taxa de informação é zero ou perto de zero. Uma poesia formada por clichês de cliclês. Sem inventividade. Uma poesia que se compraz em repetir o já dito, o esperado, o surrado.

E o pior: de forma já feita, vencida, superada.

Nossa "poesia" tem se dado muito mal na ânsia de ser divulgada por todos os modos e meios. O "poeta", na gana de ser lido, tem ficado na superfície, ao invés de mergulhar nas profundezas do rigor poético. A crítica anda vacilando.

2. A MARCA DA POESIA

É uma pena, mas tudo parece indicar que a grande massa de "poetas" e de "leitores de poesia" se compraz na palavra bem servida pelas adiposidades das redundâncias. Um excesso, poeticamente falando, sem sentido. Nem nonsense chega a ser. Já que o nonsense é regido por outra analógica que fascina o leitor. Lewis Carrol, só para ficar num nome, não nos deixa mentir. Sua Alice até hoje é obra impecável.

Nossa poesia contemporânea anda arquitetada sobre mesmices. Sem a mínima criatividade. Lembro que Millôr Fernandes, grande

haicaísta, partia do clichê mais bobinho para desconstruí-lo em imagens impagáveis. O resultado: espanto de prazer e gozo para o leitor. Leia e releia-se seu "Hai-kais". Um norte para todos os amantes dessa poesia japonesa, que soube muito bem se abrasileirar. Sem se desfazer da beleza estético-reflexiva nipônica. No entanto, o que se escreve, divulga-se e se lê hoje em dia, de um modo geral, visa encerrar a poesia num universo paupérrimo, tanto semântica, sintática, quanto morfologicamente. A lei do menor esforço vingou. Poesia virou poesiazinha. Parece que a lei é: o poema deve dizer ao leitor algo que tenha serventia para sua vida pessoal. Ou social. Quer seja: poesia como autoajuda.

O interessante é que o Professor Antônio Cândido, desde suas aulas no Curso de Letras na USP, incluindo seus livros da época, até mais os textos recentes, vem, incessantemente, batendo na mesma tecla: literatura é literatura. Sociologia é Sociologia. Fazer sociologismo da literatura é exterminá-la. Ou melhor, é deletá-la. O medo de se ensinar ou propagar uma literatura que privilegie o código literário ou a falta de repertório para tal tem levado professores e divulgadores a um apego exagerado ao tema, coisa que sufoca o objeto literário.

Há tempos, o renomado ensaísta Luiz Costa Lima disse que, na questão de Literatura e Sociedade, o problema nunca foi o Antônio Cândido, mas os "filhos" e, principalmente, os "netos" dele. Ou seja: os netos são os atuais professores universitários de literatura. Essa questão tem preocupado o autor do imprescindível Formação da Literatura Brasileira que, recentemente, frisou a necessidade de se voltar a ler os formalistas russos... Isto mesmo: Cândido disse isso. Por quê? Porque nossa literatura e nossa poesia contemporâneas andam sacrificando-se em nome de "causas sociais ou subjetivas". Deixam de lado o trabalho com a estética literária e poética.

Hoje, ao negar que "literatura é linguagem carregada de significado", revelamos uma ingênua visada diante da postulação de Pound (2006). Primeiro: qual poesia/literatura é pura forma? Existe essa abstração? Por princípio, toda "forma" já nasce contextualizada. E o contexto é social, entre outros aspectos. Forma é História. Segundo: desde quando fazer poesia é ter um tema e pouco ligar para linguagem? Chega de bobagens.

A marca da poesia é sua linguagem e seu significado. Unos.

3. POESIA DA BANALIDADE

Poesia que repete o já dito. O esperado. O surrado. Uns versinhos bem ritmados. Umas expressõezinhas que se pretendem bem-humoradas. Ou líricas. Ou contestadoras da ordem instituída. Poesias que recolhem cenas da paquera ao trabalho no escritório.

Enfim, tudo é considerado poesia. Afinal, ela é a expressão da subjetividade. E nada há mais sagrado, intocável e inquestionável que a subjetividade. Cada um gosta de ser senhor de si, principalmente quando se outorga o título de "poeta".

Ora, a dita poesia marginal surge natimorta por isso mesmo. Ela creu que bastava colocar no papel o que o sujeito sentia para aquilo ser poesia. Sabemos hoje, como sabíamos já na época fatídica, que o que essa "poesia" produziu serve de documento para estudos culturais. Estudos sócio-histórico-antropológico-políticos. E os cambaus dos anos 70 e 80.

Não é isso é o que encontramos nos livros que buscam estudá-la? Até hoje, não se escreveu neste país um único estudo, longo ou breve, que tome a "poesia marginal" como produto estético. Ela é sempre abordada como documento de uma época. Como retrato de uma geração. "Bella roba!, como brada o italiano.

Convenhamos: documento de época é jornal, é livro de história etc.

A dificuldade mora aqui: se é poesia, tem de se constituir, antes de mais nada, como linguagem. É a especificidade da linguagem que nos revela se um texto é científico ou ficcional. Não há como negar. Ou então caímos no relativismo absoluto em que tudo pode ser tudo.

Bem, não quero me ater a discussões retóricas, na acepção pejorativa do termo. Apego-me a fatos. Tal como os biólogos se atêm às lâminas comparativas. Na poesia, o que dizemos ganha significado pelo modo como é dito. E esse modo é certo cruzamento que se opera entre sons e sentidos. Roman Jakobson (2007) percebeu isso, para sorte da distinção entre linguagem poética e linguagem prosaica.

Não se nega que qualquer tema possa ser material poético. Nem mesmo que a mesmice possa ser poesia. Não se discute a qualidade do tema. Em poesia, discute-se o tratamento que o tema recebe. O tema pode ser A ou B. Pouco im-

porta. O que conta é que, sendo ele poesia, será revolucionário.

Oswald de Andrade e Manuel Bandeira são exemplos de que poesia pode ser feita com o mais trivial. Com o mais cotidiano. Com o mais banal. Sem deixar de ser poesia. Nos dois poetas, o sublime está no acerto com a palavra. Está no cuidado em tomar a palavra como matéria viva e vária. Está no saber rigoroso que é lírico, social e bem humorado. Bandeira compara seu amor com um porquinho-da-índia. Oswald fala que aprendeu a ver poesia com seu filho de dez anos. O que esses poetas estão nos dizendo e mostrando? Aquilo que os "poetas marginais" não foram capazes de perceber: que a poesia reside na construção verbo-sonoro-imagética da palavra. Na novidade do olhar que se surpreende com o que já conhece à beça.

Poesia é esse desinstalar do leitor. Esse transmudar o olhar para que veja de outro modo. Promover um insight que lhe dê prazer e a sensação de algo diferente.

4. ANGÉLICA FREITAS

Angélica Freitas (Pelotas, 1973) é formada em Jornalismo pela UFRGS e publicou dois livros de poemas pela renomada Editora Cosac Naif, de São Paulo. Estreou em 2009, com Rilke shake. No mesmo ano, o livro teve duas edições. Um fato raro em poesia. Em 2012, publicou Um útero é do tamanho de um punho. Em um ano, o livro, que contara com uma tiragem inicial de respeitáveis dois mil exemplares, logo tem nova reimpressão.

Que encantos tem a poesia de Angélica Freitas? Vamos ao poema que abre o livro. Cito-o, como sempre farei neste artigo, integralmente:

DENTADURA perfeita, ouve-me bem:
não chegarás a lugar algum.
são tomates e cebolas que nos sustentam,
e ervilhas e cenouras, dentadura perfeita.
ah, sim, Shakespeare é muito bom,
mas e beterrabas, chicória e agrião?
e arroz, couve e feijão?
dentinhos lindos, o boi que comes
ontem pastava no campo e te queixaste
que a carne estava dura demais.
dura demais é a vida, dentadura perfeita.
mas come, come tudo que puderes,
e esquece esse papo,
e me enfia os talheres.

Lido o poema, perguntamo-nos: a intenção é de fazer poema-piada à la Oswald? Longe, muito longe do que o poeta fazia, numa síntese brilhante de humor e intertextualidade. A intenção é de parodiar Drummond? Não consegue. Sua pseudoparódia não chega a lugar algum. Esgota-se nos trocadilhos duvidosos e nos clichês dos clichês, sem finalidade. A intenção é de fazer poesia coloquial? O tratamento textual não surpreende, não sai do usual e, assim, não promove o desvio da norma tão caro à poesia. A intenção é de escrever por escrever? Ah, isso foi conseguido. Mas não há méritos nessa empreitada.

Angélica Freitas atira para todos os lados e não acerta o alvo. Resta uma dúvida: ela tem alvo? A dentadura seria um deles? Creio que não. Então, por que abre a boca, menina? Oras, "esquece esse papo". E não reclame se lhe enfio "os talheres".

Uma das funções da crítica é de apontar as qualidades ou a falta delas, a fim de informar o leitor. Angélica Freitas vem sendo aclamada por uma parte significativa da crítica dos jornais de cultura desse país. A questão é que essa crítica, como estamos cansados de saber, tornou-se rasteira. E não há espaço suficiente para se discutir sobre um poema, um conto sequer. Daí que a louvação cai no sem-sentido. Isso não é bom para a literatura. E para nenhuma arte. Mas é o que tem acontecido. Devido ao exíguo espaço dos jornais? Devido à submissão ao politicamente correto, a crítica se tornou sinônimo de elogio? Sempre enxergar o lado bom de tudo? Vivemos mergulhados em um elã à la Poliana? Ou à poliartrite das múltiplas e duvidosas articulações?

Vamos ao poema que encerra o livro:

fim

keats quando estava deprimido
se sentindo mais pateta que poeta
vestia uma camisa limpa
eu tomei um banho
com os dedos ajeitei os cabelos
vesti roupas limpas

olhei praquele espelho
o suficiente pra
sem relógio caro
fazer pose de lota
e sem pistola automática
pose de anjo do charlie
então eu disse: "é, gata"
rápida, peguei as chaves
saí num pulo
só fui rir no elevador.

Lemos o poema e ficamos pensando: é ingenuidade ou falta de informação da poetisa? Ou, quem sabe, ela esteja usando a cartilha de algum poeta canastrão que ainda não se deu conta de que a poesia espontânea nunca teve lugar na sala de qualidade estética? Angélica Freitas revela um desconhecimento tão grande da história da poesia – brasileira e estrangeira – que chega a corar seu leitor. Ela o faz sentir-se "pateta". Em tempo: epifania e alumbramento – dois conceitos da maior importância estética – não são recursos presentes em seu livro. Ela só dá bandeira, ela só dá bandeira...

Seu poema, via de regra, é uma sucessão de imagens que buscam o nonsense através de intertextualidades. Pena que ambos, aqui, estejam desprovidos de uma funcionalidade. É, por exemplo, o nonsense pelo nonsense. Então para quê? O melhor dos recursos poéticos, quando usado gratuitamente, não se propaga, não rende poesia, não desinstala o leitor. Antes: aloja-o numa posição confortável, já que facilmente digerível. Poesia é pedra de quebrar dente, ensina-nos João Cabral. O fácil enfada, lembra-nos Valéry.

Tomemos as intertextualidades: o que acrescentam ao poema "fim"? Quando se incorpora a voz do outro é com uma destinação. Evidente. Não como um falso objetivo. Outra coisa: a presença da voz do outro não é garantia de qualidade. Caso contrário, quem saísse por aí colando citações seria, de per si, um poeta. Sabemos que não é.

Angélica Freitas deve deixar a poesia dos outros poetas em paz e fazer sua própria poesia. Coisa que ela não consegue nesse livro de estreia.

Vamos a outro poema do mesmo livro:

AGOSTO A OITAVA coelhinha da play boy
ou o templo dourado de kinkakuji
ou um gato e um pato num cesto

meu avô não gostava de agosto
dizia agosto mês de desgosto
quando passava dizia agora não morro mais

Dá para perceber que a poetisa gosta da enumeração (no primeiro terceto). Ok, um recurso. Nada contra. Drummond, por exemplo, em certa fase, usava-a à mancheia. Nele ela tinha um significado que o leitor descortina – às vezes, à primeira leitura, às vezes, em leituras posteriores. Mas o significado estava embutido, e a enumeração ganhava pertinência. Aqui, como nos poemas citados, e em grande parte do livro, ele é um mero adorno. E adorno nunca rendeu poesia.

Vamos a outro poema:

não consigo ler *os cantos*

vamos nos livrar de ezra pound?
vamos imaginar ezra pound
insano numa jaula em pisa enquanto
os americanos comiam salsichas
a pasta de amendoim nas barracas
querido ezra, quem sabe o que é cadência?
vamos nos livrar de marianne moore?

Eis mais um exemplo de como não se fazer poesia: tripudiando com a voz do outro sem um porquê e esbanjando-se na mesmice. Ninguém é obrigado a gostar de Pound nem de Moore. Mas, se a voz deles é incorporada ao poema, deve-se dizer, repito, a que veio. Veio, mais uma vez, sem pertinência alguma? Veio com a intencionalidade de um reles humor? Bem, poeta que não domina a linguagem da poesia e acredita que os recursos presentes em manuais ou em oficinas de poesia são garantia de um bom poema nasce predestinado ao engodo. Quer ser astuto, mas está fadado ao engano. Autoengano. Engano sem fingimento é tiro no próprio pé.

Todavia, incensada por determinada ala da crítica de jornal, ela lança seu segundo livro: Um punho é do tamanho do útero. Na orelha, Carlito Azevedo pontua: "Já nos primeiros versos de qualquer poema seu [de Angélica Freitas], há uma atmosfera feliz e profanadora que nos con-

vida a relativizar o gigantismo de certos sentimentos solenes que, por muito tempo, quiseram, e ainda hoje querem, se fazer passar pela poesia mais autêntica, pela mais sensível forma de se viver em estado poético".

Carlito é generoso, mas não é justo. Não basta malbaratar os temas (sejam eles solenes ou triviais) para se chegar à boa poesia. Cortázar observou que uma pedra sobre a palma da mão pode render um bom texto literário. Antônio Cândido, há décadas e décadas, ensina-nos que o tratamento da palavra é o que importa em literatura. Não a grandiosidade ou a pequenez do tema em si. De fato, nos primeiros versos do poema citado acima, o leitor é convidado a uma atitude de irreverência. Isso até poderia render bons frutos. Mas, ao dar continuidade à leitura, ele percebe que a poetisa não dá conta do que anunciara – e que o poema prometera. Ele degenera para o surreal, ainda que a partir de fatos históricos. Esvazia-se em si mesmo. Frustra o leitor.

Ou será que Carlito Azevedo se emociona, se toca, se liga na mesmice do poema "Uma mulher gorda"? Transcrevo-o:

uma mulher gorda
incomoda muita gente
uma mulher gorda e bêbada
incomoda muito mais

uma mulher gorda
é uma mulher suja
uma mulher suja
incomoda incomoda
muito mais

uma mulher limpa
rápido
uma mulher limpa

Como adequar a observação do poeta-crítico ao poema acima? Nem com muito esforço. Na verdade, um poema assim nem chega a incomodar tão banal é sua arquitetura. A anáfora, recurso poético que consiste na repetição de um termo no início, meio ou fim de dois ou mais versos, é utilizada pela poetisa à exaustão. Tal redundância, reitero, poderia resultar em algum proveito estético. Não resulta. A taxa de informação é zero. Ou próxima do zero.

Atentem para a mulher quer:

a mulher quer ser amada
a mulher quer um cara rico
a mulher quer conquistar um homem
a mulher quer um homem
a mulher quer sexo
a mulher quer tanto sexo quanto o homem
a mulher quer que a preparação para o
sexo aconteça lentamente
a mulher quer ser possuída
a mulher quer um macho que a lidere
a mulher quer casar
a mulher quer que o marido seja seu
companheiro
a mulher quer um cavalheiro que cuide dela
a mulher quer amar os filhos, o homem e o lar
a mulher quer conversar pra discutir a relação
a mulher quer conversa, e o botafogo
quer ganhar do flamengo
a mulher quer apenas que você escute
a mulher quer algo mais do que isso,
quer amor, carinho
a mulher quer segurança
a mulher quer mexer no seu e-mail
a mulher quer ter estabilidade
a mulher quer nextel
a mulher quer ter um cartão de crédito
a mulher quer tudo
a mulher quer ser valorizada e respeitada
a mulher quer se separar
a mulher quer ganhar, decidir e consumir mais
a mulher quer se suicidar.

Melhor: é o leitor – homem ou mulher – ao fim do poema, quem quer se suicidar. Por quê?

Porque poesia é desautomatização. Velha lição do russo V. Chklóvski. Um semioticista que precisa ser melhor lido e compreendido. Poesia é "novidade que permanece novidade", como apregoa Pound. Poesia "revela esse mundo; cria outro", na feliz síntese de Octavio Paz. Poesia é convergência do eixo da contiguidade sobre o da similaridade, segundo Roman Jakobson. Poesia nada tem a ver com desejos reprimidos e viagens malucas de seus poetas e/ou leitores. Poesia não é fricote. Poesia não é playground.

A poesia de Angélica Freitas é confusão

de brincadeirinhas com o politicamente correto numa tempestade de estereótipos. Ela opera uma reciclagem da dita poesia marginal. Com os mesmos enganos: acha que faz graça, que é irônica. Acha que faz intertextualidade com finalidade poética. Acha que é dona de um estilo. Acha que faz poesia com o usual. Não faz. Seus poemas são quase todos macaqueação da prosa com fixação na anáfora. Como se esse recurso garantisse qualidade ao poema.

O que Angélica Freitas faz é, no mínimo, ingênuo. Ela cismou que basta copiar frases do cotidiano mais trivial para fazer uma poesia sem solenidade. Levantou-se contra o que já era morto. Desde o Modernismo, nos idos de 22, o solene foi quebrado pelo sublime. Sem citarmos, por exemplo, Gregório de Matos, Arnaut Daniel, Aretino, John Donne, Ovídio, Horácio – e até Safo – dentre tantos outros. Angélica Freitas, repito, é mal informada. Essa moça vem sendo louvada pela crítica de norte a sul. Tentei ver nela a "esplêndida tradição da poesia universal", como afirma o poeta-crítico Carlito Azevedo. Só vi "tonterías". Sua poesia não emociona. Não cheira. Nem fede.

Angélica Freitas foi publicada por uma renomada editora. Isso deveria ser sinal de qualidade. Não é. Uma grande editora também se engana. Seus livros têm tido renovadas tiragens. Isso deveria ser sinal positivo, principalmente por se tratar de poesia. Não é.

Não entendo o bafafá que seus livros têm causado. Este meu artigo, que não vê valor poético nessa poetisa, visa bater de frente com a "crítica" engabelada. Raramente chuto cachorro morto. Mas esse, em questão, merece que lhe "enfie os talheres". Faço-o com gosto. É o troco pelo desgosto de ler Angélica Freitas com todo cuidado.

5. ANDRÉ RICARDO AGUIAR

Escrever poesia para o público infanto-juvenil não é das mais fáceis tarefas. Na verdade, é um desafio e tanto. Isso porque tem de se conseguir manter acesa a curiosidade do leitor e instigá-lo a imaginar para além do dito, do sugerido e da ilustração apresentada.

Em "Chá de sumiço e outros poemas assombrados", de André Ricardo Aguiar (2013), essa função é desenvolvia mais que a contento: com prazer assegurado. Nesse livro, o poeta, em quase todos os poemas, parte de um dito popular, de uma máxima, de um clichê e os inverte com fino humor e grande poeticidade. Isso se deve à suavidade que André Ricardo manifesta ao lidar com a palavra. Ele a toma como um brinquedo. Sua pegada é lúdica. Resultado: leveza. Ou seja, esse poeta conhece o caminho que encanta o leitor. Infanto-juvenil ou adulto. Por isso mesmo, cada poema é fruição plena.

Talvez pela experiência com outros trabalhos destinados ao público infanto-juvenil, talvez por ser um poeta "de adultos", talvez por seu tino jornalístico, talvez por sua contística, talvez por tudo isso junto. O fato é que esse livro cativa.

Fugir de sua leitura é uma tarefa muito difícil. Chego a duvidar de quem diga que conseguiu. Claro: à parte, os "chato-boys" que nunca deixam as paradas de insucessos.

Complementando/completando a poesia, estão as ilustrações de Luyse Costa. Ela dialoga com a palavra e cria um lugar de "ver e imaginar" a poesia. Seu trabalho não se resume à ilustração: é também uma leitura interpretativa sob a forma de linhas e cores. Por vezes, as linhas, por vezes, as cores, dão a tessitura e materializam a beleza dos versos numa feliz cumplicidade entre poesia e ilustração.

Vamos a dois poemas. Incialmente, o que empresta seu título ao livro:

Fantasminha
não gosta de tomar café:
pode manchar o lençol.

Não vai correr esse risco.

Ele prefere mesmo
tomar chá
de sumiço

Incialmente, há a associação da imagem do fantasma com a do lençol, um objeto de uso corriqueiro e que aproxima o sobrenatural do cotidiano do leitor. Gera-se uma cumplicidade que desmonta e brinca com o sentimento do medo.

Depois, vem a imagem, também cotidiana, de

tomar café. Isso porque café pode sujar o lençol. Bem, de novo, o fantasma fica mais camarada. E então, ele prefere chá? Sim, diz o poeta, mas "chá de sumiço". Insere um desvio na expectativa do leitor. E assim, a poesia se apresenta ensopada de humor. O leitor se diverte, maravilhado. O medo sumiu. A festa da poesia-alegria fica em seu lugar.

Outro: **Sono do morcego**

Que nó cego
é o sono do morcego
com essa mania de pingente!

É da sua laia
sempre dormir nesse estilo
tomara que caia

O jogo de vogais fechadas e abertas confere ao poema o equilíbrio delicado do sono do morcego. "Nó", "cego", "é", "essa": sequência de abertas, que se afunila em "sempre", "nesse", "pingente": fechadas. No meio delas, infiltram-se timbres graves e agudos de "mania", "laia", "estilo", "tomara", "caia". A imagem do morcego, dormindo por um triz, é desenhada pelos sons que o poeta escolhe tão bem. Fina poesia.

6. CONCLUSÃO

A década de 90 trouxe uma grande alegria para os leitores brasileiros: a revelação da poesia de Frederico Barbosa. De lá para cá, ele tem se revelado um dos nossos mais expressivos poetas. Livro a livro, a excelência de sua obra se comprova. O recente Na lata (2013) reúne poemas de livros anteriores, agrupados tematicamente, além de apresentar inéditos. Um livro obrigatório e que tem recebido, por parte do público e da crítica, o merecido reconhecimento.

Coisa rara: um talento ser reconhecido por vias adversas. Ao menos historicamente, quase sempre adversas.

Frederico Barbosa foi contemplado com o Jabuti por duas vezes. Em todo sarau que presenciei em São Paulo e no Rio, seus poemas são lidos com entusiasmo. Os leitores gostam de sua poesia, de fato. Os críticos, não conheço quem o desmereça. Ao contrário: sempre que se manifestam sobre sua obra é para lhe reconhecer as qualidades.

Sou um entusiasta da poesia de Frederico Barbosa desde seu livro de estreia, que me chamou a atenção para a singularidade, o vigor e a dimensão lírico-social de seus poemas. Desde então, aguardo cada obra sua com ganas de um leitor voraz. Voraz e cruel.

Referências

AGUIAR, André Ricardo. **Chá de sumiço e outros poemas assombrados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ANDRADE, Oswald. **Obras completa**s. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BARBOSA, Frederico. **Na lata**. São Paulo: Iluminuras, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul Editora, volume único. 2012.

CAROL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. 3ª reimpr. Trad. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

CORONA, Ricardo. **Curare**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

FARRA, Maria Lúcia dal. **Alumbramentos**. São Paulo: Iluminuras, 2012.

FREITAS, Angélica. **Rilke shake**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. **Um punho é do tamanho do útero**. São Paulo: Cosac Naify, 2012

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22ª ed. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2007.

POUND, Ezra. **ABC da literatura**. 11. ed. Tradução de Augusto de Campos. São Paulo: Cultrix. 2006.

RIBEIRO NETO, Amador (Org). **A linguagem da poesia**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

VALÉRY, Paul. **A serpente e o pensar**. Trad. Augusto de Campos. São Paulo: Ed. Ficções, 2011.

Carlos Cartaxo*

Considerações sobre o livro "De Pindorama a Brasil"

RESUMO

O artigo apresenta considerações críticas e analíticas sobre o livro 'De Pindorama a Brasil', de autoria do professor, escritor e artista Marcos Barros. Essa obra é um trabalho composto por mais de 700 estrofes livres, sem amarras de regras ou rima. Nela o autor demonstra seus traços modernistas, feitio repassado à obra, o que a torna essencialmente pedagógica, histórica e política.

Palavras-chave: Poesia. Literatura. Crítica.

ABSTRACT

The article describes critical and analytical considerations about the book From Pindorama to Brazil by Professor, writer and artist Marcos Barros. This book is a work made up of over 700 free stanza unfettered rule or rhyme. Here the author demonstrates its modernist traits, cutout transferred to the work, making it essentially pedagogical, historical and political.

Keywords: Poetry. Literature. Critic.

(*) Professor Doutor do Departamento de Artes Cênicas do Centro de Comunicação, Turismo e Artes da UFPB. E-mail: carloscartaxo@yahoo.com.br

Escrever sobre histórias de vida é uma experiência que se enquadra na linha de trabalho que fortalece a pesquisa e resgata valores históricos e culturais significativos para a sociedade. Sempre me preocupei com a passagem de cidadãos pelo contexto social em que estou inserido. Delimitar a importância de cada ser que passa por nossas vidas é complexo, principalmente pela carga de subjetividade que cada um traz consigo. Todavia, como escritor e professor, devo trazer para mim a responsabilidade de pensar, analisar, criticar e escrever sobre histórias de vidas e de obras que me permeiam.

Dentre os últimos encontros marcantes com intelectuais e suas respectivas obras, registro o encontro com Marcos Barros e seu livro 'De Pindorama a Brasil'. Conceituar e categorizar o trabalho poético desse autor não é o foco deste artigo. Todavia, olhar e buscar seus percursos poéticos é o fim sobre o qual discorremos. Considerando o pensamento de Larry Shiner, de que já ultrapassamos o patamar do Sistema Moderno de Belas Artes, alicerço-me na liberdade de criação para contextualizar a obra aqui debatida. Marcos Barros vai de encontro ao pensamento de Shiner, porque sua poesia ainda não ultrapassou essa fase e se mantém na estrutura do Sistema Moderno. Embora o trabalho se enquadre no Sistema Moderno, a forma da escrita não segue regras categorizadas, o que permite enquadrá-la num sistema livre que, rizomaticamente, circula por estilos variados.

Não me compete definir juízo de valores sobre o que é bom ou ruim; certo ou errado; clássico, moderno ou pós-moderno, mas analisar a narrativa do ponto de vista de um simples leitor, da poética da compreensão e da sinestesia que ele tem com a obra, da relação construída entre o escritor e o leitor. Quem define se o trabalho de Barros é bom ou ruim é o leitor. Nesse caso, compete-me explorar o trabalho poético do autor.

Há quem use a faculdade de julgar para qualificar o que é bom ou ruim. Por trás desse procedimento, estabelecem-se relações de poder que podem determinar o gosto. Daí nasce a indução estética como forma de refletir sobre o rumo determinado por esse poder. A partir dessa radiografia, há que se reagir, e uma das formas de fazê-lo é com a alfabetização estética, de onde se busca compreender a relação existente entre o sublime, o gosto e o belo. Durante algum tempo, o crítico foi o personagem cujo papel era ímpar na determinação e na indução da valoração da arte, característica que a modernidade alimentou para tornar a arte um produto capitalizado, cujo valor era determinado pelo crítico, pelo marchand e pelo professor, sujeitos dotados de poder que, justificados pelo conhecimento, dão valor ao produto artístico, tornando crível por todos como o melhor. Ventos sistêmicos têm tomado novos rumos e destituído o poder desses sujeitos "donos" da verdade estética, para dar ao sujeito comum o poder e o direito de determinar a escolha do seu gosto, do que lhe é belo e sublime.

Como um simples sujeito da educação, apodero-me, dessa fatia, do poder a que tenho direito para uma singela opinião pessoal, no caso, meu gosto e o quanto de sublime e belo vejo no livro de Marcos Barros. Analiso-o e critico-o sem censura ou ímpeto de corretor da liberdade de escrever. Ao contrário, procuro enxergar, além de ver, para traduzir o sentimento e o conhecimento de um poeta que escreve sobre sua terra e seu povo; suas contradições e suas virtudes; seus ilustres personagens e suas trajetórias, conquistas e quimeras.

Minha intenção não é, nem foi, querer fazer comparações. Contudo, já na leitura das primeiras páginas, o livro me remeteu a João Cabral de Melo Neto, com seu "Morte e vida Severina", da mesma forma a Camões, com o seu "Os Lusíadas". É evidente que os estilos são diferentes, porém a linha narrativa tem aproximação que permite leituras estéticas análogas. Como bem lembra José Elias Barbosa Borges, no prefácio do livro, 'De Pindorama a Brasil' também "poderia ser comparado com o poema épico "Caramuru", de Frei Santa Rita Durão. Como se vê, experiências literárias semelhantes foram construídas, o que coloca o trabalho de Marcos Barros como uma referência a ser lida, apreciada e, até, deglutida.

O exercício de pensar é um trabalho extenuante, porque exige muito esforço do raciocínio. Portanto, é gratificante, quando se avalia o acúmulo de conhecimentos adquiridos com esse exercício. Propus-me a ler 'De Pindorama a Brasil' edificando ideias num exercício fatigante de pensar e organizar a elaboração fruto do pensado. Na lógica triangular da obra, do autor e do leitor, ao ler a obra de Barros, tive que contextua-

lizá-la, considerando a trajetória de vida e a formação do autor que, além de ser um professor de desenho e artista plástico, é um ser político que coloca em sua escrita argumentos ideológicos que exigem uma contextualização para poder ser compreendido.

Navegar por mares de histórias, assim como mergulhar no universo da cultura é viver o que se ama. O amor a que me refiro é o que Marcos Barros traduz em seu livro, aqui considerado. São 276 páginas de puro deleite poético. Mais de 700 estrofes. Um labirinto de palavras e de versos que nos conduz, sem pressa, mas com prazer. É uma brincadeira poética, um jogo lúdico de palavras.

OS PERSONAGENS

O exercício de criação e escrita de Barros povoou o seu livro com personagens que traduzem o pensamento de Mário e Oswald de Andrade sobre a identidade brasileira, principalmente no que concerne ao Modernismo. A pluralidade de personagens, contextos e situações delineia uma linha histórica que perfila a trajetória do Brasil desde seus primórdios. Como o quantitativo não é o forte deste artigo, reservo-me aqui a, apenas, citar alguns personagens que ilustram o valor significativo de quem é narrado: do Império, D. João e o príncipe D. Pedro; dessa época, cita, também, o talento do pintor Pedro Américo. Em dado momento, nas páginas 90 e 91, narra sobre o pintor Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello, através de versos que estabelecem dúvida e provocação:

O histórico quadro
"O baile da Ilha Fiscal",
Do artista Francisco Aurélio
De Figueiredo e Mello,
Foi um trabalho monumental.
O quadro "Francisca da Rimini também.

Estudou na Imperial Academia
De Belas Artes do Rio de Janeiro.
Era irmão e discípulo de Pedro Américo,
Colega de Jules de Chevrel na Academia.

Citou os pintores Décio de Rodrigues Vilares, Belmiro de Almeida, Antônio Parreiras, Di Cavalcanti, entre outros. Posteriormente, mudou de rota e passou a narrar sobre o musicista Beethoven. Seguiu desbravando a história, peitou generais e continuou narrando sobre artistas como os poetas Castro Alves, Cassimiro de Abreu, Fagundes Varela e, como um professor e escritor politizado, demonstra sua concepção ideológica citando o pensador Karl Marx; critica o capitalismo e um dos seus alicerces, o economista Adam Smith.

Aprendi, através da arte, a ver o mundo de forma diferente. Na verdade, aprendi a enxergar, além de ver. Esse novo olhar, também, é fruto da maturidade, que me fez aprimorar a capacidade de ver qualidades, enxergar pelo ângulo do que, essencialmente, é positivo. Todavia, há pessoas que, devido ao seu talento, ao carisma e ao nível intelectual, entre outras qualidades, não precisam de olhares mais rigorosos para serem descobertos; elas cativam porque plantam sementes que germinam admiração e amizade. Uma das pessoas que consolidou esse fortalecimento carismático é meu amigo, o escritor Marcos Barros.

Só que apresentar um livro de um amigo não é fácil. Para muitos, é facílimo, para mim, é um exercício de encontrar o que há de bom, sem me deixar levar pela amizade, para que a descoberta das qualidades esteja acima do afeto e da ternura. Apresentar o livro 'De Pindorama a Brasil', de Marcos Barros, é lidar com um autor multicultural: professor, arquiteto, poeta, político, escritor; um intelectual que, através do seu processo criativo, brinda-nos com o livro que lançamos hoje para enriquecer a literatura brasileira.

'De Pindorama a Brasil' nos conduz em um percurso literário composto por personagens que constituem a teia cultural do povo brasileiro. É um álbum de imagens prontas para serem decodificadas através da leitura e, naturalmente, da imaginação. Uma, dentre muitas qualidades do livro, é o fato de o autor romper com os cânones da poesia, que se pautam em regras, métricas e rimas, e partir para fazer uma poesia livre, leve e solta, como se bem vê nos versos da página 31.

Por mares,
Caravelas singrando,
Portugueses, aventureiros,
Navegador de Sagres.

Com quatro linhas, o autor compõe uma estrofe. Em seguida, vai além...

Comércio, especiarias,
Descobertas do século.
Vento em popa,
Caminho da Índia,
Tormentas...

Nessa estrofe lida, o autor a escreve em cinco linhas. Na página seguinte, ele escreve um verso com doze linhas. Com essa composição, poderia ser chamado de o anarquista da poesia, por quebrar as normas da construção poética dita culta. Mas, como um bom modernista que se preza, o autor faz poesia, naturalmente, sem olhar para as regras clássicas do Parnasianismo. Sua métrica é livre, seu ritmo é próprio; as regras que usa são suas e passam a ser dos leitores, quando eles partilham com a leitura. Essa característica o faz um modernista e torna a obra um exemplar cuja concepção criativa se baseia nos princípios da modernidade.

Marcos Barros, em 'De Pindorama a Brasil', desburocratiza a poesia, desconstrói o determinado como certo, único ou verdadeiro. A partir dessa obra, compreende-se que, para se fazer poesia, não é necessário regras. A métrica de Barros é, simplesmente, a aleatoriedade da escrita. Ele escreveu o que quis como queria. É a ordem e a desordem como compasso concomitante na elaboração do texto. Este é o princípio técnico e criativo do autor: escrever com uma narrativa própria sobre o que pensa e o que acumulou durante anos de trajetória, como professor e artista. Ao ler sua obra, convencemo-nos de que o certo é determinado pelo leitor, que se dá ao direito de deglutir as palavras do autor, construindo seus conceitos ou reelaborando a história do Brasil, por conseguinte, sua própria história.

Outra característica significativa da obra é que ela é essencialmente política, sem ser panfletária ou tendenciosa. É crítica e reflexiva. Logo, é construtiva. Seus personagens - heróis, canalhas, artistas, políticos, filósofos - compõem a história do Brasil por um anglo inverso do que é apresentado pela história oficial.

Marcos Barros é um poeta cuja estética alimenta a imaginação do leitor. Mesmo o leitor suja um sujeito que conhece a história do Brasil, a partir da leitura 'De Pindorama a Brasil', pode tratá-la de forma imaginativa, construindo caminhos e veredas que nos levam longe, percorrendo séculos de história. São trilhas que levam o leitor aos quatro cantos do Brasil. Também vai à Europa, relacionando o colonizador a nossa história, sem perder de vista os filósofos e os pensadores que narraram e pensaram a história que nos conduziu até o hoje, como ele mesmo escreve:

Em meados do século dezoito,
A Inglaterra se destacou,
A revolução industrial iniciou.
O avanço tecnológico confirmou.

O capitalismo tornou-se vigente
Trabalhador e patrão
Na briga sempre presente.
Patrão, no caminho da enganação.

Karl Marx chamou de
Revoluções burguesas
Do século dezoito
A passagem do capitalismo
Comercial para o industrial,
Culminando naqueles idos
Com primeira guerra mundial.

De Pindorama a Brasil tem uma narrativa fácil e compreensiva, é um trabalho cuja estética sensibiliza, inspira, encanta. É um trabalho épico. Trata da saga de um povo do qual somos parte, e cuja história sofrida é marcada por lutas e conquistas. É a saga de uma sociedade mestiça e plural. É uma obra de arte.

POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA

Todo livro é um bem incomensurável cuja finalidade deve ser explorada de todas as maneiras possíveis. Assim, há concordância de que o livro aqui analisado é didático. Portanto, também pode ser direcionado à escola, ratificando o poder irradiador de conhecimento que tem. É uma "caixa" a ser aberta, e quanto mais aberta for, mais importância terá como semeador de informação.

A orientação literária dada ao livro pelo autor demonstra uma vertente pedagógica que o gabarita para circular por instituições educativas como bibliografia a ser estudada. O antropólogo Carlos Alberto Azevedo, que escreveu a "orelha do livro", argumenta que se trata de um "roteiro épico-histórico do nosso processo civilizatório". Essa afirmativa só ratifica o valor pedagógico do livro.

Barros, discípulo de Paulo Freire, pensando pela ótica pedagógica, tirou seus escritos poéticos e os publicou tornando-os acessíveis a todos. Essa ação é memorável, até porque a bibliografia, por mais simples que seja, não deve se tornar entulho, um papel inútil, como muitos outros, perdidos ou esquecidos nas gavetas das escrivaninhas" (FREIRE, 1979). Não é por ser pernambucano que Marcos Barros é seguidor do pensamento de Freire, mas pela identidade ideológica que os aproxima. De fato, há uma relação ideológica intrínseca entre eles. Contudo, o propósito libertador correlato na obra de ambos é o que propicia essa aproximação.

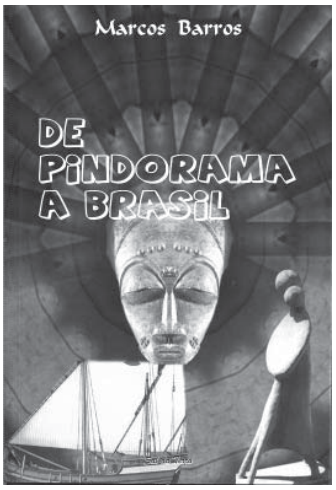
Então, com o ímpeto de romper com a mecanização do ensinar e aprender, a poesia de Barros deve ser trabalhada com um fim nobre na educação. A ideia é de aprender vendo o mundo contextualizado, a partir de uma narrativa que aproxime a linguagem, o pensamento e a realidade, elementos contextuais e críticos encontrados em 'De Pindorama a Brasil'.

Como se trata de uma obra essencialmente poética, não deve ser vista nem consultada como um trabalho puramente teórico. Mas, como "a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor" (HORKHEIMER e ADORNO,1985), é razoável defender a importância pedagógica e política do livro como um trabalho esclarecedor, logo, libertador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É prazeroso descobrir escritores que ousam publicar seus escritos e contribuir com o conhecimento de forma geral. O ato de se atrever a escrever cabe muito bem na busca que Marcos Barros tinha de se expressar através da arte. A essa iniciativa, somaram-se a de outros artistas nesse mesmo 'De Pindorama a Brasil' que ora analisamos.

A capa do livro, criação do autor, é um desenho, montagem de expressões que traduzem um misto cultural. No caso, a habilidade de desenhista do autor reflete o conteúdo do livro. A destreza do profissional de desenho que tinha Marcos Barrocos ficou traçada nessa obra como uma poesia visual que complementa a escrita.



O livro também tem traços do desenhista Nivalson Miranda que, apesar de estar em outra dimensão, também deixou sua marca na obra de Marcos Barros. Complementando os traços de Professor Nivalson, há ilustrações de José Pimentel Neto sobre indígenas paraibanos compondo o trabalho visual da obra. De fato, além de ser um livro de poesia, o escrito de Barros é um trabalho histórico, fruto de uma pesquisa bem elaborada. E tanto ele quanto seus colaboradores, nesse caso, Nivalson Miranda e José Pimentel Neto, são um misto de artistas e artífices que, no fundo, também são arteiros.

Referências

BARROS, Marcos. **De Pindorama a Brasil**. João Pessoa: Sal da Terra, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HORKHEIMER, Max; e ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

SHINER, Larry. **La invención del arte**: una historia cultural. Barcelona: Paidós, 2004.

Erenildo João Carlos *
Laura Bezerra Cabral Neta **

Anotações sobre a questão das telenovelas na educação escolar

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso da imagem televisiva, mais precisamente, do gênero telenovela, como recurso pedagógico para estimular a reflexão, o diálogo, a criticidade e a conscientização dos alunos e alunas acerca das realidades veiculadas nesse meio de comunicação. O procedimento metodológico foi baseado no levantamento bibliográfico e na sistematização da leitura. Para tanto, realizou-se um movimento de análise que procurou articular e problematizar a cultura visual na sociedade contemporânea, o surgimento da TV e, por fim, um gênero televisivo - a novela. O texto, ao fim e ao cabo, assinala a necessidade de se compreender melhor a telenovela como um recurso mediador de saberes diversos, tendo em vista gerar discussões, debates, instigar o diálogo, a criticidade e a reflexão em alunos e alunas da escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Televisão. Telenovelas.

ABSTRACT

The aim of this article is to consider the use of TV images and, more precisely, the soap opera genre, as a pedagogical resource in order to stimulate reflection, dialogue, critical thinking and awareness of pupils, concerning realities conveyed through this medium of communication. The methodological procedure was based on bibliographical research and reading systematization. With this view, by means of an analytical strategy, we sought to articulate and problematize the visual culture in contemporary society, the rise of TV, and finally, the TV genre of the soap opera. The text, from start to end, signals to the need for better understanding the soap opera genre as a mediating resource for several types of knowledge, with a view to generate discussion and debate, as well as to instigate dialogue, critical thinking and reflection in school students.

Keywords: Young and Adult Education. Television. Soap opera.

(*) Pedagogo, Doutor em Educação e professor do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB/ CE- Campus João Pessoa. E-mail: erenildojc@hotmail.com (**) Pedagoga, graduada pelo Curso de Pedagogia Presencial da UFPB/ CE- Campus João Pessoa. E-mail: laura__cabral@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, iremos nos deter sobre o entendimento do uso da imagem televisiva no gênero telenovela, como recurso pedagógico a ser utilizado na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diante disso, foi necessária uma incursão em vários textos, livros, artigos, sites, blogs e em autores que abraçam essa temática. Esperamos contribuir para enriquecer cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem.

No âmbito acadêmico, existem várias produções científicas acerca desse assunto, razão por que se fez a escolha pela imagem televisiva, mais precisamente, o gênero telenovela, para estabelecer uma relação entre ele e a EJA.

A televisão é uma das invenções que tanto é alvo de críticas quanto de elogios, pois, não raras vezes, serve até de companhia, uma ferramenta audiovisual, acessível à maioria da população, transmissora de informações, consequentemente, também influencia na formação de pessoas, que gera uma influência inegável na área educacional. Desde muito tempo, bem antes da trajetória acadêmica, este assunto já chamava nossa atenção, sempre duvidávamos de muitas publicidades que eram transmitidas de forma a tornar todos um só, com as mesmas roupas, os mesmos cabelos, os mesmos óculos, bonecas, ou seja, uma forma de manipular os telespectadores. Contudo, dos gêneros televisivos existentes, as telenovelas (novelas) eram um assunto tratado por poucos trabalhos acadêmicos. Depois de algumas experiências, surgiram dúvidas, reflexões, vontade de conhecer mais, de compreender esse mundo que fascina tantas pessoas.

Em vários momentos, em rodas de conversa, em momentos de lazer, de descanso, o assunto é telenovelas - que passou ontem, como terminou o capítulo, como vai ser hoje? - enfim, questionamentos acerca desse assunto são visivelmente percebidos e vivenciados. Sua influência também se evidencia nas vestimentas, nos acessórios pessoais, nos calçados, entre outros.

Trabalhar com a imagem televisiva, na modalidade da EJA, significa penetrar no mundo dos jovens e dos adultos, o que eles pensam sobre a temática, como estão percebendo esse veículo de diversão ou de informação, seguindo os passos de Paulo Freire, visto que, em suas práticas pedagógicas, a utilização da imagem se faz presente como forma de representara realidade. Em contrapartida, é trazida a imagem televisiva, o gênero telenovela como uma das formas de dialogar, conscientizar, discutir sobre a realidade que é transmitida pela TV e auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

2. CULTURA VISUAL E SOCIEDADE

O debate a respeito de cultura visual e sociedade exigem que se faça uma retomada dos conceitos de sociedade e de cultura. Nesse sentido, pode-se dizer que o termo sociedade tem vários sentidos, que podem ser construídos a partir de um parâmetro político, social ou econômico.

De acordo com o Dicionário Aurélio, sociedade significa "um conjunto de membros de uma coletividade, sujeitos às mesmas leis". As leis são para todos e todas de forma geral, sem distinção de cor, raça, gênero e religião, indivíduos pertencentes a uma sociedade que compartilham de características semelhantes. Por outro lado, "sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar e tornar-sesócios" (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Pelo que afirma a autora, a sociedade pressupõe a existência de indivíduos que, de forma isolada e coletiva, relacionam-se entre si e diferenciam-se a partir de modos distintos de viver, de pensar e de agir, de seu pertencimento a grupos marcados por identidades raciais, culturais, políticas ou religiosas. Cada indivíduo, imerso em seu grupo, integra e constitui a sociedade, que terá suas características, qualidades e especificidades próprias. Por essas razões, a sociedade se constituiu em objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a História e a Sociologia. Por conseguinte, o termo cultura é descrito por diversos estudiosos que o conceituaram em diversas dimensões. Nesse caso, cultura pode ser definida de diversas maneiras, a depender da atribuição que se dá a ela - sociológica, antropológica ou outra - cada uma com sua especificidade e contribuindo de forma significativa com essa temática que pretendemos aprofundar.

Em seu livro, 'Cultura e democracia', Marilena Chauí lembra que a palavra cultura se origina do verbo latino colere, que significava cultivo, cuidado. Em meados do Século XVIII, com a Filosofia da Ilustração, esse termo ressurgiu, só que com outro significado, o de civilização. Com o Iluminismo, a cultura se tornou um critério que media o grau da civilização da sociedade. O conceito iluminista voltou no Século XIX, quando se inseriu no ramo das ciências sociais e se alinhou à perspectiva antropológica. Ainda no Século XIX, sob a influência da Filosofia alemã, o conceito de cultura sofreu mais uma alteração, agora mais elaborada, de forma a diferenciar a natureza da história.

Foi justamente a partir da segunda metade do Século XX que esse conceito foi ampliado e incorporado pelos antropólogos europeus. Conforme a autora, depois detantas mudanças de significado,

> o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano. (CHAUÍ,2008, p. 57)

Conforme o exposto, fica claro que tudo o que o homem produz e reproduz é cultura, porquanto atende às suas necessidades. É produto da atividade humana, que inclui não somente as coisas, mas também os valores, as formas de pensar, de agir e de viver, que caracterizam o modo de existência de um povo. Nessa mesma linha de entendimento, Carlos Brandão, em seu livro,'O que é educação popular', afirma que a cultura é o "[...] o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui" (BRANDÃO, 2006, p. 14).

Em outras palavras, para Chauí e Brandão, a cultura é, em suma, produção humana: ideias, valores, estilos, formas de pensar. E tudo o que não é natural é cultural. Por outro lado, ao falar de cultura, é inevitável não relacioná-la à sociedade, visto que é ela que faz com que exista e reproduza a cultura. Com efeito, os termos sociedade e cultura se entrelaçam, complementam-se e dão a entender que não se pode conceber a cultura sem vê-la de forma íntima e interligada no âmbito do sistema educacional, lugar onde ocorre a reprodução intencional e sistematizada do conteúdo simbólico que rege o conjunto das práticas culturais de determinada sociedade.

Énesse contexto em que a questão da imagem visual, em geral, e ogênero televisivo, em particular, aparecem. Na história, expressa o uso da inteligência e da criatividade humana, no sentido de desenvolver a capacidade de comunicação entre indivíduos. Com o passar dos tempos, a imagem foi se transformando. Primeiro, surgiu como desenhos inscritos nas cavernas.

Hoje, a imagem visual não tem mais como suporte somente o barro, a pedra, o metal ou o papel. Atualmente, ela tomou forma eletrônica e midiática, por exemplo, a imagem televisiva e seus diferentes gêneros: programas de auditório, filmes, teleteatro, telenovelas e outros. As imagens visuais atuais são responsáveis pela integração das exposições de artes que pintam as ruas, os prédios, decoram os lugares públicos ou privados, qualquer tipo de instituição, cada qual com suas respectivas características. Assim, é notório que os produtos são veiculados através das propagandas, ou seja, a cultura visual é produzida e passa a ser um acontecimento da sociedade contemporânea, como assevera Brandão:

> Constatamos que, na sociedade contemporâ-

> nea a presença da imagem se intensificou e diversificou. Os motivos e as práticas religiosas concorrem, hoje, outros- ideológicos, políticos, mercadológicos, éticos etc. Nesse contexto econômico, político, cultural, a imagem aparece com uma presença pujante, mediando o jogo de força e de interesses que pautam os cenários sociais e mundiais. (BRANDÃO, 2010, p. 15)

Em função disso, a imagem se tornou um assunto polêmico, uma questão de natureza política, a respeito do qual Fernando Hernández afirma:

> Falar de compreensão da cultura visual torna-se ridículo num momento em que, o que parece contar, são as guerras políticas e econômicas do mundo das comunicações, quando se trata de determinar quem vai controlar e colocar a seu serviço os benefícios do mercado da globalização na qual seus interesses irão circular por todo o planeta sem travas sem consequência. (HERMÁNDEZ, 2000, p. 27)

Nesse contexto, os meios de comunicação serviram como uma vitrine para divulgar o que cada partido político acha que seja bom e correto para a população. Nesse caso, a TV se tornou um mercado onde vendas são expostas, opções são mostradas, cada qual com sua criatividade para chamar a atenção e conquistar o indivíduo que assiste. Isso significa queesse veículo de comunicação cada vez mais vai distanciando a qualidade do que é transmitido e se aproximando mais da quantidade de telespectadores que quer alcançar sem pensar e sem se importar com as consequências.

Assim, a imagem acaba sendo não apenas um veículo transmissor de informações, mas também um meio condutor de debates e confrontos de quem possui mais, os melhores programas, as melhores programações para atuar de forma objetiva e conseguir o que almeja. Brandão assevera que

> o produto e o serviço posto na imagem e sua representação configurada visualmente seduzem quem vê, aguçam seu desejo, sugerem-lhe perspectivas, despertam sua curiosidade e conferem a visualidade á existência da mercadoria disseminando o consumo em massa e constituindo uma espécie de identidade comum, que, ao fim e ao cabo, ratifica a ideologia do bem estar e da felicidade social, pela via da aquisição e do usufruto de bens e serviços, o que consolida a economia capitalista. (BRANDÃO, 2011, p.8)

O autor chama a atenção para diversos fatores e afirma que é importante destacar mais uma vez que a imagem seduz e conquista a subjetividade dos sujeitos sociais. Nesse processo, é o visual que faz o diferencial em qualquer forma de demonstração e divulgação de produtos, lugares, acontecimentos, ou seja, o que está exposto de forma imagética e, muitas vezes, se não originalmente, mas de forma similar, ela é transmitida em diversas formas com um único fim: gerar e obter lucro a partir da exposição de algo que deseja que chegue à população, sem se importar com o que causará ou a consequência que terá tanto no âmbito pessoal quanto no social e no familiar.

3. O SURGIMENTO DA TELEVISÃO NO MUNDO

É admirável como a invenção da TV propiciou a captura e a transmissão do cotidiano por meio da câmera, transformando-o em imagem. Isso proporcionou ao mundo um meio de comunicação espetacular, um meio de registro imediato dos acontecimentos, mediando às relações sociais e provocando um impacto significativo na vida de indivíduos, de grupos e da população em geral.

A Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico trouxeram melhorias para a qualidade de vida da população. Uma das consequências desse processo foi a ampliação do consumo de produtos a que, antes, só as elites tinham acesso. A produção, o consumo e a circulação da mercadoria exigiam novas formas de comunicação, fazendo com que as informações fossem mais rápidas e eficientes. Foi nesse contexto em que a televisão apareceu. Em 1884, o alemão Paul Nipknow inventou um disco com furos em

forma de espiral e com mesma distância entre si. Ao colocar determinado objeto por trás desse espiral, percebeu que o objeto havia sido dividido em fragmentos cuja junção formava uma imagem.

O ano de 1906 foi marcado pelo desenvolvimento de um sistema de televisão por raios catódicos, desenvolvido pelo russo Boris Rosing. Com o passar dos anos, em 1920, aconteceram as primeiras transmissões, através do sistema mecânico de Paul Nipknow, feitas pelo inglês John Logie Baird. Em 1935, a torre Eiffel passou a ser considerada como ponto para a transmissão da TV na Alemanha e na França. Assim, iniciada oficialmente, em 1938 aconteceram as transmissões na Rússia e nos EUA. Em 1940, foi transmitida de forma experimental a TV em cores por Peter Parson.

Heloísa Dupas Penteado assinalou, em sua obra, 'Televisão e escola: conflito ou cooperação, alguns aspectos históricos da TV:

> Em meio a todas essas alterações, surge a TV, canal de comunicação cujo uso populariza em pouco menos de um quarto de século e através do qual ascamadas trabalhadoras tomam conhecimento de outras formas de vida social, especialmente da classe média (pela própria organização da TV). (PENTEADO,1991, p. 40)

Ora, a TV surgiu em um momento em que, de forma geral, o mundo sofria transformações tanto no âmbito social quantono tecnológico. À medida que as invenções iam sendo produzidos, objetos, pessoas, funções e procedimentos iam sendo substituídos, visando melhorar a própria vivência em sociedade. No Brasil, por volta de 1950, inaugurou-se, em São Paulo, a TV Tupi, trazida por Assis Chateubriand. Mesmo com o passar dos anos, as descobertas, as inaugurações e os investimentos não param. Em diversos países, como os EUA, a França, a Rússia, o Japão, o Brasil, a Alemanha etc., a TV se consolidou.

Em 1962, algo surpreendente aconteceu: no dia 23 de julho, foi transmitido, em primeira mão, via satélite artificial, o Telstar, lançado pela Nasa, nos EUA. Já em 1969, aconteceu também a primeira transmissão via satélite para todo o mundo, as transmissões do homem descendo da lua, cujo quais os norte-americanos dessa forma, expuseram para o mundo que estão no espaço.

No ano de 1997, Japoneses iniciaram estudos e disponibilizaram o primeiro televisor de Plasma no mercado pela empresa Fujutsu; dois anos depois, no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) iniciou também estudos para implementar o sinal digital; em 2007, aconteceu a primeira transmissão digital no Brasil; nesse mesmo ano, o Uruguai adotou o padrão europeu. O ano de 2008 foi marcado pela implementação do sinal digital em algumas capitais brasileiras - Goiânia, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Já em 2009, a Argentina, a Venezuela, o Chile e o Peru adotaram o padrão brasileiro de televisão digitalcom o padrão japonês. Esse padrão tão almejado foi adotado também por outros países, como a Bolívia, Costa Rica, as Filipinas e o Paraguai.

Não obstante dessa cronologia, Heloísa D. Penteado (1991, p. 41) ressalta que "[...] se trata de uma história que vem se tecendo com a lentidão dos séculos, articulando-se na medida das suas forças organizadoras e desarticulando-se na medida da recomposição das forças hegemônicas".

Esse traço da trajetória da televisão é uma evidência acerca da constatação de que sua história é, de fato, lenta, cheia de descobertas, inaugurações, investimentos de empresários, contribuições de estudiosos de vários lugares do mundo. Cada um apresenta suas ideias e seus desafios, com o objetivo de melhorar a qualidade do aparelho e as técnicas de transmissão da informação.

4. TELEVISÃO E O GÊNERO NOVELA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A televisão é um meio de comunicação destinado à massa, como já foi discutido nos capítulos anteriores. Por seu intermédio, reproduzem-se diversas formas de pensar, de agir, de sentir, de modelos e padrões de comportamentos até mesmo de vida. Ao mesmo tempo em que entretém e informa, ela dissemina violência, sexualidade, questões de gênero, de raça etc. Certamente, por utilizações como essas, a TV produz efeitos im-

pactantes nos indivíduos, nos grupos e nas famílias de diferentes segmentos sociais.

Lembra Ciro Marcondes Filho que "as famílias de maior renda assistem, em regras, a menos séries de televisão do que as famílias de menor renda" (1948, p. 82). Mesmo que uns assistam menos e outros mais, o fato é que a TV está presente no cotidiano das casas da maioria da população, formando a opinião pública, mediante um bombardeio de informações, de mensagens, imagens, dramas e situações inesperadas, que provocam mudanças, alterações, influências nas pessoas, conforme ressalta o citado autor:

> Quando os fatos são aparentemente irrefutáveis, sobretudo nas áreas em que o receptor tem pouco conhecimento prévio e poucas oportunidades de testá-las; Quando todas as informações, apesar das diferentes fontes, apresentam uma sintonia completa, formando um "sistema fechado" (FILHO, 1948, p. 89).

A ausência de conhecimento para que o telespectador receba criticamente a informação da TV pode gerar uma espécie de manipulação das consciências. Isso é preocupante, sobretudo considerando que o termo manipular significa forjar algo, alterar de forma indireta, ocultar alguma informação, fatos ocorridos, questões relacionadas aos números. A ação de manipular alguém acaba por gerar e desenvolver uma situação de ignorância, de interdição do acesso à informação, que acarreta prejuízos na capacidade de argumentar a respeito de algo ou alguém de forma consciente e realista. A respeito desse assunto polêmico, o autor Régis de Morais, em sua obra 'TV e Educação: entre o caos e o horizonte', comenta:

> Os poderes com que a mídia de TVs se encontra envolvida são tão grandes que, neste momento, poderemos acabar sendo mais uma voz que clama no deserto; mas sempre seremos uma voz que clama; ao menos temos o alívio de não nos termos calado numa hora assim difícil. (MORAIS, 2009, p. 57)

O fenômeno da manipulação pode ser observado no uso ideológico e político de candidatos, de governos, partidos e empresas. Sociologicamente, a manipulação é representada pela propagação de uma aparência, de uma mentira revestida de sentidos de verdades, de velamento dos acontecimentos e dos fatos reais. Não importa a forma sofisticada e mascarada com que, freqüentemente, aparecem-nos programas de auditório e nos programas policiais, nas telenovelas e nos filmes. Comumente, esses gêneros televisivos servem como pontes facilitadoras de diversas maneiras de forjar e manipular dados tão precisos e capazes de influenciar de forma incalculável.

Uma das programações a que a população, sobretudo, a das classes populares, mais assiste é a telenovela, por meio da qual a televisão oferece seus produtos, valores e visões de mundo; exerce seu poder de convencimento e alienação, como também informa e conscientiza sobre determinados temas e problemas sociais. Isso a torna um dos campos de preocupação e estudo do fenômeno televisão, seja pelos pesquisadores das ciências humanas e sociais, seja pelos pedagogos e profissionais da educação. Aqui, o gênero telenovela será tomado como objeto de estudo e reflexão, com o objetivo de analisar seu caráter educativo e a possibilidade de utilizar pedagogicamente a novela em sala de aula.

4.1 A NOVELA

O Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa define o vocábulo novela como "pequeno romance; narração de aventuras interessantes; conto, enredo; intriga (do lat. novella.)" (p. 552). Os sentidos das palavras se confundem. A novela é marcada pela narração, e não, pela apresentação dos atores. Esse entendimento é compartilhado por Renata Pallottini, em sua obra, 'Dramaturgia de televisão', em que ela afirma:

> Segundo parece, a palavra "novela" remonta ao italiano novella, portanto, ao latim novellus, novela, novellum, adjetivo, diminutivo, originário de novus. Do sentido de novo, a palavra derivou para o de enredado. Substantivando-se e adquirindo denotação especial, durante a Idade Média acabou significando enredo,

> entrecho, vindo daí narrativa enovelada, trançada. (PALLOTTINI, 1998, p. 33)

No início, a novela e suas produções culturais diferenciavam-se da própria cultura brasileira. Depois do Golpe de 64, a sociedade passou por um processo de modernização marcado por rupturas e modificações em diversos setores.

Ao longo dos anos, o termo novela sofreu algumas alterações quanto ao significado. Foi a partir do Romantismo, com as mudanças culturais, que a palavra novela recebeu a significação que tem hoje. O acréscimo da musicalidade nesse gênero trouxe tamanha maturidade e adquiriu cada vez mais público, deixando para trás o jeito primitivo de fazer TV, novelas, seriados etc.

Com suas novidades, aventuras e acontecimentos fazendo parte da própria sociedade, a novela foi se tornando importante e ocupando um lugar nas emissoras de televisão, mais precisamente, um horário considerado badalado. É assim queconseguiu garantir audiência e, de forma direta, reproduz e atinge o nível de exigências sociais implantadas com o objetivo de influenciar e ditar padrões de forma cada vez mais forte.

A telenovela é diferente da novela, devido a envolver as imagens televisivas, rodeadas de ação, encantamentos, diálogos entre os personagens, conflitos, relações de poder, ou seja,algo que instiga a curiosidade do telespectador assíduo, muitas vezes fazendo revelações bombásticas no fim de toda a trama ou no decorrer das cenas. No dia a dia, é sempre uma surpresa que acontece nas telenovelas, e os grandes empresários, autores e atores já sabem da imensidão de telespectadores que alcança, conseqüentemente, sabem também que a audiência aumenta de forma significativa. Em relação ao termo telenovela, Renata Pallottini (1998, p. 35) ressalta algo importante:

> A telenovela seria, assim, uma história contada por meio de imagens televisivas, com diálogo e ação, criando conflitos definitivos; os conflitos provisórios vão sendo solucionados e até substituídos no decurso da ação, enquanto os definitivos – os principais- só são dissolvidos no final.

A telenovela é baseada na ação de diversos personagens, em conjunto com os lugares onde se passam as cenas. É interessante que, mesmo com um número significativo de atores presentes nas cenas, é necessária a presença dos protagonistas, ou seja, a pessoa que desempenha o papel principal da história, cuja participação é inevitável.

Fazem parte do aparecimento da novela o folhetim, a narração em rádios e as telenovelas, visto que envolvem a imagem televisiva. O gênero literário, nesse caso, o folhetim, surgiu por volta de 1938 no Brasil e, ao mesmo tempo, na França. Na maioria das vezes, os folhetins produzidos no Brasil, nessa época, eram traduzidos, e algumas exceções, como romances, também eram publicados.

Os folhetins, logo no início, foram marcados pela imprensa, uma das poucas formas de divulgar e reproduzir para a população os textos e os romances feitos por escritores brasileiros. Porém, no decorrer de todo o processo, como já se sabe, desafios apareceram constantemente, a própria escassez, as dificuldades para a escrita, a materialização dos textos em livros para serem divulgados e proliferados. Diante disso, surgiu a necessidade de encontrar um meio que superasse e atingisse a demanda que estava surgindo no momento que se vivia.

Com o passar dos tempos, houve o declínio do folhetim em 1985, Século XIX. Esse material não era destinado à classe popular. Na década de 40, surgiu algo novo, a radionovela,marcada pela influência americana. No caso dos folhetins, a influência era europeia. Por causa disso, nos EUA, o rádio foi explorado, inclusive como forma de transmitir a narrativa dos contos, das lendas tradicionais, entre outros. O sucesso da radionovela foi rápido e passou de pequenos anunciantes para grupos multinacionais, com seus produtos, na maioria das vezes, voltadas para um público específico, caracterizado pela mulher, dona de casa, uma referência em consumo nos domicílios familiares.

4.2 A LINGUAGEM TELEVISIVA DA NOVELA

Com o passar dos anos, a cultura midiática foi se tornando cada vez mais presente no

cotidiano das pessoas, como a televisão e a linguagem. A telenovela e/ou novela, gênero escolhido em nossos estudos, tem sido discutida em diversos aspectos: ideológico, político, econômico e linguístico. No que tange à linguagem propriamente dita, entendemos que ela tem sido diferenciada, conforme a realidade geográfica e cultural do público de cada lugar, região e país.

No Brasil, já existiam as produções fílmicas e uma tradição teatral, porém a TV e sua própria linguagem não tiveram influência nem partiramdessas categorias para ser colocadas em prática. A televisão tem suas raízes no rádio, no circo, ou seja, é derivada de diferentes formas de comunicação populare se destina à massa.

Vários questionamentos rodeiam esse gênero televisivo. A linguagem televisiva é marcante, mesmo com projeções, montagens, com termos específicos que caracterizam as funções desse meio e chegam a sua concretude. É interessante acrescentar que os mecanismos de poder, os meios tecnológicos por onde disseminavam e disseminam até os dias atuais as informações são estudadosanalisados e pesquisados constantemente. Porém a forma como essas mensagense imagens televisivas chegam às residências da população brasileira é que não é pensada.

A respeito da realidade que a telenovela se propõe a representar, Renato Ortiz (1991, p. 141) afirma: "A preocupação de se aproximar do real não é uma característica exclusiva da telenovela, ela é um traço mais geral da indústria cultural". Essa aproximação acontece mediante as imagens gravadas, mais precisamente, para as telenovelas citadas, mesmo que seja algo que comporte o geral dessa cultura influenciada pelas tecnologias. É por meio das telenovelas que a realidade tramita em meio aos atores e às cenas, e o efeito é maior devido à quantidade de telespectadores que encontram na TV um meio de divertimento e de fugir de uma realidade muitas vezes difícil.

Há contradições entre o emissor e o receptor, e hipóteses e opiniões giram em torno da seguinte questão: Geralmente, o emissor se identifica com a imagem do empresário, do mandante, da classe que domina, e o receptor, com a classe dominada, representada pelos consumidores. Mediante o exposto, o autor Artur Matuck, em sua obra, "O potencial dialógico da televisão", cita:

> O indivíduo da era das comunicações é vítima de uma sobrecarga informacional que lhe chega tanto dos veículos eletrônicos como da comunicação impressa, num processo desencadeado pela força matriz da publicidade, caracterizando uma recepção compulsória de estímulos significativos. (MATUCK, 1995, p. 58)

A explosão de informações e de imagens, cada uma com seu significado, sentido, significações, atrai diversas interpretações. A publicação, geralmente, é intensa, contundente e possibilita, com rapidez, essa maneira de viver, de pensar, de agir, de como fazer em determinadas situações. É dessa forma que o ritmo se torna intenso, e as oposições e as críticas crescem dia após dia, as opiniões geram conflitos a partir de algo que vem chegando às residências da população, visto que a maneira como se chega é apenas uma.

Ainda sobre esse assunto, Ciro Marcondes Filho, em sua obra, 'Televisão: a vida pelo vídeo', refere: "Muito se falou - e ainda se fala - que a televisão veio suprimir o diálogo, a conversa das pessoas. Pode ser. Em alguns casos. Em outros, ela veio introduzir diálogos e discussões" (1988, p. 36). Realmente, são questões que até hoje provocam reflexões. Por essa razão, cada vez mais é preciso analisar, estudar, discutir sobre o que vem chegando nos lares e nos ambientes onde a presença da TV tem um valor significativo e é colocada como parte de algo, como complemento, objetivando sempre algo. Discrepâncias sempre irão existir, seja por deixar escasso o diálogo ou por estimular a discussão, isso varia de caso para caso. Ainda sobre esse assunto, Ciro Marcondes Filho (1988, p. 37) cita algo interessante:

> A televisão fascina por outros meios e de maneira mais perspicaz que as demais formas de comunicação: ela introduz uma linguagem diferente, que primeiro atrai o receptor, para depois ser incorporada por ele. Nessa medida ela muda completamente- através de um fato técnico, de sua linguagem- os hábitos de recepção e de percepção da sociedade e da cultura.

Essa atração é primordial e impactante, na

medida em que o telespectador se identifica com os personagens, com o estilo e a forma de viver transmitida pelas emissoras. Como consequência, tem-se a formação de uma relação íntima do telespectador com o personagem. Essa identificação do receptor faz com que ele associe a ficção a sua própria realidade.

A linguagem da telenovela é, com efeito, marcante por ser de fácil entendimento. Isso se configura como alguns modelos de cultura, algumas personalidades, ora marcadas pela oralidade, ora pelas ações, nas cenas, porém, não são interessantes para a televisão situações em que predominem os gestos, sem as falas, porquanto é nessas falas que encontramos a linguagem tão importante. Esse ponto discutido nos remete a pensar sobre como se configuram os impactos dessa linguagem, dessas mensagens, através das falas dos personagens. Isso é algo que deve ser refletido, por estudiosos ou interessados na temática.

O organizador do livro 'Paulo Freire ao vivo', Aldo Vannucchi, descreve em capítulos gravações de conferências realizadas por Freire em Sorocaba, por volta de 1980-1981, em que ele relata algo interessante acerca da temática:

> Além disso, preciso dedicar certas horas por dia á novela, pois isto também faz parte do meu aprendizado no Brasil. É preciso ver como anda, por exemplo, a carga ideológica veiculada através da publicidade. E, como estou recém-chegado, ligo a televisão com muita curiosidade, e já brigando para não ser domesticado por ela. Nunca me apanha de surpresa. De jeito nenhum! (FREIRE, 2003, p. 48)

A importância das telenovelas se encaixa bem na fala de Paulo Freire, quandorefere que, para sentir e, possivelmente, ter noção, é preciso se informar acerca da ideologia, da própria cultura, das influências que são transmitidas pela publicidade, pelas mídias. É preciso dedicar algumas horas às novelas, justamente por veicular em diversas formas da realidade e ocultarem o que for necessário ocultar, mostrando o que é preciso mostrar sem haver consequências de cunho negativo.

Com isso, pode-se dizer que a telenovela deve ser trabalhada em sala de aula, como um recurso pedagógico, a partir de temas sejam eles polêmicos ou não e integrá-los como temas geradores, como fazia Freire em suas experiências, a fim de gerar discussões, debates, instigar o diálogo, a criticidade, a reflexão nos alunos e nas alunas da EJA, objetivando diminuir a alienação que é consequência da transmissão da esfera televisa, detentora de um poder incalculável.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318);

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** En: Crítica y emancipación: Revista Latino americana de Ciências Sociales. Ano 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008. ISSN 1999-8104.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em:
- http://www.dicionariodoaurelio.com/Alienacao.html. Acesso em 25de Out. de 2013;
- http://www.dicionariodoaurelio.com/Sociedade.html. Acesso em 25 de Out. de 2013;

HERNANDÉZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão:** a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988.

MORAIS, Regis de. **TV e Educação:** entre o caos e o horizonte. Campinas: Alínea, 2009.

MATUCK, Artur. **O potencial dialógico da televisão:** comunicação e arte na perspectiva do receptor. São Paulo: Annablume, 1995.

ORTIZ, Renato. **Telenovela:** história e produção. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PALLOTTINI, Renata. **Dramaturgia da televisão.** São Paulo: Moderna, 1998.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Televisão e escola:** conflito ou cooperação? São Paulo: Cortez, 1991.

VANNUCCHI, Aldo. (Org.). **Paulo Freire ao vivo:** Gravação de conferências com debates realizadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. (1980-1981) 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Luiz Pereira de Lima Junior *

Educação e escola: da autoridade centralizada a miríades de liberdade

RESUMO

A analítica do poder de Michel Foucault é um dos espaços férteis para situar os sistemas educativos como modalidades políticas, os quais são produtores de discursos e perpassados por relações de poder-saber. A escola, por sua vez, é uma forma de "internamento adaptado", pois utiliza a "punição" e a "recompensa". Sob essa perspectiva, encontram-se pistas para problematizar a educação e a escola moderna, singularmente no Brasil atual, que disciplinam e controlam os corpos e as almas dos educandos, sem perder de vista as resistências que pervertem a lógica do instituído: a possibilidade de educar para a liberdade. Objetivando proceder a uma análise dos acontecimentos que marcam a educação e a escola, dialogamos com diferentes pensadores que apontam pistas para tentar minar as práticas sociais e educativas escolares, que referendam a autoridade centralizada ou soberana: miríades de liberdade.

Palavras-chave: Educação. Escola. Poder-saber. Liberdade.

ABSTRACT

Michel Foucault's power analytics is one of the fruitful spaces that situate educational systems as political modalities, discourse producers, and permeated by power – knowledge relationships. School, on its turn, is an "adapted internment" form, as it makes use of "punishment" and "reward". Under this perspective, clues are found in order to render problematic, both education and modern school, particularly in today's Brazil, which discipline and control students' body and soul, without losing sight of resistance that perverts instituted logics: a possibility to educate for freedom. Aiming to proceed to an analytics of the events that mark education and school, we have interacted with different thinkers who show us clues that attempt to undermine school's educational and social practices that attest the centralized or sovereign authority: myriads of liberty.

Keywords: Education. School. Power – knowledge. Liberty.

(*) Doutor em Ciências Sociais e professor do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: lpljunior@hotmail.com.

O trabalho de Foucault (1987, 1988) abre espaços para refletir a educação e a escola moderna.[1] Os sistemas educativos são concebidos como espaços discursivos que visam, entre outros, à disciplina e ao controle dos comportamentos, levando à perpetuação das relações de poder-saber.

A escola, segundo Foucault (1997, p. 82; 1999, p. 121, 12, 119), pode ser comparada com uma modalidade de "internamento adaptado". Questiona, ainda, o fato de a escola, para efetivar o processo de ensino, necessitar da "punição" e da "recompensa". É que essas "instituições de sequestro" passam a trabalhar com modalidades de poderes em função de seu objetivo, ou seja, o de normalizar o comportamento dos educandos para perpetuar os processos de "assujeitamento"[2] nas situações escolares. Essa é uma questão (exercício do poder institucional) que pode conduzir a problematização do papel da educação e da escola no Brasil atual. Nessa direção, pode-se questionar: "Por que, nas escolas, não se ensina somente a ler, mas se obrigam as pessoas a se lavarem?" Essa postura da escola retrata uma forma de "polimorfismo" que visa controlar a vida das pessoas.

Ao discorrer sobre os recursos para o bom adestramento, Foucault (1987, p.159-166, 137) coloca a "vigilância hierárquica", a "sanção normalizadora" e o "exame". O bom adestramento requer, *a priori*, a "correta disciplina". Essa questão mostra que o poder disciplinar tem como objetivo primordial o de "adestrar", e não, o de se apropriar e de retirar. Adestrando-se, inicialmente, retira-se e apropria-se muito mais. Dessa forma, "a disciplina ´fabrica` indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos, ao mesmo tempo, como objetos e como instrumentos de seu exercício."

Abordando a vigilância hierárquica, o aludido autor ressalta que a obtenção do poder disciplinar envolve, necessariamente, o olhar hierárquico. Exercer a disciplina significa lançar mão de um dispositivo "[...] que obrigue pelo jogo do olhar." Todos devem estar visíveis para que os meios de coerção sejam perfeitamente aplicáveis. A vigilância hierarquizada é condição *sine qua non* do poder disciplinar. Logo, ele

> organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ´sustenta` o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina.

Referindo-se à sanção normalizadora, ele situa algumas questões que a singularizam. Entre elas, observamos aquelas que podem ser observadas no contexto escolar. Comumente, as escolas trabalham com formas de cerimoniais, em que os alunos são submetidos a um ritual fúnebre para que possam adentrar os espaços escolares. Esse aspecto, por si só, está atrelado a uma "micropenalidade do tempo", em que os alunos podem ser punidos se não cumprirem o que fora estabelecido pelos códigos escolares. Observa-se que o "castigo disciplinar" é utilizado para sanar os possíveis desvios da norma. Os alunos passam por um processo de normalização, uma vez que a disciplina se encarrega de enquadrá-los em objetivos aprioristicamente determinados, para que possa prevalecer e se perpetuar a secular cultura do medo e do castigo na alçada da normalização. Não é à toa que Foucault (1979, p.83) mostra que os professores passaram por um processo de normalização, entre o ano de 1775 e o de 1791, na França.

No que diz respeito ao exame, Foucault (1987, p.166, 137) ressalta que "[...] a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino." A educação e a escola sempre foram "mestras de disciplina". Como resultado dos exames (dispositivo de visibilidade utilizado no espaço pedagógico), as pessoas são classificadas e vistas como objeto, o que não descarta a possibilidade de construírem suas saídas.

A educação é vista como "maquinaria de confinamento disciplinar". Esse fato é aplicável nos dias atuais. Sua função precípua era a de normalizar a sociedade e fabricar o sujeito

1. Nogueira-Ramírez (2011, p.20) afirma que "[...] a Modernidade, entendida como aquele conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas que tiveram início nos Séculos XVI e XVII na Europa, tem uma profunda marca educativa."
2. Referendando Foucault, Branco (2000, p.326) diz que se refere a uma forma de realizar o "controle da subjetividade", passando pela "constituição mesma da individualidade", isto é, da constituição de uma subjetividade "dobrada sobre si e cindida dos outros".

moderno. As práticas escolares são descritas e analisadas na perspectiva de "tecnologias disciplinares", pois elas produziram novos saberes e poderes e agem especialmente sobre os corpos. Tal fato a coloca no rol dos aparatos disciplinares. O poder não circula apenas entre os professores, pois os pais, o governo, os estudantes, entre outros, exercem-no para suprir diversificadas demandas. Além desses aspectos mencionados, abrem-se possibilidades para o questionamento das concepções tecnicistas que sempre estiveram na base dos processos educativos.

A disciplina derrama-se em todos os espaços e lugares. Ela é flutuante e tem uma positividade. De um lado, instaura processos de assujeitamento; de outro, conduz as pessoas à rebeldia e à contravenção da norma. Comumente, na escola, as crianças se voltam contra o instituído.

A escola é o *lócus* da maestria em disciplina. Ela, por mais que tenha veiculado normas objetivas para disciplinar e formalizar os comportamentos, sobretudo para disseminar a sexualidade,[3] não detém os impulsos naturais que jorram dos corpos e das almas, que pervertem a norma. São pessoas que surpreendem. Criam. Elas fogem e procuram abrigo em situações de prazer, sobretudo, quando fazem renascer o sexo, firmando-se em seu acontecimento aleatório (LIMA JÚNIOR, 2008).

"Menina, menino, vou tomar a sua lição."!

Esse jargão disciplinar, comumente utilizado pelos pais, sempre vem à baila, justamente quando estou escrevendo sobre as catástrofes da disciplina. Quando essas palavras ecoam em meus ouvidos, percebo os seus raios sobre as almas e os corpos de crianças que, naquele momento, preferiam brincar e aprender com a vida. Ler e escrever são práticas de descoberta do mundo, que nos conduzem a enxergar caminhos jamais imagináveis, mas também podem nos conduzir a labirintos. Essas práticas, quando assumem um propósito local e prático, vislumbram horizontes alheios ao que comumente é visto. A leitura e a escrita seriam movidas por relações que as pessoas estabeleceriam com as diferentes práticas de suas vidas. Trata-se, de um lado, de estarmos envoltos pela "ilha do alfabeto" e, de outro, de contarmos com os diferentes fluxos de práticas e códigos de comunicação (ILLICH, 1990, p.35).

Discorrendo sobre a "pedagogização dos conhecimentos", Varela (1994, p.87, 89-90, 93) mostra que, desde o Renascimento, esse processo, juntamente com o alvorecer de instituições educacionais, como, por exemplo, os colégios jesuítas, vêm-se alastrando mesmo com modificações até os dias atuais. É salientado que, basicamente no fim do Século XVIII, sobretudo calcado no aludido processo, Foucault começou a mostrar que ocorreu uma modificação no âmbito dos conhecimentos, o que o levou a comentar o "disciplinamento interno dos saberes". As instituições escolares vêm exercendo um papel significativo nessa empreitada. Assim, a "ciência pedagógica" encarrega-se de "racionalizar" as práticas escolares e suas transmissões, sem questionar as relações de poder-saber.

Utilizando a perspectiva foucaultiana em suas análises da escola moderna, Veiga-Neto (2000, p.189, 192-193, 204-206, 213; 2004) diz que ela não deve ser concebida como uma via que conduza à "racionalidade, à liberdade e à igualdade" dos seres humanos. Essa postura se insere no domínio do neoplatonismo, que concebe o sujeito, *a priori*, iluminado pelos raios da prática pedagógica. Essa educação escolarizada está eivada de pressupostos iluministas. Esse aspecto se acirra muito mais ao se questionar sobre a forma como eles serão atingidos, uma vez que gera corpos e almas assujeitados, "disciplinamento", "desigualdade", entre outros aspectos.

Apesar de essas questões fazerem parte do cotidiano da educação e da escola, o referido autor mostra que se pode fazer alguma coisa para reverter esse quadro, pois as pessoas vêm exigindo "mudanças" não apenas da escola, mas também do mundo. Ele não reitera o "pessimismo de Deleuze" acerca da escola. Embora demonstre sua postura em favor de uma dada transformação da escola, ressalta que as alternativas que têm sido postas, especialmente, nessa virada de milênio, não são "animadoras". Acerca da crítica à escola hodierna, não se deve somente levar em consideração o termo "escola", mas também observar o "tipo de escola", os usuários a que serve e os "objetivos" que pretende alcançar. É necessário observar "[...] como ela está sendo pensada, onde ela está funcionando etc."

Essa forma de compreender a escola não se volta para os princípios de racionalidade, liberdade e igualdade, tal como preconizavam as ver-

3. Refere-se a um dispositivo de poder que se materializa nas práticas sociais, educativas e escolares (FOUCAULT, 1979, 1988).

tentes conservadoras e, até mesmo, críticas da educação. A análise se destina a uma crítica da escola não apenas para que se possa compreender suas formas de funcionamento, mas também como se vêm alterando suas práticas, em nível dos discursos morais que assolam os corpos.

A partir de uma perspectiva diferente dessa possibilidade de transformar a escola, questiona-se a existência da educação e da escola. No caso de sua existência, observa-se, de acordo com Deleuze e Guattari (1997a, b), a perspectiva de uma educação "esquizo". Uma educação que foge, escapa do modelo formal. As pessoas aprenderiam de acordo com suas necessidades, sem necessitar de coerção e de padrões de comportamentos normalizados. Essa perspectiva está em construção, uma vez que ainda é precária uma prática dessa natureza (TRAGTEMBERG, 1982; GALLO, 1995, 2003; PASSETTI, 2008).

O vocábulo educação, na visão de Costa (2000, p.117,13), necessita de um processo de mudança de valores, para que sejam vislumbradas novas perspectivas. Isso apareceria como uma educação esquizo, ou seja, concebida com propósitos "virtuais", efêmeros. Pensar numa modalidade de educação nesses moldes significa "potencializar", não apenas dentro, mas também fora da escola, "[...] modos de marcação, códigos, práticas, linguagens, experimentações, deslocamentos e deslizamentos que não coincidem com aqueles já instituídos nos planos psicopedagógicos, educacional e social." Essa postura poderá aliviar os desastres que a educação vem causando na vida das pessoas.

A escola, portanto, não produz um educando, mas pessoas adestradas, cujos instintos são disciplinados e controlados. Ela não faz emergir o Eros que habita os corpos e as almas. Assim, Gallo (1998a, p.56) afirma: "Numa pedagogia erótica, numa educação da sedução e do desejo, o trabalho do educador é multiplicado [...]."

Nessa direção, é mister falar de uma maneira singular de compreensão da educação, pois, segundo Passeti, ela é, na visão dos anarquistas (2008, p.102, 115),

> [...] um ato insurrecional e desescolarizador, que potencializa a vontade e a liberdade do indivíduo, a recusa à representação e aos representantes, e afirma mais uma entre tantas de *ação direta*. [...] Pode ser que, em um momento, essa educação peça escola, mas será uma escola diferente, suave, intensa, guerreira, libertadora e libertária.

Com o intuito de mostrar que a educação presa à formalidade é uma prática complexa, é fundamental destacar o ensino sob outra perspectiva. Imbuída do pensamento de Nietzsche, Marton (1984, p.23, 49) fala de um "ensino puro", ou seja, "[...] desvinculado de qualquer objetivo prático, e a produção da cultura, produção desinteressada, desligada de qualquer intenção utilitária." Ressalta, contudo, que "a educação – seja ela familiar, cívica, política ou religiosa – aparece como um processo para tornar o educando semelhante ao educador. Aliás, esse é o princípio de toda a vida gregária: impedir as singularidades, abolir as diferenças."

A educação, na ótica de Deacon e Parker (1994, p.100), é uma prática disciplinar fundamentalmente ocidental, que foi assumindo diferentes formas a partir dos pressupostos kantianos, calcados em sujeitos cognoscentes que se tornaram objetos de seus próprios conhecimentos. A escola é uma instituição produtora de um corpo dócil e comportado e pode ser vista como uma espécie de panaceia. O Estado, inicialmente, detém o monopólio da educação, isto é, monopoliza a instrução geral para veicular e realizar a moralidade.

Ao discorrer sobre os saberes disciplinares e a disciplinarização das pessoas, especialmente no cenário escolar, Varela (1994, p.94) diz que esses aspectos constituem os polos de práticas que perpassam o referido cenário. Corrobora-se, com base nesse pensamento, a ideia da interdisciplinaridade como forma disfarçada de disciplina, uma vez que não dá conta das relações de poder-saber que se travam na arena da escola. Apesar de esse discurso fazer parte da prática de diferentes profissionais que a estão desenvolvendo no cotidiano escolar, eles ainda reproduzem o mesmo ideal das Luzes. Querem "iluminar" as pessoas, não com práticas e vivências novas que desvirtuem os processos de disciplinarização de suas vidas. Ao contrário, debruçam-se sobre um sujeito que já se perdeu num tempo determinado pelos homens. Seus novos métodos, munidos dos discursos da interdisciplinaridade, tentam resgatar um sujeito pulverizado. Dessa forma, "[...] tanto o controle dos saberes como o controle dos sujeitos tendem a repousar em códigos psicopedagógicos baseados predominantemente na Psicologia Evolutiva ou Genética."

A interdisciplinaridade, preconizada pelos profissionais da educação, não rompe com a disciplinarização, alimenta o processo (GALLO,

1998b, p.153). Ela, além de corroborar os ideais iluministas, reforça o paradigma arbóreo que funda a referida disciplinarização e que se faz presente em seu interior e nas práticas profissionais. A interdisciplinaridade, ao reagrupar as disciplinas, apoia-se no discurso moral e cristão, como as disciplinas e os diferentes campos disciplinares o fizeram. Ela não muda o curso da episteme calcada no modelo arbóreo, apenas utiliza o disfarce do holismo (prática mais antiga de dominação, pois se relaciona com a religião) para tentar ser a fada-madrinha que irá juntar os pedaços do projeto humanista e iluminista. Ela reitera e reafirma a razão domesticadora, visando modelá-la aos novos espaços que, a rigor, são marcados por práticas sociais que a desvirtuam. A razão pulverizada (com sua "racionalidade moderna") perdeu-se nos diferentes lugares e espaços sociais. A interdisciplinaridade é uma prática de disciplina e controle dos espaços disciplinares do conhecimento, pois eles têm como projeto fundamental reiterar o discurso da razão.

Extrapolando-se essa discussão, observa-se que a educação assume a forma de instrução, e o Estado apresenta-se como continuador e garantidor da família e, comumente, assume a postura de soberano confundindo educação (em sentido amplo de sociabilidade) com instrução geral. Isso é feito de forma proposital. Educar, pois, na percepção de Passetti (1998, p.25-31), não é instruir, incutir nas pessoas a subserviência, o respeito demasiado por superiores que exercem disciplina e controle sobre a vida, fazendo com que desempenhemos papéis de acordo com o que fora estabelecido. Todos nós somos submetidos aos padrões instituídos que se estendem desde a infância até à vida adulta. Instaura-se uma forma de sociabilidade calcada na subserviência, na hierarquia, para tornar dóceis os corpos e atender-se às diferentes autoridades que nos circundam.

Essa forma de educação firma-se por meio de uma autoridade centralizada ou soberana. Isso significa educar com o uso da força, que passa a ser situada em diferentes lugares fazendo jus às relações de soberania, e encontrar no Estado a autoridade para que dela se disponha como monopólio e passe a ser legitimada. Calcada na soberania centralizada, a educação requer obediência, porquanto isso é veiculado através de uma política do medo que é introjetada nas pessoas. A instrução pública veiculada pelo Estado, sob a forma de educação, assume um papel de destaque na formação dos povos, para que eles sempre estejam voltados para os interesses dos que exercem a soberania, visando atender aos objetivos da sociedade edificada sob a disciplina (FOUCAULT, 1979) e, mais recentemente, sob o controle (DELEUZE, 1992; PASSETTI, 2003; TÓTORA, 2006) que, mesmo assumindo especificidades, retrata também uma postura soberana.

A instrução veiculada pelo Estado, sobretudo nesses últimos tempos, reafirma o lema da educação para todos, presente nas políticas de educação implementadas pelo Estado, o que já existia entre os liberais. Esse discurso da educação liberal, embora assuma um novo formato nos dias atuais, primou pelos mesmos objetivos que se referem à educação racional, calcada na razão universal. Apesar de se perceber a veiculação da instrução pública assumindo o estatuto de educação, sobretudo para a obediência, o que conduz as pessoas a se moldarem aos seus interesses, reconhece-se que as resistências devem eclodir de todos os lugares e espaços, como uma das formas de contrariar o instituído. Voltar-se-á contra as metas da sociedade disciplinar: a soberania, a disciplina e a segurança, que visa a corpos saudáveis e dóceis.

As discussões eivadas de interesses que emanam de profissionais provenientes de organismos oficiais e de demais pessoas envolvidas fazem parte da engrenagem poder-saber. Tal engrenagem pretende administrar, disciplinar e controlar a vida das pessoas, para garantir interesses os mais diversificados possíveis.

Opondo-se a essa perspectiva de disciplinarização dos corpos, veiculada no interior da escola, a pedagogia libertária, de acordo com Lipianski (1999, p.7), faz ressurgirem temas como "educação não repressiva", "pedagogia não diretiva", "aulas em autogestão", que caracterizam a corrente libertária. Esses temas surgem não só no âmbito do ensino, mas também em diferentes setores da vida política e social. Passetti (2000, p.182) afirma que "[...] a criança é o alvo da pedagogia libertária, que supõe também uma terapêutica no mundo dos adultos."

Ao inscrever a dimensão educativa sob essa perspectiva, Tomassi (1988, p.10-11) diz que o movimento anarquista, desde suas origens, foi marcado por uma dimensão educativa, que está relacionada, de forma muito intensa, à exigência de liberdade em cada aspecto particular da "vida individual e associativa". Volta-se contra quaisquer tipos de "opressão espiritual e de doutrinamento", visando melhorar a condição humana e um desenvolvimento completo da personalidade

de cada pessoa. A ação educativa é um dever de "militante". Dessa forma, o aluno não deve ser moldado, adaptado à ordem estabelecida seja pelo Estado, quer pela Igreja, pela família. Ao contrário, deve seguir seus impulsos naturais, sua liberdade interior e exterior, e sua capacidade individual, ou seja, de tudo quanto o constitui. A pedagogia libertária vem desenvolvendo seus conceitos fundamentais recentemente, e suas raízes são tão profundas que se confundem com as do anarquismo como prática político-social.

A escola, no dizer de Varela e Alvarez-Uria ([s/d], p.42, 263, 275-276), é um lugar em que se ensina e se aprende uma série de "banalidades" desvinculadas da prática. Assim, "uma breve genealogia dos mecanismos disciplinares permite conhecer como determinadas tecnologias, que emergiram nas prisões e nos manicômios, irradiaram logo o campo produtivo e o educativo." As teorias e as técnicas educativas e psicológicas utilizadas no sistema educativo estão relacionadas com os aspectos derivados da organização científica e do trabalho produtivo. Impedem, até certo ponto, que os alunos "[...] busquem, encontrem e desenvolvam formas de solidariedade, entre eles, com os professores, e participem realmente do próprio processo de formação [...]." Isso leva os professores a uma condição de *expert*, tendência que pode conduzir a ampliar a falsa tradição que separa alunos de professores, considerando-se que eles se transformam naqueles que detêm o "verdadeiro saber".

A prática da educação, da escola e a dos demais profissionais nela envolvidos volta-se para a disciplina e para o controle dos corpos. Isso independe da utilização de métodos ativos ou inativos. E quando se chama de ativos os métodos, o poder que lhes é inerente denota sua ambiguidade e práticas retóricas. Salienta Bernardi (1990, p.55) que

> [...] todas as teorias educativas consistem essencialmente em tirar alguma coisa antes de dar, censurar antes de fornecer modelos válidos, proibir, impor normas antes de socializar experiências. Penso, então, que, se se deseja falar de educação em sentido próprio, a única atitude humana, cultural, eticamente razoável, é a de não intervir direta e contemporaneamente para buscar instrumentos idôneos para o indivíduo.

Essas reflexões podem ser observadas nas pedagogias ditas construtivistas que, apesar de pretenderem se voltar contra uma forma de educação autoritária, reafirmam os dispositivos disciplinares. Elas disciplinam como quaisquer outras propostas pedagógicas conservadoras ou tradicionais. Quanto à questão dos referidos métodos, pode-se ressaltar com Costa (2000, p.126): "Daí o motivo de a educação atravessar ondas de êxtase em torno de modismos, chavões, de 'novos' métodos e receitas psicopedagógicos." Enfatiza, ainda, o pensamento de Guattari, ao dizer que,

> [...] mesmo as orientações construtivistas-interacionistas jamais radicalizaram suas propostas. Ora investindo no afetivo, ora no cognitivo, mesmo com alguma originalidade, elas não ousaram ainda experimentar o que seria uma espécie de devir-onto-etológico ou um devir-ecosófico da educação.

Percebe-se, com base nessas considerações, que tanto a educação quanto a escola estão preocupadas em adestrar o aluno para que ele possa relacionar-se com os interditos que emanam das práticas sociais, a rigor, marcadas pelo projeto judaico-cristão (NIETZSCHE, 2000a), deixando como legado a subserviência perante o soberano: pais, professores, filósofos, cientistas e todos os que buscam para si a autoridade central.

Tomassi (1988, p.68-81) assevera que, Johann Caspar Schmidt, que era conhecido pelo pseudônimo de Max Stirner, contrariando esse princípio da educação, voltou-se contra os princípios em que se pautava a educação. Não foi um militante do anarquismo, mas um filósofo único. A escola, para Stirner (1979, p.66), procede a um "adestramento mecânico" dos homens.

A educação e a escola disciplinam corpos e almas e torna-os manipuláveis, para que perpetuem as práticas do medo e do castigo. Essa é a chamada cultura do rebanho. No entanto, algo surpreendente, inusitado e irreverente poderia povoar as práticas educativas e escolares: alunas e alunos dançando como Zaratustra (NIETZSCHE, 2000b, p.223):

> Eu, Zaratustra, o dançarino, Zaratustra, o leve, o que agita as suas asas pronto a voar, acenando a todas as aves, ligeiro e ágil, divinamente leve e ágil; eu, Zaratustra, o adivinho, Zaratustra, o risonho, nem impaciente nem intolerante, afeiçoado aos saltos, eu mesmo cingi essa coroa.

É possível educar desterritorializando as práticas fundadas no medo, no castigo, no autoritarismo e na subserviência. Então, façamos da educação e da escola a CAVERNA DE ZARATUSTRA!

Referências

BERNARDI, Marcello. **Como respeitar a criança**. In: ILLICH, Ivan et al. Educação e liberdade. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Imaginário, 1990. 139 p. Cap.3. p.53-63. Tradução de: Educazione e Libertà.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Considerações sobre ética e política.** In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo. (org.). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000. 352p. Parte 2. p.179-217.

COSTA, Sylvio de S. Gadelha. **Esquizo ou da educação:** Deleuze, educador virtual. In: LINS, Daniel, COSTA, Sylvio de S. Gadelha, VERAS, Alexandre. (Org.). Nietzsche e Deleuze: intensidade e paixão. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. 190p. (Outros diálogos). p.117-132.

DEACON, Róger, PARKER, Bem. **Educação como sujeição e como recusa.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. 258p. Cap.5. p.97-110.

DELEUZE, Gilles. **Conversações,** 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: 34, 1992. 232p. (TRANS). Tradução de: Pouparlers, 1972-1990.

___, GATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: 34, 1997a. 176p. v.4. (TRANS). Tradução de: Mille plateaux: capitalisme et schizophénie.

___. ___. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: 34, 1997b. 240p. v.5. (TRANS). Tradução de: Mille plateaux: capitalisle et schizophénie.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Tradução e organização Roberto Machado. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295p. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências, 7).

___. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Lígia M. Pondé Vassalo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 280p. Tradução de: Surveiller et punir.

___. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p. v. 1. Tradução de: Histoire de la sexualité 1: la vonloté de savoir.

___. **História da loucura na idade clássica.** Tradução José Teixeira C. Netto. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 551p. Tradução de: Histoire de la folie à l'âge classique. Parte II: Médicos e doentes. p. 297-338.

___. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução Roberto Cabral de M. Machado e Eduardo J. Morais. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999. 158p. Tradução de: La verité et les formes juridiques.

GALLO, Sílvio. **Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação.** Campinas, SP: Papirus, 1995. 191p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

___. **Eros pedagogikos:** em torno de uma erótica didática. Libertárias. São Paulo, n.3, p. 53-56, set., 1998a.

___. Notas para uma educação rizomática. **Encontro de educação libertária**. Santa Maria, p.153, dez. 1998b.

___. **Deleuze & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 120p. (Pensadores & educação, 3).

ILLICH, Ivan. Na ilha do alfabeto. In:___. et al. **Educação e liberdade.** Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Imaginário, 1990. 139p. Cap.1. p.11-35. Tradução de: Educazione e Libertà.

LIMA JUNIOR, Luiz P. de. **O labirinto da sexualidade.** João Pessoa: UFPB, 2008. 102p.

LIPIANSKI. **A pedagogia libertária.** Tradução Plínio A. Coelho. São Paulo: Imaginário; Nu-Sol, 1999. 76p.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 117p. (Encontro radical).

NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo.** Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2000a. 112 p. (Coleção a obra-prima de cada autor). Tradução de: Der antichrist.

___. **Assim falou Zaratustra.** São Paulo: Martin Claret, 2000b. 255p. (Coleção a obra-prima de cada autor).

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos E. **Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 268p. (Coleção Estudos Foucaultianos).

PASSETTI, Edson. **Educação e liberdade.** Encontro de educação libertária. Santa Maria, p.25-35, dez. 1998.

___. **Amizade:** (ensaio: Foucault, Nietzsche, Stirner). São Paulo: 2000. (Livre Docência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cap.3: Stirner. p.146-210.

___. **Anarquismos e sociedade de controle.** São Paulo: Cortez, 2003. 326p.

___.; AUGUSTO, Acácio. **Anarquismos e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.127p. (Coleção temas & educação).

STIRNER, Max. O falso princípio da nossa educação. In:___. **Textos dispersos.** Lisboa: Via, 1979. 151 p. p.63-93.

TOMASSI, Tina. **Breviário del pensamiento educativo libertário.** Madrid: Carvajal, 1988. 237p.

TÓTORA, S. **Democracia e sociedade de controle.** Verve. São Paulo, n.10, p.237-261, out., 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. 163p. (Coleção educação contemporânea. Série teoria e práticas sociais).

VARELA, Júlia, ALVAREZ-URIA, Fernando. **Arqueologia de la escuela.** Cruz Verde: La Piqueta, [sd.]. 304p. (Geneaslogía Del Poder, 20).

___. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O sujeito da educação:** estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. 258p. Cap. 4. p.87-96.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera.; BRANCO, Guilherme Castelo (org.). **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000. 352p. Parte 2: segundo Foucault. p.179-217.

___. **Foucault & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 192p. (Pensadores & educação, 4).

Maria do Socorro Gomes Barbosa *
Fábio Lúcio Gomes Barbosa **
Edja Coeli Fernandes Acioli Barbosa ***

Aquisição de Linguagem - paralelo entre os dicendi em L1 e L2: breve reflexão

RESUMO

Examinamos se o período crítico agiria como inibidor do processo de aquisição de L2: o inglês. Do ponto de vista psicolinguístico, verificamos que a idade biológica não age como um elemento de inibição. A estatística, via programas R e Action, do índice de acerto das respostas de perguntas construídas com os verbos dicendi conversar, falar, dizer e contar, bem como suas respectivas traduções no inglês foram registradas. Estabelecemos um breve paralelo entre a aquisição de estruturas transitivas com foco no trajetor e marco de sentenças da língua portuguesa do Brasil (grupo de controle) e sentenças da língua inglesa com aprendizes que moram em nosso país.

Palavras-chave: Transitividade. Período crítico. Verbos dicendi. Trajetor e marco.

ABSTRACT

To examine whether the critical period would act as an inhibitor of the L2 acquisition process: the English idiom. Psycholinguistically, we found that the biological age does not act as an element of inhibition. The statistics, via R and Action programs, of the correct rate of responses to the questions constructed with dicendi verbs talk, speak, tell and say and their translations into Portuguese, was recorded. A brief parallel between the acquisition of transitive structures focusing on trajector and landmark judgments of the Portuguese of Brazil (control group) and sentences with English language learners who live in our country were established.

Keywords: Transitivity. Critical period. Dicendi verbs. Trajector and Landmark.

(*) Mestra em Linguística e Língua Portuguesa do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – UFPB – Campus I. E-mail: vovobabi@hotmail.com
(**) Mestre em Linguística (Proling – UFPB). E-mail: bito-1@hotmail.com
(***) Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa. E-mail: edja.barbosa@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante de nossos estudos sobre o processo de aquisição de linguagem direcionado especificamente a verbos dicendi. Consideramos a visão de Goldberg (1995), Vygotsky (1996), Tomasello (1999) e Langacker (2008), sem demérito aos não citados, apropriada para dar suporte à pesquisa.

A discussão sobre o período crítico, registrado na literatura, desperta a seguinte questão: O período crítico, de fato, existe ou seria uma visão distorcida de alguns cientistas? Nossa intenção, neste momento, não é de participar dessa polêmica, mas de, através de metodologia experimental, verificar se aprendizes de língua estrangeira (doravante L2), na faixa etária entre 11 e dezoito anos, período crítico, apresentam uma relação significativa, estatisticamente verificável, quanto ao índice de acerto em sentenças transitivas com os verbos dicendi em língua portuguesa do Brasil, a saber: contar, falar, dizer e conversar, com suas respectivas versões em inglês: tell, speak, say e talk.

Selecionamos verbos do grupo dicendi (embora, para esse experimento, qualquer grupo de verbos poderia ser uma boa escolha), ao observar que aprendizes de língua inglesa parecem apresentar certa confusão quanto ao complemento verbal 'correto'. Partindo da insegurança dos aprendizes de L2, manipulamos a transitividade sem que os informantes percebessem nosso alvo.

Esse tema nos pareceu relevante uma vez que pretendemos comparar e verificar se o processo de significação das sentenças apresenta discrepâncias significativas entre o índice de acerto de nativos versus os de aprendizes de L2. Para fazer a aferição, utilizamos recursos psicolinguísticos (experimento) e tratamento estatístico através de programas de computador. Este estudo não é relevante somente pelo fato de podermos fazer generalizações relativas ao que se denomina período crítico, mas também por contribuir, sob o ponto de vista acadêmico, para que possamos compreender como o processo de aquisição da linguagem ocorre em nossa mente/cérebro.

Problematizar a aquisição da linguagem, segundo a literatura da área, é saber se o conhecimento é adquirido de forma inata, geneticamente transferido de geração para geração, através de um órgão mental que contém uma gramática universal (um módulo exclusivo para a aquisição da linguagem) ou se essa habilidade está relacionada ao fato de nós reconhecermos que o outro é um "self", isto é, um ser com quem possamos interagir e compartilhar nossos "artefatos". A dicotomia 'nature' versus 'nuturne', que tem acirrado as discussões sobre a aquisição de linguagem, será testada de forma não racional, mas empírica. Cremos que esse método dará conta de mostrar que o conhecimento humano, especificamente a linguagem, é um contínuo (fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático) e não, modular; e, ainda, que nosso conhecimento advém de nossa interação com o outro.

Nossa hipótese é de que o período crítico não afetaria a quantidade de acertos dos informantes de L2, ou seja, os aprendizes de L2 manteriam os mesmos padrões de acerto das respostas, pois, estatisticamente, não haveria diferença significativa entre o índice de acerto dos nativos de língua portuguesa em relação aos dos aprendizes de L2. Partimos do pressuposto de que há outros fenômenos que podem levar um aprendiz de L2 a ter mais dificuldades de aprender um segundo idioma, mas que essa dificuldade não advém, necessária e predominantemente, de uma faixa etária pré-programada geneticamente, como é o caso do período crítico.

Nosso objetivo foi de verificar se o índice de acerto em L2 seria equivalente entre nativos de língua portuguesa do Brasil e aprendizes de L2 que também moram em nosso país. A priori, quanto mais experiências tivermos, ao longo de nossas vidas, mais poderemos compreender a natureza dos arquétipos pragmáticos que nos rodeiam. O fator quantidade de experiência está, portanto, ligado ao nosso tempo de vida, mas não é a maturidade de um órgão mental, por si só, que determina a construção dos nossos conhecimentos.

Nossa questão de pesquisa consistiu em saber se, durante as experiências de vida, usamos nossa capacidade de aprender os arquétipos pragmáticos que nos cercam e se o fenômeno como lateralidade, segundo a neurociência, ocorre já nos primeiros anos de nossa existência. En-

tão, a puberdade - período crítico - não deve ser considerada como um fator que altere o índice de resposta em aprendizes de L2.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa teve como base norteadora experimentos psicolinguísticos, com a intenção de viabilizar um estudo sobre se o período crítico afetaria significativamente o índice de resposta em aprendizes de L2, tendo como grupo de controle nativos da língua portuguesa do Brasil.

Quanto ao objeto de estudo, discutimos sobre se, de fato, o período crítico afeta ou não o modo como os aprendizes de L2 compreendem (índice de acerto) as sentenças. Com experimentos psicolinguísticos, intencionamos analisar até que ponto o período crítico age como um fenômeno que inibe a compreensão de construções com verbos dicendi. Partimos da premissa de que o período crítico não afetaria significativamente as respostas dos aprendizes de L2, em relação às respostas obtidas pelo grupo de controle. Para operacionalizar esse experimento, usamos o conceito de transitividade, que ocorre quando o verbo de uma construção abre espaços (do inglês "slots") na posição de trajetor, ou seja, anterior ao verbo, bem como na posição posposta ao verbo - marco.

Apoiados no princípio da imagética convencional de Langacker (2008) e, especificamente, no conceito de trajetor e de marco, avaliamos se o período crítico age como inibidor do processo de aquisição de uma segunda língua. Comungamos, assim, com o entendimento da Gramática Cognitiva, ao admitir que a inferência de uma sentença é mais do que a soma de decodificações individuais das entidades que compõem a construção. Isso significa que a biologia não poderá agir como fator que inibirá o processo de aquisição de L2.

Depois de realizar os experimentos em duas etapas – um, em língua inglesa, e outro, em língua portuguesa do Brasil, chegamos aos seguintes números:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INFORMANTES

	Língua inglesa	Língua portuguesa
Experimento 1	47	51

●●●

Os participantes foram adolescentes com faixa etária entre onze e dezoito anos de idade, tanto do sexo masculino quanto do feminino. Em língua inglesa, os informantes foram divididos em dois grupos de acordo com seu nível de proficiência. A divisão foi feita da seguinte forma: informantes que atingiram nota igual ou acima de 6.0 no teste de avaliação para cursar o quarto semestre de língua inglesa foram classificados como de nível um (1); os que não passaram ou ainda não tinham acesso ao teste, porém com mais de três semestres concluídos ou ainda em curso foram classificados como de nível dois (2). Abaixo, segue parte do modelo do teste que usamos para dividir os grupos para o experimento em língua inglesa. Devido ao volume de páginas do teste de proficiência, só apresentaremos parte do teste.

FIGURA 1. TESTE DE PROFICIÊNCIA

D. **You are going to hear a conversation. As you listen, look at the statements below. For each statement, mark the TRUE or FALSE column. Number 1 is done for you. (2.5 points each — total: 10)**

	TRUE	FALSE
1. Emily thinks erosion is a boring topic.	✓	
2. Rachel and Dylan are siblings.		
3. Dylan tidied his room this morning.		
4. There were about twenty T-shirts on the floor in Dylan's bedroom.		
5. Dylan probably won't get his allowance this month.		

●●●

Foram considerados informantes os que estavam cursando períodos que representassem um tempo igual ou superior a três semestres de estudo. Aqueles que porventura estivessem fora desses padrões não foram autorizados a responder ao experimento. A coleta de dados foi feita com tantos informantes quanto foi possível, de acordo com o que nos foi permitido pela direção de um curso de inglês situado no Bairro do Jardim Luna na cidade de João Pessoa - Paraíba. Ao iniciar os testes, os alunos tiveram acesso ao termo de consentimento para que, só depois da leitura e da aceitação dos termos, o teste fosse efetivamente iniciado.

Esse experimento só foi possível depois de ser aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba, que nos deu o seguinte parecer:

PARECER 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PlataForma Brasil

Continuação do Parecer: 344.890

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
De acordo.
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Adequados.
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
De acordo.
Recomendações:
Aprovar.
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
De acordo.
Situação do Parecer:
Aprovado
Necessita Apreciação da CONEP:
Não
Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 31 de Julho de 2013

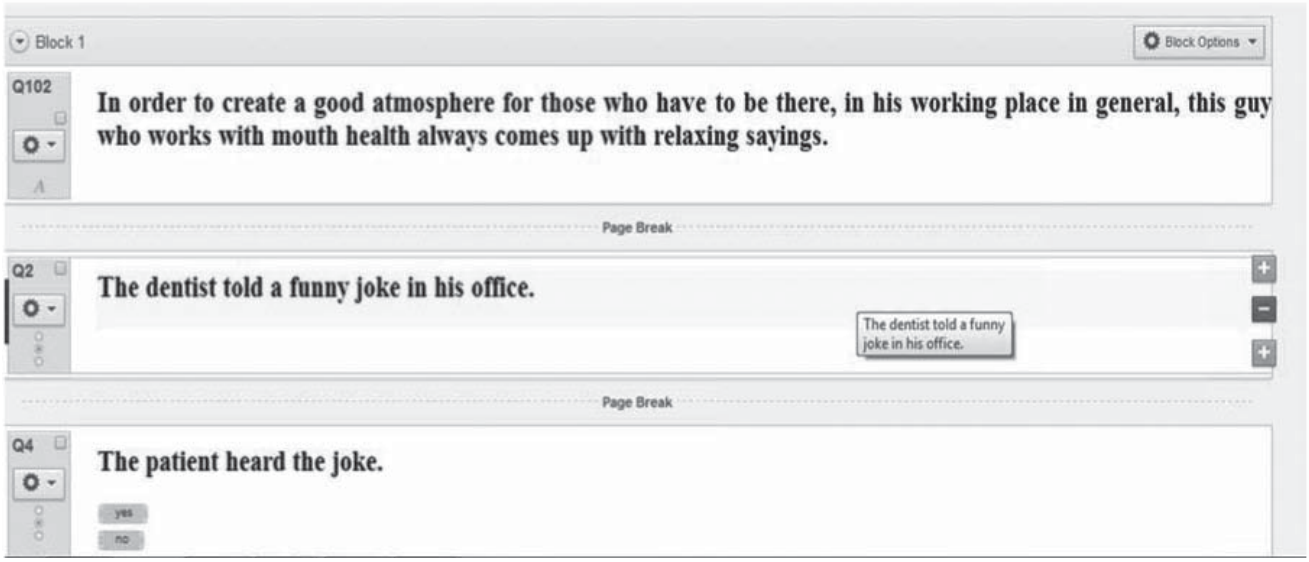
Devido à habilidade natural com a tecnologia envolvida na coleta dos dados, nossos informantes não precisaram da ajuda do pesquisador. Eles leram o termo de consentimento, receberam as instruções necessárias para iniciar a tarefa proposta e foram informados de que seriam voluntários em nosso trabalho. Para o experimento em língua portuguesa, foram selecionados 51 informantes, alunos de uma escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Bairro Pedro Gondim em João Pessoa – Paraíba. Caso algum deles tivesse mais de dezoito anos, embora estivesse na mesma sala dos de faixa etária adequada, seria trimado de nosso banco de dados.

Tivemos, então, o seguinte desenho experimental: como variável independente, a transitividade dos dicendi, e como variável dependente, o índice de acerto, ou seja, a quantidade de itens marcados "corretos". Essa variável dependente ocorreu entre os grupos de língua inglesa e língua portuguesa. Procuramos minimizar riscos durante a realização do experimento, supervisionando o laboratório onde ocorreu o teste.

Ao elaborar as sentenças para o experimento, observamos o alinhamento entre o trajetor e o marco. Como hipótese nula, também possível de ocorrer, sabemos que o período crítico poderá afetar o índice de resposta dos aprendizes de L2, ou seja, a discrepância no índice de acerto poderá ser significativa. Estatisticamente, será representado por um valor P< 0, 05. O material utilizado para o experimento foi um laboratório de informática com computadores equipados com processador "*dual core*" de 1.3 da *Intel* e da *Internet*. Esses computadores continham o *LINUX* como sistema operacional e o navegador *Mozilla Firefox*. Utilizamos o *software* de pesquisa acadêmica *Qualtrics*, que é um misto de *website* com *software* científico para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Esse "*software*" serviu de suporte digital para desenhar, aplicar e coletar os dados de nossos experimentos, tanto o piloto quanto o definitivo.

Segue imagem de um bloco pronto para ser editado:

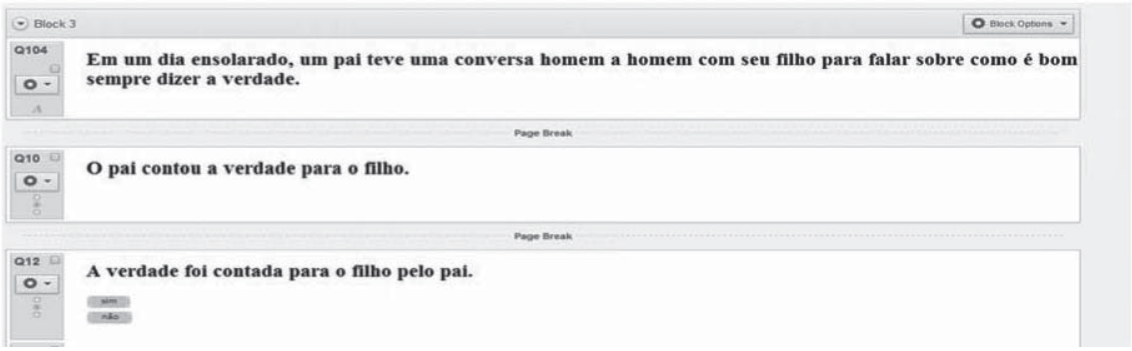
TELA 2 - EXEMPLO DE BLOCOS EDITADOS PARA O EXPERIMENTO



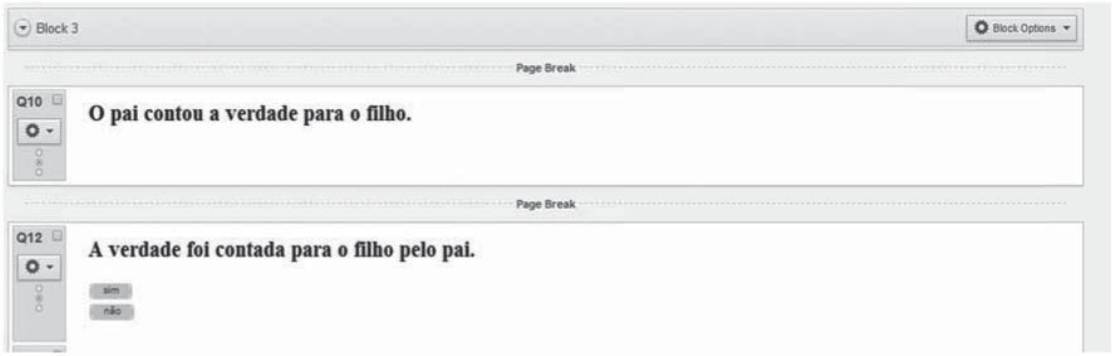
●●●

Esse foi o formato usado para nossos experimentos em língua portuguesa e inglesa. Depois de serem formatadas, segundo o padrão acima, as sentenças foram randomizadas automaticamente pelo programa.

TELA 3 - IMAGEM DE EDIÇÃO DO EXPERIMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA COM CONTEXTO



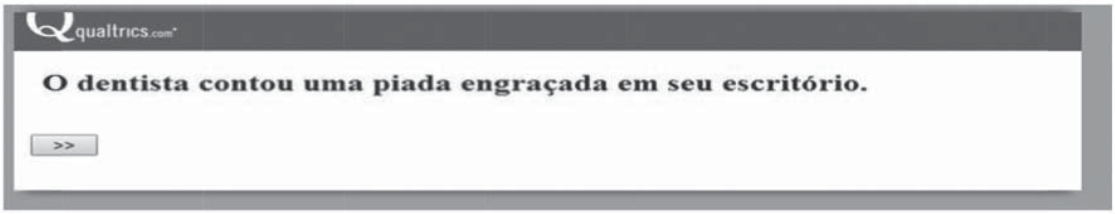
TELA 4 - IMAGEM DE EDIÇÃO DO EXPERIMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA



●●●

Para esse experimento, usamos dois tipos de sentença: as que pretendíamos testar e sentenças distratoras, que tinham a finalidade de evitar que os informantes percebessem o foco de nossa pesquisa. Eles não tiveram acesso visual às telas acima. Para eles, o programa mostrava a seguinte interface:

TELA 5 - ESTÍMULO SEM CONTEXTO



TELA 6 - SENTENÇA DE AFIRMAÇÃO PARA AFERIR O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO

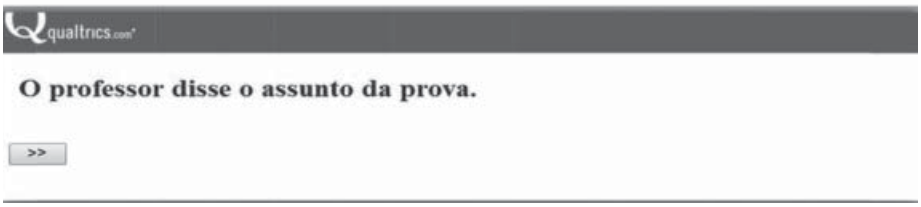
Essa é a forma gerada a partir dos blocos. Acima, temos um exemplo das sentenças apresentadas aos informantes. O experimento prosseguia com a leitura das telas. Nele, havia sempre uma tela com uma condição a ser testada, seguida de outra tela em que o informante poderia escolher entre o sim ou o não. Os resultados do índice de acerto foram calculados automaticamente e armazenados no *Qualtrics*. Logo após a coleta e o armazenamento dos dados, utilizamos um programa de estatística chamado de "R" e outro chamado de *ACTION* para proceder ao tratamento desses resultados.

Para aplicar o teste, usamos o laboratório de informática de cada escola, para onde os alunos foram conduzidos de suas salas de aula por um voluntário local. Ao chegar ao laboratório, os informantes voluntários receberam as explicações sobre o experimento, com a garantia de que os dados informados seriam preservados sigilosamente e que, a qualquer instante, poderiam desistir do teste. Também foram informados dos riscos que correriam ao utilizar o computador destinado para aquele fim. Em seguida, foi feito um modelo de teste para que os informantes se familiarizassem com o experimento. Só então, efetivamente, iniciaram o teste. Na primeira tela, havia um termo de consentimento, e ao avançá-la, significaria que o informante estaria de acordo com as condições de voluntário na pesquisa. Cada informante foi exposto às condições experimentais e às sentenças distratoras.

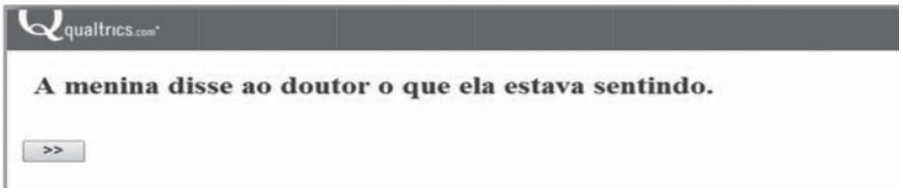
Vale ressaltar que as sentenças foram expostas de forma randomizada, com a intenção de desviar o foco de percepção dos informantes. Abaixo, segue uma série de telas com diferentes condições experimentais de um mesmo verbo - dizer - e um exemplo com uma sentença distratora.

TELA 7 - SENTENÇA PREPOSICIONADA

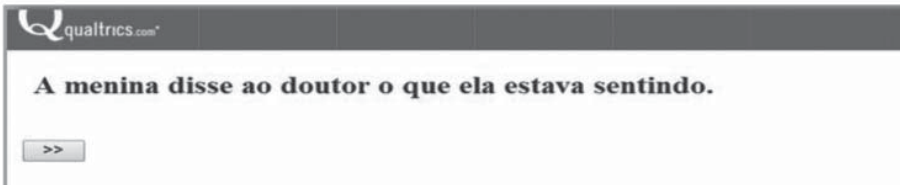
TELA 8 - SENTENÇA NÃO PREPOSICIONADA



TELA 9 - SENTENÇA PREPOSICIONADA E NÃO PREPOSICIONADA SIMULTANEAMENTE



TELA 9 - SENTENÇA PREPOSICIONADA E NÃO PREPOSICIONADA SIMULTANEAMENTE



TELA 10 - SENTENÇA DISTRATORA

Depois de apresentar a metodologia, seguimos para a análise das condições experimentais. Para isso, verificamos se o período crítico se comportaria como facilitador do processo de significação das sentenças gramaticais. Nesse proceder, serão revelados dados que possam confirmar ou refutar nossa hipótese e a possibilidade de encontrarmos dados que fujam ao alcance deste nosso trabalho.

3. ETAPA DE ANÁLISE

Após a apresentação da metodologia, seguimos para a análise das condições experimentais. Verificamos se o período crítico se comportaria como facilitador do processo de significação das sentenças gramaticais.

4. RESULTADO DOS TESTES: ANÁLISE DOS DADOS

A codificação das sentenças será explicada através dos programas "R" e "*ACTION*". A apresentação dos resultados evoluirá a partir de tabelas, seguida de gráfico e finalizada por dados estatísticos que demonstraram que o período crítico não foi determinante quanto ao índice de acerto entre os nativos de língua portuguesa e os aprendizes de L2.

5. A NATUREZA DAS SENTENÇAS DO EXPERIMENTO

Partimos do entendimento de que todo ato de comunicação humana é motivado e que a percepção que a criança tem dessa motivação traduz-se na interação criança x adulto e vice-versa. Selecionadas as construções transitivas com os verbos dicendi, manipulamos a transitividade a fim de tornar possível a operacionalização experimental. Para efeito de categorização e operacionalização, atribuímos aos argumentos pospostos ao verbo a seguinte natureza: argumento não preposicionado, preposicionado e simultaneamente preposicionado e não preposicionado.

TELA 11 - ARGUMENTO NÃO PREPOSICIONADO

TELA 12 - ARGUMENTO PREPOSICIONADO

TELA 13 - ARGUMENTO NÃO PREPOSICIONADO E PREPOSICIONADO SIMULTANEAMENTE

O período crítico foi testado via transitividade verbal, e para que controlássemos nosso experimento, definimos um grupo de verbos - os dicendi. Usamos a transitividade como instrumento linguístico capaz de nos conduzir a uma precisão empírica confiável, uma vez que ela age como estrutura conceptualizadora que pode receber e categorizar as informações que devem ser veiculadas na interação com o cossemelhante.

6. A CODIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS

Para que pudéssemos fazer o tratamento dos dados usando os programas estatísticos já mencionados - o R e o *ACTION* - tivemos que codificar as três condições experimentais: argumento preposicionado, não preposicionado e preposicionado e não preposicionado simultaneamente. Contudo, observamos, apenas, o índice de acerto entre os grupos nativos e os aprendizes de L2.

7. APRESENTAÇÃO DAS TABELAS, DOS GRÁFICOS E DOS PARÂMETROS ESTATÍSTICOS

Uma característica básica da metodologia experimental é definir a(s) variável(s) dependente(s). Em nosso caso, elegemos o índice de acerto. Adotamos como resposta correta a alternativa 'Sim'.

TABELA 2 - ÍNDICE DE ACERTO

Perguntas	Aprendiz de L2	Nativos
Erro	132	108
Acerto	408	432

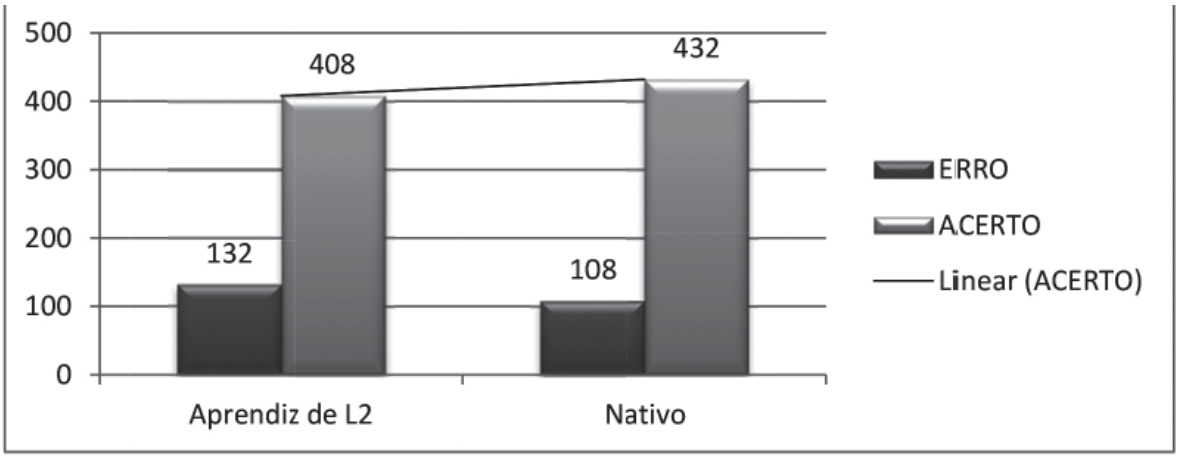
Com base nesses dados, verificamos que o índice de acerto, como havíamos previsto, não revela discrepância numérica que atribua ao período crítico um fenômeno de inibição da aquisição de L2. Contamos com a colaboração voluntária de 106 informantes de ambos os sexos, porém, por não completarem o teste de compreensão, foram reduzidos a noventa e quatro (94). Cada um deles respondeu a 12 perguntas com diferentes condições experimentais, o que resultou em 564 respostas. Para obter valores de referência comparativa, realizamos o experimento com o grupo de controle composto pelos nativos de língua portuguesa.

TABELA 3 - EXPERIMENTO 1

Sexo	Nº de informantes	2ª série do ensino médio	1ª série do ensino médio
Nativos	**47**	**24**	**23**
Aprendiz de L2	**59**	**29**	**30**
Total	**106**	**53**	**53**

A partir dos dados encontrados, usamos o programa estatístico denominado de R, com o objetivo de verificar se a correlação dos dados comprovaria ou refutaria nossa hipótese experimental. A fórmula Qui-quadrado foi usada para fazermos a análise estatística. O Qui-quadrado, com correlação de yates, trata-se de uma fórmula matemática que tem como objetivo medir a correlação entre variáveis em pesquisas empíricas. Sua finalidade é de avaliar se a relação entre as variáveis se mantém em um padrão significativo (que se deve considerar), ou se os resultados foram obtidos ao acaso. Para isso, usa-se um referencial denominado P-Valor. Assim, se o P-valor for menor ou igual a 0,05, diz-se que há significância entre as variáveis. Caso contrário, o P-valor não será significativo. A tabela do índice de acerto, por exemplo, resultou no seguinte gráfico:

GRÁFICO 1. ÍNDICE DE ACERTO



O gráfico revela que o período crítico não agiu como um inibidor do processo de aprendizagem de L2. Embora o índice de acerto em nativos seja maior do que os de aprendiz de L2, a discrepância não aponta para um valor expressivo do ponto de vista estatístico. O teste Qui-quadrado, com correlação de yates, mostrou os seguintes números: X^2= 2.8339 e grau de liberdade = 1. Lembramos que o valor de p dever ser $p<0,05$. Obtivemos p-valor = 0.09229, que corrobora a visão de que o período crítico não pode ser considerado como um fator de inibição no processo de aquisição de L2.

8. CONCLUSÕES

Concluímos a análise ressaltando que nosso ponto de interesse reside em discutir sobre se o período crítico age como um fator de inibição do processo de aquisição de L2. Ao usar a transitividade como ferramenta para chegarmos à eficiência biológica do período crítico, assumimos o seguinte posicionamento: a atualização desejada pelo falante, no momento da interação comunicacional, seria afetada caso o período crítico fosse um inibidor do processo de aquisição de uma língua. Nesse sentido, cremos que não há um módulo específico para a linguagem. Então, se o período crítico afeta a linguagem, deveria afetar também outros tipos de aprendizagem.

Depois de estudar os dados, conseguimos afastar a hipótese nula de que aprendizes de L2 teriam um rendimento significativamente mais abaixo do que os nativos. Isso significa que, com base nos dados coletados, não existe relação entre o período crítico e o aprendizado de L2.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados indicaram que não houve diferença significativa entre o índice de acerto entre falantes nativos do português do Brasil e aprendizes de inglês que moram no Brasil. Porém, durante o processo de análise dos dados, registramos que houve produtividade acentuada nas sentenças construídas com preposição entre o verbo e seu objeto. Esse caso merece ser observado em futuras análises. Outro fenômeno que merece ser investigado é se um texto motivador que funcionasse como instaurador de uma circunstância agiria como facilitador da compreensão, tanto em nativos quanto em aprendizes de L2.

Assim, observamos os índices de acerto entre nativos e aprendizes de L2 sem proceder a análises mais profundas. Contudo os dados nos revelaram que há um campo promissor de estudo. Podemos inferir, com base nesse experimento, que o aprendizado de L2 depende da necessidade do aprendiz e do tempo e da frequência que ele dedicará ao exercício de aquisição dos arquétipos pragmáticos de um novo idioma: o grau de fluência, oral ou escrita.

Referências

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à Linguística I**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2011.

GOLDBERG, A. **Constructions. Chicago:** University of Chicago Press, 1995.

LYONS, John. **Lingua(guem) e Linguística.** Inglaterra: Cambridge University Press, 1981.

MUSSALIM, F. & BENTES, Anna C. (org) **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos.** São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

TOMASELLO, M. **The Cultural Origens of Human Cognition.** London: Harvard University Press, 1999.

Roberto Germano Costa *, Alecksandra Vieira de Lacerda **,
Jucilene Silva Araújo **, Alberício Pereira de Andrade*, Pedro Dantas Fernandes **

O homem e a mulher da Caatinga: aspectos históricos e culturais

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de construir um referencial teórico sobre o papel do homem e da mulher no Bioma Catinga, relatando aspectos históricos e culturais dessa gente. A Caatinga brasileira é um cenário de grandiosas riquezas naturais, muitas das quais encontradas apenas nesses espaços de vida e belezas únicas. Suas potencialidades não estão somente nas obras-primas feitas pela natureza, mas também na cultura, na arte, na culinária, na música e em sua gente. O desafio, então, é de escrever a história dessa região a partir da apropriação da riqueza da região pela população, ancorado em investimentos em educação e promoção humana, em seu conceito mais amplo.

Palavras-chave: Costumes. Cotidiano. Cultural. Potencialidades. Relações Sociais. Seca.

ABSTRACT

This study aimed to construct a theoretical framework on the role of man and woman in Caatinga Biome, reporting historical and cultural aspects of these people. The Brazilian Caatinga is a grandiose setting of natural resources, many of which are found only in these environments and unique beauties. Their potentials are not only the masterpieces made by nature, but also in culture, in art, in Cooking in Music and its People. The challenge, then, is to write the history of this region from appropriating the wealth of the region by population, anchored in investment in education and human development in its broadest sense.

Keywords: Behavior. Daily Life. Culture. Potential. Social Relations. Drought.

(*) Doutores em Zootecnia e Professores do CCHSA/UFPB, Campus de Bananeiras. E-mail: betogermano@hotmail.com. (**) Doutores em Biologia e Professores da UFCG – Campus de Sumé, PB. (***) Doutora em Agronomia e pesquisadora do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA/MCT)

1. REFERENCIAL HISTÓRICO

Na Caatinga, homens e mulheres vão construindo cenários que são vivenciados em cada pingo d'água que cai e brota em vidas, para, em curto tempo, fazer-se presente o rigor do sol. Assim, esses personagens acompanham, cuidadosamente, cada passo da natureza, suas vontades e caprichos e vão aprendendo a tecer a teia da vida nessa região de significativas belezas e potencialidades.

Historicamente, tem-se registrado que, primeiro, o homem criou o gado e tangeu, do litoral para o interior, o boi que trouxe de Portugal e foi acompanhando suas pegadas, fundando currais, combatendo e estabelecendo relações com os índios, povoando e conquistando. As condições naturais da região sertaneja tiveram um papel importante na ocupação do território. Desde o Século XVII, o sertão tornou-se um grande pasto natural: embora a água fosse escassa, a terra era vasta e plana. Sua produção de carne e de couro era consumida em toda a Colônia e chegava aos centros mais distantes por meio das tropas de abastecimento. A vastidão do território e a utilização de pouca mão de obra para tocar a produção criaram uma cultura regional muito diferente da litorânea, conhecida como "cultura sertaneja" ou "civilização do couro".

Nesse meio, a vida isolada e solitária das fazendas, com pouca mão de obra e grandes áreas de pastoreio, foi um dos principais elementos para compor uma sociedade semifechada e rústica, onde o trabalho tomava conta dos dias. Ferrar os bezerros, curar as bicheiras dos animais doentes, matar onças e cobras, abrir bebedouros e conduzir os rebanhos pelas caatingas foram forjando o homem sertanejo, numa mistura de nativos e colonos do além-mar.

Distantes do litoral, foram sendo absorvidos pelo lugar e criando novos valores culturais, embebidos de mitos e imaginação, mistura do religioso com o supersticioso. Nesse sentido, dos beatos ao malassombro das casas abandonadas, foram surgindo os curadores de bicheiras, as rezadeiras e muitas histórias propagadas pela literatura de cordel, também rústica, tanto na arte gráfica quanto no rebuscar do português falado na região. Portanto, essas áreas são formadas por uma sociedade de mitos, mistérios e predestinação.

Assim concebida, a Caatinga se mostra como um território constantemente recriado pelo olhar e pela emoção que organiza a experiência de homens e mulheres, uma espécie de sentimento sensorial que transforma a experiência vivida em conhecimento, algo intuitivo e interpretativo dos sentidos aguçados. Perceber e interpretar os símbolos da natureza é uma experiência vital para a própria vida humana nesse lugar.

A ratificação dessas assertivas é definida por estudiosos, ao referirem que, mais do que qualquer outro contingente demográfico do nosso interior, essa população forma um povo e uma cultura amarrados à rusticidade da vida econômica e social nas Caatingas. Encontra-se, nessa região, uma centenária cultura popular de raízes linguísticas centradas em fundamentos ibéricos e aperfeiçoadas ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para os fracos e os acomodados.

Assim, o homem e a mulher do sertão têm particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas. A chegada da estação das águas, chamada de inverno. O rebrotar da folhagem em todas as caatingas. O retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas. O conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas. Portanto, o território cultural é caracterizado por uma forte diversidade de tempo, formas e movimentos, construídos em todos os sentidos, dando aos que aqui vivem e aos que por aqui passam os pilares da arte, da ciência e da mística de ser sertanejo.

Além dos elementos mencionados, é significativo referenciar que a Caatinga se traduz como um espaço fortemente marcado, por apresentar traços de identidade e simbolismo, que refletem a história, a resistência e a tenacidade de sua população. Nesse sentido, a simplicidade implícita ao convívio dos catingueiros com o meio (natural e social) é complexa, na medida em que o olhar se detém sobre a história da colonização na região, sobre as características naturais do Semiárido e sobre as relações sociais que se organizaram nesse contexto.

2. AS RELAÇÕES SOCIAIS E OS CONFLITOS

Considerando, particularmente, as relações sociais que se formaram no processo histórico, percebe-se que a Caatinga foi palco de lutas populares que são símbolos para todo o Brasil. Nesse sentido, a grande resistência do homem e da mulher catingueiros pode ser comprovada através de movimentos (conflitos) populares. Nesse cenário, surgiram líderes religiosos, conhecidos na região como beatos ou conselheiros. Pregando sobre a salvação da alma, esses religiosos mobilizavam seguidores e formavam comunidades. Movimentos populares de caráter religioso era outra forma primitiva de contestar e de lutar contra a miséria e a fome. Eles se contrapunham ao catolicismo conservador vigente e, por esse motivo, não eram bem vistos pela Igreja. Sem alternativas e sabendo que esse estado de coisas continuaria, os grupos de rebeldes procuraram em si mesmos os meios para tentar mudanças, instigados pelo analfabetismo, pela fome, pela falta de um futuro melhor, pelos anos sucessivos de seca, pelo descaso das autoridades e pela participação, muitas vezes infeliz, da Igreja Católica.

Assim concebido, ocorreu em Canudos (1897) um dos maiores conflitos da história catingueira, em que homens e mulheres lutavam para mudar suas condições de vida, fugindo da miséria e da dominação dos grandes latifundiários. Organizavam-se em grupos que lutavam contra a elite opressora e por melhores condições de vida, até a morte. Liderados por Antônio Conselheiro, firmaram-se historicamente como bravos heróis que resistiram até o fim.

Outro exemplo de resistência desse povo é o surgimento do cangaço. Entre 1870 e 1940, a intensidade da desigualdade econômica teve como resposta a violência do cangaço. Essa era uma das formas mais comuns de se lutar contra a miséria e a fome, mas pode ser entendida como um tipo de revolta primitiva ou inconsciente, porque seu objetivo não era de lutar pela transformação das condições sociais mais gerais. O emprego da violência, de forma rotineira e de caráter vingativo, é a marca do cangaço. Assim, as causas do surgimento do cangaço foram de natureza variada. A pobreza, a falta de esperanças e a revolta não foram as únicas. Mas foram essas circunstâncias as mais importantes para que começassem a surgir os cangaceiros. Muitos eram pequenos proprietários, mas tinham que se sujeitar aos coronéis. Do meio do povo sertanejo, rude e maltratado, surgiram os cangaceiros mais convictos de que lutavam pela sobrevivência.

Todos os personagens foram muito importantes na história do cangaço. Assim, surgiam os numerosos líderes de bandos, tantos que a maioria teve seus nomes esquecidos pela história. Muitos, entretanto, tornaram-se conhecidos, e seus nomes serão lembrados sempre que se falar em cangaço. Entre eles, destacam-se: Cabeleira, Lucas da Feira, Jesuíno Brilhante, Adolfo Meia Noite, Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião. Vários cangaceiros tiveram seus nomes gravados pela história, mas nenhum deles destacou-se tanto quanto Lampião. Seu nome de batismo era Virgolino Ferreira da Silva. Lampião, ao contrário do que muita gente pensa, não foi o primeiro cangaceiro, mas, praticamente, o último. Sem dúvida nenhuma, foi o mais importante e o mais famoso de todos. Seu nome e seus feitos chegaram a todos os recantos de nosso país e até ao exterior.

Até o advento de Lampião, como passou a ser conhecido a partir de certo momento de sua vida, o cangaço era apenas um fenômeno regional, limitado ao nordeste do Brasil. O restante do país não se incomodava com o que não lhe dizia respeito. Mas a presença de Lampião, sua ousadia e seu destemor fizeram desse cangaceiro uma figura de destaque nos noticiários diários do país inteiro, o que exigia, cada vez mais, das autoridades, que se sentiram publicamente desafiadas a liquidá-lo.

Ao lado da figura masculina no cangaço, a mulher também foi destaque. Sua participação ocorreu por volta da década de 1930, depois de uma batalha na Fazenda Favelas, perto da cidade de Juazeiro, na Bahia, onde os soldados que inspecionaram o local encontraram um lenço cor de rosa perfumado. Era o primeiro vestígio da existência de mulheres nos bandos cangaceiros, que também marcou o início de muitas mudanças.

No interior de tanta brutalidade, a presença da mulher surge como elemento fundamental para aliviar as tensões e suavizar discordâncias. Apesar da vida dura, elas não perdiam sua feminilidade. A primeira mulher a se juntar aos bandos de cangaceiros foi Maria Gomes de Oliveira, que ficou conhecida pelo apelido de "Maria Bo-

nita", dado por Lampião. Era chamada de "Dona Maria" pelos cangaceiros, em sinal de respeito, pois era mulher do chefe. Também era chamada de "Santinha" por seu homem nos momentos de carinho. Essa mulher iniciou uma nova fase no cangaço, pois era um misto de beleza, coragem e valentia. Dedicou-se totalmente a Lampião e nem a morte os separou. Na memória da Caatinga, ficaram as histórias de Maria Bonita, Dadá e muitas mulheres que deram um toque de delicadeza à violência do cangaço. Além delas, as cantigas sertanejas, em seus enredos musicais, apresentam mulheres como Áurea, Enedina, Inacinha, Otília, Neném e tantas outras, que se embrenharam pelas matas com seus companheiros, fosse através de rapto ou de seu consentimento, construindo uma vida alternativa ao padrão de submissão que o patriarcalismo ruralista lhes impunha.

Assim, são muitas as memórias que falam, entre outras histórias, do cotidiano de mulheres fortes: das "Marias cangaceiras", que jamais perderam a ternura, mesmo quando precisavam empunhar armas de fogo para defender seus homens, seu amores, sua liberdade. Portanto, essas cangaceiras representavam uma pequena parcela de mulheres do interior do Nordeste que tinham liberdade de expressão e, por isso, conseguiam salvar muitas vidas.

3. O COTIDIANO DO HOMEM E DA MULHER NA CAATINGA

De modo geral, a história tem registrados vários outros importantes acontecimentos que marcaram as lutas e a história dos homens e das mulheres da Caatinga. Nesse cenário, o povo fica porque construiu uma relação cultural profunda com o meio. O povo "caatingueiro" é apaixonado por seu lugar e, ainda que precariamente, aprendeu a sobreviver nesse ambiente, porque, assim como o cacto, o sertanejo foi feito para o sertão. Então, desempenhando diferentes papéis, homens e mulheres foram construindo sonhos e realidades.

O papel do homem catingueiro está centrado no trabalho dito "produtivo", compreendido como toda a atividade efetuada para produzir bens e serviços destinados ao consumo mediante troca ou venda. Nesse sentido, o roçado é responsabilidade do homem, e a casa, da mulher. Os produtos produzidos no roçado - feijão, milho e mandioca – eram considerados uma mercadoria de valor de troca no mercado local, logo, reconhecidamente público. Nesse contexto, ao trabalho masculino é atribuído valor, mas ao da mulher, não, e isso resulta em uma distribuição desigual de poder e de prestígio. Mesmo quando os filhos e a esposa desempenham tarefas no roçado, elas são consideradas, apenas, como "uma ajuda" ao trabalhador principal - o homem. Elas não decidem o que plantar, não comercializam os produtos nem ficam com o dinheiro.

4. A ATIVIDADE DO VAQUEIRO

No Semiárido, o agricultor e o vaqueiro desempenham um papel sobremaneira importância. Particularmente, este último aparece como uma espécie de mito, cheio de coragem, experiência e domínio da profissão. O vaqueiro, figura lendária vestida de couro, é uma representação viva da unidade signal homem/cavalo, um corpo que consegue, com destreza, dominar o gado e a Caatinga. Uma raça apaixonada pela aventura de sua profissão e que resiste, bravamente, à ameaça de extinção, imposta pela marcha do progresso. São muitas as histórias de vaqueiros, aqueles que enfrentam a lida de noite e de dia e que, sob o clarão da lua, saem para buscar o boi desgarrado. Homem bravo que, com o corpo e a fala, baila entre os espinhos aboiando canções de amor e estalando o casco do cavalo entre as pedras e os lajedos do lugar.

O vaqueiro é idas uma figura ativa de representação do Semiárido. Solitário com seu rebanho, silencioso, segue a lida com sua bruaca de couro, perneira, gibão, alpercatas e chapéu pequeno, para se proteger do tempo e não engalhar nas caatingas fechadas. Portanto, correr a cavalo nesse ambiente seco, reunindo cabeça por cabeça de gado, que caminha de um lado para outro em busca de comida e tendo ainda de ferrá-lo, castrá-lo e depois transportá-lo para áreas onde ainda exista um pouco de verdes pastagens é a tarefa dos vaqueiros. E o êxito dessa missão deve-se à extrema habilidade que conseguem ter sobre a sela e à proteção proporcionada pelos "encouramentos", a única vestimenta capaz de

resistir aos galhos que cortam como navalhas.

Para o vaqueiro trabalhar, são imprescindíveis uma boa sela, um par de esporas, um relho, uma corda de couro, uma faca afiada, um serrote para serrar chifres quebrados, o búzio - que emite um som cheio, que alerta os companheiros sobre a localização de reses desgarradas - um alforje, para levar a comida e pequenos objetos, a manta, a careta usada para obrigar o boi a andar em linha reta, as rédeas, o freio e o cabresto.

De modo geral, a história dos vaqueiros vem se desenvolvendo há mais de 300 anos, e sua importância ultrapassa os limites do cotidiano, chegando aos grandes clássicos da literatura brasileira, como Vidas Secas (Graciliano Ramos), por exemplo, em que o vaqueiro Fabiano e sua família fogem da seca e da pobreza. Grande Sertão: Veredas (Guimarães Rosa), que envolve jagunços, disputas territoriais e poder político dos grandes fazendeiros. O vaqueiro, o cavalo e o boi são os principais personagens da literatura de cordel, com muitas histórias, cantigas e aventuras de vaqueiros que enfrentam a caatinga sem medo.

5. O PAPEL DA MULHER

Considerando o papel da mulher catingueira, tem-se destacado o trabalho dito reprodutivo, cuidar da casa e dos filhos, pequenos animais, horta. Em outras palavras, o trabalho "improdutivo", segundo a ótica capitalista, que é tudo o que é feito para uso e consumo da família, é pouco valorizado devido à escassa ou a nenhuma participação na geração de renda.

Nesse sentido, as atividades das mulheres, diferentemente das dos homens, como fica restrito ao âmbito doméstico, não é reconhecido como trabalho. O fato de que o trabalho doméstico seja improdutivo, do ponto de vista de que não é expresso em valores monetários, faz com que o tempo e a energia que as mulheres da zona rural empregam para o cuidado e a atenção dessas ações sejam invisíveis, esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. Portanto, a divisão sexual do trabalho está profundamente relacionada às representações que a sociedade vincula a homens e mulheres.

Assim, tem-se colocado que as atividades realizadas pela mulher agricultora, tanto no espaço produtivo (na roça) quanto no reprodutivo (em casa), não se caracterizam como trabalho. No âmbito doméstico, as atividades realizadas pela mulher não consubstanciam trabalho porque não geram renda, enquanto na agricultura o que descaracteriza é o número menor de horas dedicadas às atividades, em relação ao total de horas dadas pelo homem. A menor dedicação da mulher aos afazeres da roça se explica porque, como o tempo é um fator limitado, o tempo dela é, em grande parte, absorvido pelo serviço doméstico. Tal realidade reflete a divisão sexual do trabalho vigente na região, cuja base é o sistema patriarcal.

6. A RELAÇÃO COM A ÁGUA

Particularmente no Semiárido, há uma relação íntima entre a água e o feminino, e isso se justifica, talvez, porque abastecer os recipientes é considerado uma extensão do trabalho doméstico, aquele que se faz da porta para dentro. Ao homem cabe cuidar da roça e dos animais, ou seja, do serviço que se faz da porta para fora. Nesse sentido, a relação com a água revela a divisão de papéis familiares e de trabalho entre os sexos. Mas a beleza rude da cena não pode ocultar o sofrimento imposto ao corpo. Submetidas a esse serviço desde crianças, as mulheres carregarão na pele, nos músculos e nos ossos a dureza de um trabalho repetitivo e pesado, porque, além de administrar internamente a água que abastece a casa, transporta-a do açude, do rio, do barreiro, da cacimba ou da cisterna para a casa, quase sempre, a pé, com a lata ou o balde na cabeça.

Muitas vezes, o local de abastecimento fica distante do domicílio, e a mulher, sob o sol causticante e carregando o peso do vasilhame com água na cabeça, faz várias viagens durante o dia para suprir a necessidade daqueles que residem com ela. Quando a família dispõe de transporte - carroça puxada a jumento ou boi – para carregar a água armazenada em tonéis, a mulher fica isenta de exercer essa função. O encarregado de realizar a tarefa passa a ser o "homem da casa", isto é, o marido, e em sua ausência, um filho, um familiar ou agregado do sexo masculino. A mulher só se responsabiliza por essa tarefa na falta

desses integrantes.

Quando o transporte da água é feito a pé, passa a ser uma atividade ainda mais difícil em época de seca, por causa da redução do número de fontes de água. Nesse caso, além de necessitar andar mais para adquirir a água, a mulher, muitas vezes, tem que despender seu tempo na fila, à espera de que a água "apareça", quando a fonte é uma cacimba que, na ocorrência de uma seca, facilmente se esgota pelas sucessivas retiradas de água realizadas pela população local necessitada.

Nas muitas caatingas mais distantes de fonte de água, nos períodos de seca, as mulheres chegam a andar mais de 10 km por dia para conseguir e carregar na cabeça água não potável – barrenta e contaminada por dejetos humanos e animais, às vezes até por agrotóxicos. Nessas ingratas e penosas jornadas, muitas mulheres chegavam a andar 300 km/mês para transportar cerca de 150 latas d'água, ou seja, mais de 2.700 litros de água/mês, para atender a algumas das necessidades básicas de suas famílias, prioritariamente, para cozinhar e beber. Portanto, a cena de mulheres carregando latas d'água na cabeça é clássica. Sua estética já foi captada por muitos artistas. Caminhando esguias e retilíneas, posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça, as mulheres realizam um desfile pelas estradas calcinadas do sertão. O poço, a fonte, a água é o lugar do encontro do feminino, de conversas íntimas, da socialização de problemas, sonhos e desejos.

Assim, tem-se ratificado que a contribuição da mulher cresce em importância nos anos de seca. Nesses períodos, quando os homens se alistam nas frentes de trabalho ou migram para outros lugares, são as mulheres que assumem a gestão das famílias do interior. Na ausência dos maridos, elas buscam alternativas de trabalho e renda fora das pequenas fazendas, pois são as famílias que vivem do trato da terra em pequenas propriedades as mais afetadas pelas dificuldades impostas pelas secas. As mulheres assumem esse labor em condições de extrema incerteza, pois os maridos que migram nem sempre voltam para casa. Nesses períodos, elas vivem como se fossem "viúvas de maridos vivos". Assim, são conhecidas também como as "viúvas da seca". Isso configura a imagem real do papel desempenhado pela mulher na manutenção da unidade familiar, ou seja, retrata a força das mulheres do Semiárido para sustentar "seu pedaço de terra" e manter inabalável sua dignidade, enquanto os seus homens –maridos e filhos mais velhos – vagavam por terras alheias.

Portanto, é nesse cenário em que homens e mulheres catingueiros vão modelando suas vidas. Mesmo considerando a intensidade com que o sol atinge sua terra, pelas pedras na terra avermelhada, pelos espinhos das plantas, pela água salobra, o sertanejo não desiste de trabalhar. Trabalha com a enxada para tirar a sua comida, trabalha com a sua memória e o seu tino para cultivar suas músicas, danças, poesias, tradições, sua cultura. É um povo lutador, esquecido pelos que vivem nas metrópoles, que levanta de madrugada e já sai cantando para a lida.

7. NOVO PARADIGMA PARA A REGIÃO

Atualmente, está em gestação um novo conceito civilizatório para a região: a convivência com o Semiárido, cuja imagem difundida sempre foi distorcida. Vendeu-se a ideia de uma região árida, e não, semiárida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem sempre secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração da Asa Branca estão presentes na música de Luís Gonzaga, na pintura de Portinari, na literatura de Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Mello Neto. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e imaginário, que, muitas vezes, serve para que se atribuam à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos.

Nesse sentido, está sendo construída uma nova forma de se perceber o Semiárido, ressaltando as potencialidades de seu meio e de sua gente, cuja cultura e tradições encantam aqueles que por lá passam. O homem e a mulher da Caatinga são pessoas fortes, de raça, de luta, de batalha, que primam por sua sobrevivência e, sobretudo, pela preservação de sua cultura. Personagens belíssimas, com histórias de vida que emocionam quem tem o privilégio de conhecê-las.

Esse território da cultura é mergulhado pela

religiosidade, em que a arquitetura sacra serve de palco para missas, novenas, tersos, ladainhas e promessas. Nos terreiros, festas de padroeiras que embalam o sagrado e o profano nas festividades do São João, do São Pedro, de Santo Antônio, todas embaladas pela sanfona, pelo triângulo, pelo zabumba, e uma fogueira acesa, fazendo do forró de pé de serra uma das principais manifestações de alegria e festa, comemoração de boas colheitas e esperança de dias melhores. Ao lado de tudo isso, temos a rezadeira e suas plantas que curam, os beatos conselheiros e o mito do cangaço, a espingarda, o bisaco de chumbo e a espoleta, presentes fortemente na imaginação e na história dos homens que fazem as terras semiáridas do Nordeste renascerem em cada apresentação de xaxado.

8. POTENCIALIDADE CULTURAL E ARTÍSTICA

A riqueza da cultura do Semiárido, expressa pelo folclore representativo, de espectro diverso, recria-se no campo popular de modo intenso e emblemático, por meio de manifestações como o romance regional, o cordel, a embolada, a xilogravura, o maracatu, o artesanato figurativo, o bumba-meu-boi, as bandas de pífanos, as feiras, as vaquejadas, as festas juninas e as rendas de bilro, que compõem um portfólio de histórias, cenários e produtos que falam do sertão brasileiro e para ele.

Particularmente, o cordel e as emboladas apresentam, em verso, não apenas o retrato do dia a dia, mas também os conflitos existenciais, as pelejas, as negações, as consagrações. Elegem mitos, recontam histórias sob a ótica das classes dominadas. Por trás da cultura nordestina elaborada nesses escritos, está o código de valores da população sertaneja, traço marcante da postura do povo - o Semiárido - que se reproduz como traço forte em sua produção cultural e artística.

O aboiar dos vaqueiros pela caatinga de jurema e xiquexique é o tom que transmite a intensidade dos sons humanos na caatinga. São os improvisos dos repentistas em desafios, emboladores de coco e cantadores de viola, com a ligeira, o mourão, as incelências, as tiranas e as modas de louvação, tirando da alma a arte da vida para perpetuar a sabedoria popular e os desafios de cantar as tristezas e as alegrias. Um estilo musical que identifica a cultura regional. Geralmente contam histórias tristes, de secas castigantes, exaltam a bravura do vaqueiro, aspectos da paisagem e muitos outros símbolos que são alimentados pelo inconsciente coletivo.

Pode-se, então, referir que o Semiárido é música. São sons que marcam fortemente a cultura regional em seus ritmos, um jeito especial que reforça ainda mais a afetividade e a identidade dessa gente. São valores que o homem carrega na alma e que os tornam diferente e com identidade própria, forjada na grande mistura cultural de cada dia.

Junto com a literatura regional, a música teve o dom de tornar a região conhecida. Mas foi Luís Gonzaga, juntamente com seus poetas, que difundiu amplamente a realidade do sertão nordestino. As letras de suas músicas, elaboradas pelos que o acompanhavam – como Zé Dantas, Patativa do Assaré e Humberto Teixeira – são densas, poéticas, humanas e belas.

Asa branca é praticamente um hino nacional. Registra a saga de milhões de nordestinos ao longo dos séculos. Assim, a partida sempre está associada à esperança do retorno. O sertanejo não parte por prazer, mas por necessidade, empurrado pelas vicissitudes da vida. Quando novas condições se apresentam, ele retorna. As letras, porém, registram um espírito fatalista diante da natureza soberana. O ciclo natural impõe as condições de permanência, partida e retorno. A asa branca, ave migratória, passou a ser o símbolo do sertanejo, ele mesmo uma "asa branca", uma "ribançã" (ave de arribação). Parte e retorna. O próprio Luís Gonzaga ganhou o Brasil e o mundo com sua "sanfona, pandeiro, zabumba e triângulo", mas terminou retornando para terminar a vida no sertão.

Portanto, Asa Branca foi e é fundamental na cultura semiárida, mas guarda certo fatalismo. Registra a crueldade da realidade, a manipulação política, mas não aponta saídas, pois, na época, não havia saídas claras. Hoje elas existem. Por isso, sem a pretensão de alcançar o nível artístico dos que nos antecederam, já se fazem músicas falando da convivência com o Semiárido, afirmando claramente que a vida aqui é possível sempre, com dignidade, desde que a adaptação ao ambiente seja feita com respeito à natureza e associando-se a ela, sem combatê-la.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Caatinga brasileira é um cenário de grandiosas riquezas naturais, muitas das quais encontradas apenas nesses espaços de vida e belezas únicas. Suas potencialidades não estão somente nas obras-primas feitas pela natureza, mas também na cultura, na arte, na culinária, na música e em sua gente, que sempre fez e faz a região acontecer. Assim, a Caatinga não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É música, festa, arte, religião, política, história. É o homem e a mulher que, em seu lugar, enfrentam a morte com a certeza de estar diante do sol divino.

O desafio, então, é de escrever a história dessa região a partir da apropriação da riqueza da região pela população, ancorado em investimentos em educação e promoção humana, em seu conceito mais amplo. Nesse contexto, a valorização sociocultural será um fator decisivo para enfrentar a problemática da região.

Referências

AB'SÁBER, A. N. **Sertões e sertanejos:** uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados 13 (36), 1999. p. 7-59.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Cultura e identidade nos sertões do Brasil:** representações na música popular. http://www.hist.puc.cl/historia/iaspmla.html. Acesso: 02/09/2008

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA. **Cenários para o Bioma Caatinga.** Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife: SECTMA, 2004. 283p.

FERREIRA, R. S. D. **Educação e convivência com o semi-árido brasileiro:** experiência de uma ONG em Curaçá – Bahia. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. 2004. 112p.

MALVEZZI, R. **Semi-árido - uma visão holística.** – Brasília: CONFEA, 2007. 140p.

MARIANO NETO, B. **Ecologia e imaginário** - memória cultural, natureza e submundialização. 1. ed. João Pessoa/PB: Editora Universitaria/UFPB, 2001. v. 1000. 206 p.

RAMALHO, D. S.; GUERRA, L. D.; RAMOS, P. R.; SILVA, I. B. **Mulher, meio ambiente e desenvolvimento:** mapeando questões específicas do rural e do urbano. In: DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento:** ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora Universitária: UFPB, 2002. 236p

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília, 2006. 298 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

José Flávio Silva *

Antes que a ‘‘Cidade de João Pessoa’’ se torne ‘‘Jampa’’, restaure ‘‘Parahyba’’

RESUMO

Por determinação de D. Sebastião, rei de Portugal, em 1574, parte do território da capitania Itamaracá foi desmembrada, tornando-se a capitania Parahyba. A sede da capitania foi batizada, inicialmente, de N. S. das Neves, pouco depois mudada para Felipeia de N. S das Neves. No segundo quartel do século XVI foi imposto o nome de Frederykstadt pelos holandeses. Restaurada a capitania restou Parahyba para o nome da sede. Na década de trinta do século XX a capital foi mudada para João Pessoa, após tumulto inconscientemente coletivo. O inconsciente coletivo está transformando João Pessoa em “jampa”. Antes que isso aconteça propõe-se restaurar “Parahyba”.

Palavras-chaves: Mudança. Parahyba. João Pessoa. História. Jampa. Cidade. Dialética.

ABSTRACT

In 1574, on Portuguese King Sebastian´s command parto f the Itamaracá Captaincy was dismembered, thus becoming Parahyba Captanincy. Its headquarters were initially named N. As. Das Neves, but this was soon shifted to Felipéia N. As. das Neves. In the second quarter of the XVI century the name Frederykstadt was imposed by the Dutch. As the captaincy was restoured, the name Parahyba was conferred to the headquarters. In the 1930s, the capital João Pessoa to “jampa”. Before in occurs, we propose to restore “Parahyba”.

Keywords: Shift. Parahyba. João Pessoa. History. Jampa. City. Dialectics.

(*) José Flávio da Silva, professor aposentado da UFPB, membro da ONG Padre-mestre João do Rego Moura; sócio da ADUFPB.

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar fragmentos da História da Paraíba, sob as leis da dialética hegeliana, é o que pretendo realizar neste artigo. A simplicidade da dialética mostra-se interessante para compreender a história do homem e da sociedade.

Um fato acontecido em 1930 e que perturba nossas mentes contemporâneas possibilita a compreensão do fragmento pesquisado. Há algo que borbulha em torno da mudança do nome da capital do estado da Paraíba de Parahyba para João Pessoa. Subjaz a qualidade de um nome representativo, que ficou apenas na História da Paraíba. É isso que este artigo pretende despertar. Acordar para discutir sobre algo que está surgindo como fumaça de monturo. "Jampa" é o cerne da fumaça que, como tatu, está alastrando-se subrepticamente em troca do nome "João Pessoa". Hoje, é apelido, amanhã, será oficializado.

Antes que isso aconteça, "Parahyba" é a solução.

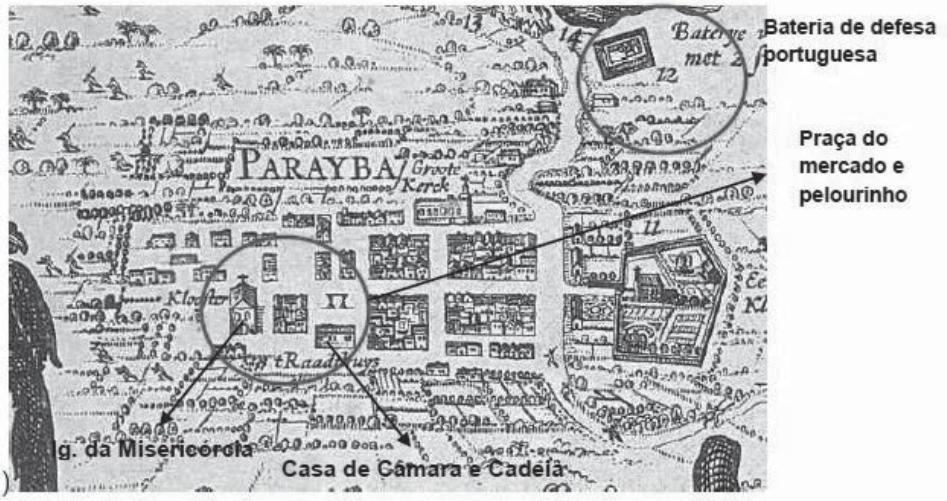


Figura: 21) Detalhe do mapa intitulado "Afbeelding Der Stadt En Fortressen Van Parayba" de autoria de Claes Jansz Visscher (1634). Fonte: Adonias, Isa. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

FIGURA 1

2. ESFORÇO HISTÓRICO

Mudar algo significa transformar. Quando se muda a temperatura da água, de frio para quente, certamente observa-se que há transformação. Assim, sentimos constantemente as mudanças. Somos, intrínseca e extrinsecamente, transformados e transformadores, isto é, estamos em estado de mudança. A mudança tem um lado conservador e outro transformador.

Essa transformação foi sentida nas mudanças que recebeu a cidade sede da capitania Parahyba. Inicialmente, foi batizada de N. S. das Neves; pouco tempo depois, foi elevada a Felipeia de N. S. das Neves. Quarenta e sete anos depois, os holandeses homenagearam-na com outro nome de mulher - Frederykstadt (os ibéricos e silvícolas a chamavam de Frederica ou Parayba).

Expulsos em 1654, os batavos levaram consigo o nome Frederykstadt, em busca de novas terras nos Estados Unidos. Que nome colocar na cidade? Felipeia de N. S. das Neves estava descartada porque Portugal, desde 1640, desvinculara-se de Espanha, e o nome Felipeia era em homenagem a Felipe II, rei de Espanha, como rei de Portugal, assumiu o cognome de Felipe I. Frederica não era conveniente porque acompanhara os holandeses. Documentos enviados ao reino, durante a ocupação holandesa, dão conta

de que o nome Parahyba era comum à capitania e à sede da capitania. Restava apenas o nome Parayba (observe o mapa), sempre presente enquanto os holandeses dominaram a capitania. Permaneceu o nome Parayba, que se prolongou até 4 de setembro de 1930, quando houve a última mudança.

Essa indicação silvícola serviu de suporte para nomear a capitania e a cidade, sede da capitania. A capitania foi batizada como Parayba quando o rei D. Sebastião, em 1574, determinou o desmembramento do território da capitania Itamaracá e reservou uma parte para formar o território da Real capitania. Com o desmembramento, o rio serviu de caminho para a fundação da Cidade de N. S. das Neves, em diversas incursões bélicas, entre 1574 e 1585. O tempo passou, e a dominante língua ibérica não foi capaz de se sobrepor à língua tupiniquim e cedeu São Domingos a "Parayba". Assim foi denominada a Capitania Parayba do Norte.

Grande parte das cidades paraibanas é constituída de aconchegos típicos de sítios criados para a pecuária e a criação de caprinos ao lado da agricultura. Por que nomes como Cajazeiras, Patos, Pilar, São João do Rio do Peixe, São João dos Garrotes, Riacho dos Cavalos, Pilar, Caiçara etc. transformaram-se, com o tempo, de pequenas comunidades em cidades de portes? São nomes naturais, convencionados no inconsciente coletivo (1). Foi assim que "Parayba" permaneceu no inconsciente coletivo durante o período de domínio holandês, oficializado após a expulsão dos neerlandes.

A Parahyba também teve seu momento de apelidos. Na década de vinte do Século XX, era conhecida como "Cidade dos Jardins", como mostrou Perylo D´Oliveira, na revista Era Nova, em 1923, no trecho seguinte:

> Uma das maiores bellezas da nossa capital e que logo encanta os nossos visitantes, são os nossos jardins públicos. Poucas cidades do Brasil talvez os tenham tão lindos e aprasiveis. Toda gente que por aqui passa faz-nos esta justiça. A Parahyba já ganhou mesmo os foros de ´Cidade dos Jardins`.

A Cidade dos Jardins continua florida, só que, agora, com outra perspectiva de nome. Na primavera ou no outono, estações climáticas que não são sentidas pela população da capital, mas as plantas cumprem seus ciclos naturais, mostrando que estão vivas. Há acácias, simples e belas, espalhadas em diversos pontos da cidade. A acácia dá o ar de sua graça no Parque Arruda Câmara, a "Bica", na Mata do Buraquinho, atual Jardim Botânico Benjamim Maranhão, e em outras localidades. Quem caminha em torno da Lagoa – Parque Solon de Lucena – depara-se com o chão encoberto de um tapete amarelo. São as pétalas das acácias esclarecendo a chegada da beleza amarela. Por conta disso, João Pessoa foi denominada de "Cidade das Acácias", eternizada pelo poeta Jomar Morais Souto (1998, p.70) na estrofe seguinte:

Na Capital das Acácias
Treze horas de mormaço.
Domingo. Repetições.
O tempo – seta de cinzas
Num espaço sem dimensões.

3. JAMPA...JAMPA..., O QUE É ISSO?

O inconsciente coletivo está novamente aflorando. Lentamente, longe do alvoroço de 1930, o nome João Pessoa está sendo substituído por JAMPA. Constata-se que essa denominação está se espalhado por toda a cidade . Comecemos pela prefeitura da cidade. Ela colocou um grande painel com o nome "Jampa Digital", no local conhecido como Busto de Tamandaré. No mesmo Cabo Branco, vários "aluguel de carro" (*rent a car*) e uma "*lan house*" com o nome Jampa. Imobiliárias espalhadas, inclusive uma no bairro Ernesto Geisel e em uma casa de espetáculos, "Jampa Ville". Encontro religioso também ornamenta jampa, "Jampa Pedal", associação de bicicletas. A Unimed também contribui com "Jampa Saúde". Mais... e... mais.

FIGURA 2

Essas indicações nos dão a ideia de que o nome "João Pessoa" está desgastando-se, e o inconsciente coletivo imiscuindo, pouco a pouco, um apelido para tornar o nome da capital com mais força de enfrentar o tempo que se aproxima de uma capital cosmopolita. É o futuro vislumbrando com intenção de se solidificar.

"Jampa" não dispõe de fundamento histórico a não ser corrupção de João Pessoa, que se torna, por si, sem consistência e sem base para justificar sua presença como cabeça do estado da Paraíba. Na denominação da cidade, há um fato sem autenticidade e incompreensível. Como chamar a cidade? "Cidade João Pessoa" ou "Cidade de João Pessoa"?! A lei n° 4 de setembro de 1930 indica apenas "João Pessoa". Com o decorrer do tempo, passou a ser chamada de "Cidade de João Pessoa". É o que José Américo de Almeida designa como título de um livro sobre a cidade. O título é o seguinte: "Cidade de João Pessoa - roteiro de ontem e de hoje". Acompanha o autor de "A bagaceira" Manoel Jaime Xavier Filho, que publicou "Descobrindo a cidade de João Pessoa".

Ora, a preposição 'de', segundo o Dicionário Aurélio, significa, "entre dois substantivos, a relação atributiva possessiva que era expressa pelo genitivo latino". Pelo visto, o 'de' indica posse de um termo sobre o outro, ou seja, 'cidade' é posse de 'João Pessoa'. Acontece que João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nunca teve a cidade como propriedade. Natural de Umbuzeiro, com algumas léguas distantes da capital, ele esteve aqui quando era estudante no Lyceu. A foto mostra João Pessoa quando participava de um bloco carnavalesco chamado "Filopança", no início do século XX. Esteve, outras vezes, em visitas esporádicas. Uma dessas visitas foi em 1923, conforme divulgou a revista Era Nova, de 1923. É inadmissível usar a expressão "Cidade de João Pessoa".

Portanto, "João Pessoa", como nome para a capital, não aspira status de capital. Serviu para amenizar ânimo coletivo, em que a turba, feito manada, esqueceu-se de suas consciências individuais e seguiu o instinto inconsciente de um líder. Em artigo publicado no jornal A União, de 26 de julho último o jornalista Agnaldo Almeida publicou o artigo "A morte de João Pessoa e o relato de Juarez Távora", onde mostra que Juarez Távora fora testemunha presencial e ocular dos desmanchos que passaram os perrepistas. O relato do jornalista é o seguinte:

> "Ele relembra que os partidários mais exaltados do presidente morto vingavam-se de seus adversários – os perrepistas – incendiando suas casas. Na Avenida Tambiá, bem perto do seu esconderijo uma dessas residências fora atacada pela cólera dos pelotões de incendiários e ardia em chamas. Juarez confessa que se sentia confrangido e desalentado, olhando aquele tumulto. Tentou dormir, mas o barulho da agitação atravessava as portas e janelas do local onde se encontrava e só de madrugada é que conseguiu adormecer, mesmo assim ainda ouvindo estrondos de explosões de dinamites, ..."

Naturalmente, o impacto inicial que chega a "jampa" como salvação da diluição sofrida por décadas e que não tem outro fim senão ser subs-

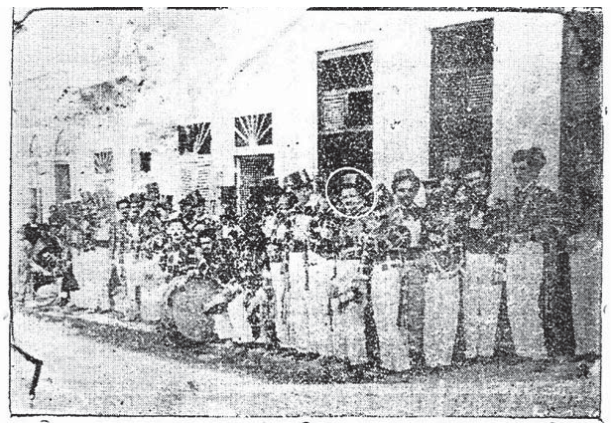


FIGURA 3

tituto de João Pessoa, como Beira-Rio é substituto da Avenida José Américo de Almeida. João Pessoa foi um presidente comum. A insensatez de João Dantas e o oportunismo do Partido Liberal o tornaram gigante sem o ser. Os pronunciamentos de Mathias Freire, Café Filho e outros não mostram qualidades políticas revolucionárias de impacto como outros autores posteriores querem impingir. Quem, a meu ver, colocou João Pessoa na simplicidade que cultivava foi o vice -presidente que o substituiu, Álvaro de Carvalho.

Jampa não está apenas nos setores publicitários, mas também nas comunicações. Além disso, tem forte influência paulista quando os moradores de São Paulo a chamam de sampa. Então, sampa atinge jampa. Dois exemplos para haver prolongamento do discutível nome: 1º) em artigo publicado no hebdomadária Contraponto, de autoria do professor Amador Ribeiro Neto, intitulado 'Poema do engano', em data de 11 a 17 de abril de 2014, esclarece: "Eu havia me mudado há pouco para Sampa..."; 2º) o jornal A União, de 8 de junho de 2014, no 2º caderno, publica a seguinte manchete: "De volta a Jampa".

O desgaste do nome João Pessoa repercute em seu apelido "jampa". No entanto, o desgaste vai alguns quilômetros em direção ao interior. O senhor Mário Tourinho fez publicar no jornal Contraponto, de 8 de março de 2012, o artigo "Taperoá como capital/PB". Reflete o autor:

> "Recuamos da idéia que alimentávamos vamos e que já a transmitíamos para algumas pessoas, especialmente políticos e jornalistas, quanto a que a Paraíba pudesse adotar uma cidade para sua capital e que esta cidade coincidisse estar encravada bem no centro do Estado, isto dentro da mesma lógica que levou Brasília a ser o Distrito Federal a partir de 1960. Quer dizer: o centro político administrativo do país ficou, geograficamente,com o melhor eqüidistância em relação ao conjunto das demais unidades federativas. E, do mesmo modo – era nosso pensar -, a Paraíba poderia ter seu centro político-administrativo em uma cidade com melhor eqüidistância geográfica relativamente aos demais municípios paraibanos. Observando-se o mapa geográfico da Paraíba, encontramos, pois, assim, bem no centro, o município de Taperoá."

Observa-se que jampa vem, ordinariamente, com a letra "J" maiúscula. A nova ortografia do Brasil e de países de língua portuguesa exige que a letra maiúscula seja empregada nos antropônimos; nos topônimos; nos seres antropomorfizados e em outros casos. Todos com conceitos concretos, não é o caso de "jampa". Portanto, "jampa" não pode figurar ao lado de João Pessoa, como representante da capital. Fere o acordo ortográfico que serve de orientador para o desempenho da língua portuguesa.

4. COMITÊ PRÓ PLEBISCITO NIVALSON MIRANDA

Em meado do ano passado (2013), formou-se, no interior da Adufpb, um comitê plebiscitário homenageando o desenhista e perrepista (simpatizante do Partido Republicano Paulista - PRP - isto é, adeptos da candidatura a presidente da República do paulista Júlio Prestes) Nivalson Miranda (perrepista era o pai), com o intuito de realizar um abaixo-assinado solicitando o cumprimento do artigo 82 do "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", contido na Constituição Estadual, cujo objetivo era de exigir que a Assembleia Legislativa do Estado se posicionasse sobre o artigo acima aludido, que determina uma consulta plebicitária "a fim de saber do povo

de João Pessoa qual o nome de sua preferência para esta Cidade." As assinaturas no abaixo-assinado foram bem significativas.

No dia 10 de abril último, o abaixo-assinado foi protocolado na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Após tramitação necessária, o resultado foi o seguinte:

> **I – CONCLUSÃO DO PARECER:** "17 – Com fulcro em uma análise dos dispositivos constitucionais, combinada com o regramento da referida lei complementar, temos que cabe à Câmara Municipal do Município de João Pessoa, mediante representação da maioria qualificada dos seus membros, a regulamentação do art. 82 do ADCT da Constituição Estadual para que, assim, o Tribunal Regional Eleitoral possa realizar a consulta plebiscitária como prevê o constituinte estadual''.
>
> **18** – "Diante de todo o exposto, opino pelo indeferimento do pedido feito pela Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba a esta Casa para a realização de consulta plebiscitária para a efetivação do art. 82 do ADCT da Constituição Estadual. É como voto. Sala das Comissões, 28 de abril de 2014. Dep. Dr. Aníbal Marcolino - Relator."

FIGURA 4

> **II – ''PARECER DA COMISSÃO.** A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, acerca da Consulta feita a esta comissão pela Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba no que se refere à competência legislativa para a regulamentação do art. 82 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual da Paraíba. É o parecer. Sala das Comissões, 27 de maio de 2014. Ass. Dep. Janduhy Carneiro – presidente. Dep. Olenca Maranhão – membro. Dep. Vituriano de Abreu – membro. Dep. Dr. Aníbal – membro. Dep. João Henrique – membro. Apreciada pela Comissão em 27/05/14."

5. TRAMITAÇÃO NA CASA NAPOLEÃO LAUREANO – CÂMARA MUNICIPAL

Na data de 06 de agosto de 2014 o Comitê Pró Plebiscito Nivalson Miranda protocolou petição solicitando tramitação consubstanciada na decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

Em Ofício nº 105, de 22 de agosto de 2014, o presidente da Câmara, vereador Durval Ferreira, encaminha o parecer firmado pelo Procurador Antônio Paulo Rolim e Silva. Após vários argumentos, conclui o procurador:

> "Assim sendo, em que pese a posição adotada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia do Estado, filiamo-nos ao entendimento exarado pelo TRE (PB) reconhecendo que se trata de matéria de competência legislativa da Assembleia Legislativa da Paraíba.
>
> **III – CONCLUSÃO** - Desta forma, considerando a legislação aplicável ao caso e os precedentes jurisprudenciais sobre o tema, opinamos pela impossibilidade da Câmara Municipal iniciar processo legislativo para convocar plebiscito acerca da mudança de nome da Capital do Estado, uma vez que se trata de matéria de competência privativa da Assembleia do Estado."

A nosso ver, apresenta-se um conflito de competência. Está configurado um jogo de empurra nos bastidores dos legislativos. Ante o impasse, o Comitê Pró Plebiscito Nivalson Miranda solicitou da Assessoria Jurídica da ADUFPB posicionamento jurídico.

6. A PRIMEIRA BANDEIRA DA PARAHYBA DO NORTE

No interior da história da humanidade, a bandeira foi símbolo representativo de povos. Pinturas antigas mostram o fato do empunhamento das bandeiras. Algumas pinturas sobre as conquistas portuguesas, inclusive a esquadra de Pedro Álvares Cabral, estampam bandeiras portuguesas com a cruz de Cristo. Recentemente, o cinema tem enaltecido bandeiras, e filmes épicos que tratam de batalhas e da guerra da secessão enquadram belas bandeiras.

No Brasil, encontramos esse símbolo representativo na Inconfidência Mineira (1789); na Independência do Brasil (1822); na Confederação do Equador (1824) e na Proclamação da República (1889). Em decorrência da República, os estados realizaram confecções de suas bandeiras. A da Parahyba do Norte foi decretada pelo Presidente Walfredo Leal, em setembro de 1907. A respeito disso, Castro Pinto escreveu:

7. ‘‘A BANDEIRA DA PARAHYBA (2)

CASTRO PINTO

O Estado, fracção da patria commum, tem o seu symbolo, traduzindo estheticamente a sua individualidade autonomica na soberaria unica da União.

Satellite a gyrar em torno da bandeira nacional, como seus irmãos na mesma historia e geographia patria, não quer dizer independência e separação, fala-nos tanto da Parahyba como do Brazil. Tivesse outra linguagem, e se ria um signal de anarchia em vez de um signo de paz; não seria o labaro sagrado a inspirar o amor da terra natal, mas um pendão de dis cordia, a pedir um gesto energico de patriotismo que o arriasse com um insulto e uma ameaça á mais sympathica nacionalidade da America.

No centro, amarello e azul; lembrando o céo constellado, o equatorial céo, onde cada vez mais se accentua o colorido eterno dos ares, e os fructos maduros, prodigamente espalhados pela natureza nas nossas mattas providas.

O carmim do barrete phrygio, que encima o escudo, e da legenda commemorativa da fundação da Parahyba, representa as flôres com que á incessante primavera dos tropicos aprouve engalanar os nossos campos.

E a doce poesia da côr se concilia irmãmente com o symbolismo graphico das armas gravadas no escudo central;

Um trecho da costa parahybana desdobra-se ridente ao astro rei que surge no horisonte; é a aurora das

FIGURA 5

esperanças fagueiras, descortinando o mar intermino, vehiculo da grandeza universal dos povos.

No primeiro plano, um campo de creação; um pegureiro, imagem da vida sertaneja, guia o seu rebanho, lembrando uma das forças chrematisticas do Estado. É o nosso interior, a zona pastoril, com os ingenuos e rudes costumes do viver simples, aguardando a acção da cultura intensa, quasi abandonado nas suas condições primitivas.

Circunda o escudo o duplo ramo de cannas de assucar e algodoeiros; é o nosso mais remoto passado agricola, subsistindo nas precárias circumstancias do presente, ao lado da prosperidade commercial da producção algodoeira, a neve aligera que a labuta hercúlea do operariado nortista faz brotar em safras promissoras do solo fecundo e abençoado.

O legislador podia ser mais feliz na sua con-

Avenida General Osorio vendo-se no principio o edificio da Escola Normal de onde sahiu o grande prestito em honra á inauguração do Govêrno do Dr. João Pereira de Castro Pinto

FIGURA 6

cepção artistica?

A critica é facil; a difficuldade consiste em fazer. Acceitemos dessa imaginação creatora o intuito da consagração ahi ideiada o trabalho, especialmente o dos campos, em uma terra onde o aperfeiçoamento da natureza, a utilização de seus recursos, o aproveitamento de suas energias, constituem um programma de actividade para muitos seculos.

Saudemos jubilosos o pavilhão que a 5 de Agosto tremulla alviçareino na Parahyba do Norte. Elle é antes de tudo, o vexillo do amor e da paz, sugerindo-nos a união e a perseverança em familia parahybana, livre das dissenções, conscia de sua missão e segura do seu provir."

Anos depois, em 1922, iniciou-se o movimento de abolição das bandeiras estaduais. O articulista da Revista Era Nova, em 1922, esclarece:

> "Há dias em nossa Assembléa Legislativa tivemos ensejo de assistir a uma interessante discussão em tôrno das idéas propagadas pelo exmo. sr. dr. Caetano Munhoz da Rocha, honrado presidente do Estado do Paraná, que em condigna homenagem ao faustoso acontecimento de 7 de Setembro, lembrára a conveniencia suprimirem-se as diversas bandeiras dos Estados para que estes adoptem o pavilhão nacional em todas as manifestações do officialismo. A Parahyba, por acudir a esse patriotismo appello, teria de revogar parte dos dispositivos da lei 266, de 21 de setembro de 1907."

O apelo foi aprovado. A bandeira enaltecida por Castro Pinto saiu das oficialidades estaduais.

8. TRAGÉDIA NA CONFEITARIA "A GLÓRIA"

Com o assassinato do presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ocorrido na Confeitaria A Glória, em Recife, capital de Pernambuco, outro rumo histórico surgiu, por imposição de convulsão social (3). Aparece o momento de inconsciente coletivo. A turba desordenada envolve-se em torno de uma ideologia momentânea, e o nome Parahyba foi substituído por João Pessoa, em homenagem ao ex-presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

9. CRIAÇÃO DE NOVA BANDEIRA RUBRO-NEGRA

Depois de sedimentada a mudança do nome da capital, a Assembléa Legislativa deparou-se com a criação de uma nova bandeira que simbolizasse os ideais da Aliança Liberal. Diferente da primeira bandeira republicana, o conteúdo é

humanamente desagregado do espírito primordial de harmonia, paz, alegria, estímulo poético e significativo dialeticamente histórico.

Mathias Freire, cônego, professor e diretor da Escola Normal, ferrenho defensor da criação da bandeira, expressou o sentimento dos confrades, em artigo intitulado "Parahyba nova, bandeira nova!", publicado no jornal Correio da Manhã, edição de 9 de setembro de 1930. Diz ele:

> A obra evangelica de João Pessoa não será destruída pelos judeus, nem pelos sybaritas, nem pelos pusilamines, nem pelos falsos representantes da soberania popular. Nem as heróicas parahybanas, nem as bravissimas alumnas da Escola Normal e do Collegio das Neves, nem os meninos-homens que estudam no Lyceu e no Pio X, estão fazendo demagogia, como telegrapha o sr. Alvaro de Carvalho. Estão é ensinando civismo e dignidade aos pobres de espírito, estão é mantendo, gloriosamente tremulante a bandeira rubro-negra das reivindicações, a bandeira vermelha da revolta contra os criminosos, a bandeira negra do lucto pela eliminação objectiva do maior cidadão da República.
>
> O vermelho dessa bandeira nasceu dos sentimentos liberaes de João Pessôa, pelos quaes foi elle sacrificado e pelos quaes derramaram o seu sangue generoso centenas de soldados de nossa incomparavel policia. O negro dessa bandeira symbolisa a tragedia nacional de 26 de julho, que roubou ao Brasil o Maximo expoente de seu idealismo, a mais robusta esperança de sua redempção, o maior perseguido das iras infernaes do Cattete e da sabugace dos politicos profissionaes.
>
> A nova bandeira da Parahyba nova marca uma phase nova da Historia do Brasil – phase de sangue derramado pela liberdade, phase de combate decidido contra os inimigos da Parahyba. É a bandeira do civismo nacional, bandeira da consciencia parahybana, bandeira dos que morreram victimados pelas balas do realengo, da tocaia dos cangaceiros pagos pelo Banco do Brasil, bandeira, não que envolveu o cadaver sagrado de João Pessoa, mas que está envolvendo para sempre o coração e a alma inssurecia da Parahyba immortal.

Outro que se posicionou foi o riograndense do norte Café Filho, proprietário do Jornal do Norte. No dia 5 de setembro de 1930, escreveu o artigo "A minha bandeira", do qual se destaca:

> O vermelho é um espantalho para o governo a Republica, amigo dedicado do amarello e do ouro do Thesouro Nacional.
>
> Eu sou vermelho e continuarei vermelho até vêr por terra os amarellos profissionaes a política brasileira.
>
> Não quero até onde chegará a prudencia de Minas, os entendimentos gaúchos e os passos da Parahyba official. Estou e estarei no mesmo logar. A minha bandeira é a mesma, o meu ponto de vista amadureceu no meu espirito. Não creio na reforma dos costumes políticos pela boa verdade dos que, senhores das posições, os corromperam. Só o desespero da acção, a confraternisação dos que soffriam, a loucura dos opprimidos, poderá, um dia, salvar o Brasil. Eu estarei com esses desesperados. Alistar-me-ei com os loucos do patriotismo para combater os que tem a idiota de conservar um edificio sem alicerces. Prefiro o sacrificio da liberdade á insegurança da vida, a enrolar a bandeira rubra do sangue generoso do grande João Pessoa.
>
> A lucta tem mais uma causa. É a vingança do crime nefasto que roubou ao Brasil o bravo presidente da Parahyba. Eu não entendo a vingança com simples reprovação. Não Quero que se satisfaça o povo com a negação dos cargos publicos aos que o mataram. Precisamos ir além. O sangue glorioso do patriota só será vingado se, com o sangue dos tyranos redimimos o Brasil. Foi pelo... que o nobre estadista deu a vida e será por... brasileiros se animarão para salval-o."

Quando João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque era presidente do Estado, cogitou restaurar a bandeira de 1907. Confidência expressa ao presidente Álvaro de Carvalho, o qual confessou a confidência no ato de assinar a lei que determinou a mudança de nome da capital, disse: "Poucos dias antes de ser assassinado, o presidente João Pessoa lhe confiara o desejo de restaurar a antiga bandeira". (4)

Essa bandeira envolveu o ataúde do ex-pre-

FIGURA 7

FIGURA 8

sidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, quando ele foi enviado para o Rio de Janeiro. Recentemente, envolveu o caixão fúnebre do escritor e conferencista Ariana Suassuna, no sepultamente dele.

Finalmente, a Assembléa Legislativa do Estado da Paraíba, no dia 17 de setembro de 1930, concluiu a votação da criação da bandeira. Imediatamente, o projeto votado foi encaminhado ao presidente Álvaro de Carvalho. Em discurso que antecedeu a assinatura, disse o presidente:

> Usando das attribuições que me confere o artigo 22 da Constituição do Estado, e, considerando que o projecto numero 6 é, em suas linhas geraes, como nas minuncias da sua organização, uma simples creação de partido, considerando que a bandeira de qualquer Estado é, antes de tudo um symbolo da vida normal, uma synthese ideal das aspirações collectivas ou da ambiência em que evolve a alma do povo, que a elege; considerando que a phrase inscripta na bandeira, que elle crêa, não é histórica, nem figura no telegramma em que o presidente João Pessôa negou apoio á candidatura Julio Preste; considerando que – NEGO – desacompanhado de qualquer explicação é, por si só incomprehensivel e encerra um grito de puro negativismo, resolvo vetar este projecto, devolvendo-o á Assembléa para que se cumpram os dispositivos constitucionais que regem o caso. Parahyba, em 23 de setembro de 1930. a) Alvaro Pereira de Carvalho (5)

A Assembléa Legislativa promulgou o projeto não assinado pelo presidente Álvaro de Carvalho.

10. NOVAS PERSPECTIVAS

A discussão sobre a cidade chegou à Câmara Municipal da capital da Paraíba em 2007. O então vereador, Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, conhecido como Fuba, propôs uma sessão especial na Câmara Municipal, onde tinha assento como vereador. O jornalista d´O Norte, Clóvis Gaião, escreveu, em 3 de novembro de 2007, o seguinte:

> O vereador Fuba defende a realização em 2009 de um plebiscito para que a própria sociedade escolha o nome da Capital. Segundo ele, a cidade deveria voltar a ser chamada de Parahyba como foi de 1654 até 1930, quando mudou para João Pessoa.

Aliando-se a Fuba, pessoas enfileiraram-se à propositura de mudança de nome. Entre eles, Antônio Serafim Filho, professor universitário; Marcus Aranha, médico; Trindade, professor de Português; Ricardo Anísio, jornalista; Agnaldo Almeida, jornalista; Adhailton Lacet Porto, juiz de Direito, entre outros, que manifestaram suas posições através de artigos publicados em jornais locais.

O atual governador do estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, quando era deputado estadual, em entrevista concedida à arquiteta Rossana

Honorato (1996, p. 323), disse:

> Não gosto do nome, eu acho que há um entrave nesse meio aí que eu não sei direito o que é.

E conclui:

> João Pessoa peca muito por essa história, eu acho que teria que ser rediscutido.

11. CONCLUSÃO

A capital do estado da Parahyba sofre, paulatinamente, o desgaste envolvendo seu nome, João Pessoa. É um desgaste natural de um nome sem expressão. Pergunte a qualquer pessoense o significado do nome da capital, e a resposta é aquela decorada, oriunda do tempo de estudante secundarista, extraída de livros sobre a História da Paraíba, indefinidamente reproduzidas repetidamente em outros compêndios. É o mesmíssimo conteúdo, sem qualquer espírito crítico.

Sobre a bandeira, idem.

O que fazer para que o desgaste não aconteça? Usar lógica. Que lógica? Silogística aristotélica não é conveniente pela forma apresentada. A lógica dialética é indicada, principalmente, pela forma dinâmica encontrada em seu interior, isto é, composto de tese, antítese e síntese (6), sem esquecer o fio condutor.

Entendendo. O primeiro momento, a tese: a sede da capitania recebeu, inicialmente, os nomes conhecidos de N. S. das Neves, Felipeia de N. S. das Neves e Frederykstadt (Frederica). Após a expulsão dos holandeses, esses nomes não tinham qualidade suficiente para se sustentar, então, restou Parahyba, aliás, o nome Parahyba estava sendo sustentado no fio condutor advindo antes do descobrimento do Brasil - é um nome silvícola, vindo das selvas, e forte, dado ao rio utilizado pelos habitantes da região que viviam nas margens dele. Substituiu a incursão portuguesa quando descobriram o rio e o denominou de São Domingos.

Com a substituição, em 1930, do nome Parahyba para João Pessoa, a antítese mostra força contrária à tese, derrotando-a. A razão argumentativa predominou. São decorridos 84 anos de domínio da antítese. Esse domínio já demonstra cansaço. Lembro-me de que, nas décadas de sessenta e setenta, o dia do aniversário de morte de João Pessoa (26 de julho) era comemorado como feriado estadual, com as repartições estaduais fechadas; missa na Catedral, com a presença de muitas pessoas e transmissão radiofônica pelas ondas da Rádio Tabajara. Depois, havia o encontro cívico na Praça João Pessoa a que uma multidão de pessoas comparecia, e a Rádio Tabajara continuava mandando suas ondas navegantes pelo espaço. Oradores alternavam-se no enaltecimento da figura de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Inclusive os oradores populares do Ponto de Cem Réis, "Mocidade" e "Manoel Caixa Dágua" faziam seus palavrórios populares.

Na atualidade, é bom olhar os jornais, em que o vazio é patente. Apenas pequenas manchetes sem expressão. A missa celebrada na catedral, que abrigava bastantes pessoas, passou a ser celebrada na Igreja da Misericórdia com poucos participando da missa. O comparecimento ficou restrito à família Pessoa e, por obrigação, representante do governo do Estado. Há tempos que o governador em exercício comparece a essa solenidade, mas a Rádio Tabajara não transmite o evento.

No dia 17 de julho de 2007, o jornal Correio da Paraíba estampou: "Em memória de João Pessoa (manchete), entidades encaminham memorial ao governador tratando sobre as homenagens do dia 26 e a desnecessidade de ponto facultativo." As entidades foram: UPES-JP, UPES-PB, UEEP, OSEEP, UEP, APES, UMES, FESP, AESP, USEP E UESP, que objetivavam discutir sobre a comemoração do próximo dia 26. O nome cidade de João Pessoa foi imediatamente encampado com a Revolução de outubro de 1930, fruto da Aliança Liberal, que tinha à frente o gaúcho Getúlio Vargas que, quando era candidato à presidência da República, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque compunha a chapa como vice-presidente. A bandeira da Parahyba adotada em 1930 foi suspensa, por motivo óbvio, em 1937. A bandeira rubro-negra foi restabelecida pela Constituição Estadual de 1947. Entretanto, em 1965, em outro regime ditatorial, foi regulamentada pelo decreto n°3.919 desse ano.

Esses desgastes mostram a fragilidade com que o nome João Pessoa avançou para outro

nome sem conteúdo próprio – JAMPA - depreciativo de João Pessoa, porque há uma necessidade coletiva de mudança. É o que indica a síntese dialética. João Pessoa não tem qualidade para se sustentar durante muito tempo como nome da capital do Estado. Portanto, a dialética indica o fio condutor Parahyba. Pelos dados históricos, Parahyba mantém-se. Porém convém lembrar que seu lugar é a capital do estado da Paraíba, substituindo João Pessoa e invertendo a mudança de 1930.

No que tange à bandeira, o processo é o mesmo - restaurar a bandeira de 1907, uma vez que ela está intrinsicamente ligada à mudança do nome da capital do estado da Paraíba. É necessário restaurá-la. A bandeira rubro-negra foi criada em momento de turbulência social, tendo como fundo questões ideológicas. Continua representando sangue e luto. É o que noticiam e comentam jornalistas, radialistas e apresentadores de TV.

Como, na atualidade, podemos almejar e pedir menos derramamento de sangue com uma bandeira cujo conteúdo contém sangue de pessoas (soldados)? Veja-se o artigo de Mathias Freire. Pessoas exigem que o convívio em sociedade seja de "paz", "não às drogas", "chega de violência", "paz no trânsito" etc., mas, ao mesmo tempo, ostentam a bandeira simbolizando sangue derramado e luto consequente. É assim que se exigem paz e menos derramamento de sangue!?

Não dá para defender essa bandeira com características desumanas.

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, vivo e à frente do governo, certamente teria restaurado a bandeira de 1907. Dois depoimentos da época são expressivos: 1º) Álvaro de Carvalho. No ato da assinatura da mudança do nome da cidade, no Palácio do Governo, no dia 4 de setembro de 1930, disse o Correio da Manhã: "S. ex, ainda se referiu á Idéa de mudar a bandeira do Estado, dizendo que poucos dias antes de ser assassinado, o presidente João Pessôa lhe confiara o desejo de restaurar a antiga bandeira." 2º) O jornalista Meira Menezes, no mesmo jornal, afirma: "Vivesse João Pessoa e, conservador que era por indole e educação politica quereria possivelmente que voltasse ao alto dos nossos edifícios publicos nos grandes dias da Parahyba, o extinto pavilhão alviverde."

Qual a solução para que João Pessoa não se torne jampa? Simples: restaurar "Parahyba" ou "Cidade Parahyba". Nome que subsiste desde antes do descobrimento do Brasil. Sempre referência dos habitantes da Floresta Atlântica. Os silvícolas não consideravam possuidores das selvas. Eram habitantes dela. Utilizavam o rio "Para" "aiba" (Parayba) como meio de transporte para sua mobilidade fluvial, remando em suas pirogas. Esse rio era conhecido nas cartas náuticas como "Rio São Domingos". A Capitania da Coroa fora desmembrada da capitania Itamaracá, que tinha como limite Baía da Traição, e o Rio Para Aiba estava encravado na capitania.

Notas

1 - Segundo G. Jung (1961, p. 96), "A separação de sua natureza instintiva inevitàvelmente mergulha o homem civilizado no conflito entre consciente e inconsciente, espírito e natureza, saber e fé, numa cisão que se torna patológica no instante em que sua consciência não é mais capaz de omitir ou suprimir seu lado instintivo. A multiplicação das pessoas que chegaram a êste estado crítico dá inicio a um movimento coletivo que passa por ser o defensor do suprimido."

2 – Este artigo é a melhor descrição dessa bandeira da Parahyba. Daí a seu inteiro conteúdo.

3 – A convulsão social foi deliberada pelo assassinato do Presidente da Parahyba do Norte, em 26 de julho de 1930, na Confeitaria "A Glória".

4 – In SILVA, José Flávio. Progresso e destruição na cidade da Parahyba: Cidade dos Jardins. Editora Universitária, João Pessoa, 2009, p. 97.

5 – Idem, p. 101.

6 – A dialética hegeliana tem três unidades que ele denomina de Tese, Antítese e Síntese, ou, mais frequentemente, Afirmação, Negação e Negação da Negação, p. 43.

Figuras

Referências

D´OLIVEIRA, Peryllo. **A Cidade dos Jardins.** Era Nova, n° 23, 1923.

FREIRE, Mathias. **Parahyba nova, Bandeira nova!** Correio da Manhã, edição de 9 de setembro de 1930.

FRANCISCO, Pereira Nóbrega. **Compreender Hegel**. 3a Ed, Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

HONORATO, Rossana. **Se essa cidade fosse minha, a entrevista.** Editora Universitária. João Pessoa, 1996.

JUNG, C. G. **O eu desconhecido**. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.

PINTO, Castro. **A bandeira da Parahyba.** Almanach da Parahyba do Norte, 1914.

SILVA, José Flávio. **Progresso e destruição na cidade da Parahyba:** Cidade dos Jardins. Editora Universitária, João Pessoa, 2009, p. 75.

SOUTO, Jomar Morais. Itienerário Lírico da Cidade de João Pessoa. Editora Universitária. João Pessoa, 1998

TOURINHO, Mário. **Taperoá como capital/PB.** Contraponto, 02 a 08 de março de 2012.

SEM AUTORIA. **Abolição dos symbolos estaduaes.** Era Nova. Edição especial comemorativa da independência. 1922.

Robson Xavier da Costa *
Maria das Graças Leite de Souza **

Art Nouveau em João Pessoa: arquitetura no ensino de Artes Visuais

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar a presença de características do estilo Art Nouveau na arquitetura da cidade de João Pessoa, Paraíba - Brasil, a partir dos detalhes presentes em construções do final do Século XIX e início do Século XX, utilizadas como referências visuais para o Ensino de Artes Visuais na Rede Pública Estadual de Ensino. Buscamos estimular nos educandos o conhecimento sobre a arquitetura da cidade, particularmente, sobre a influência do Art Nouveau, considerando a arquitetura como expressão da cidade, partindo de detalhes das fachadas de edificações da Rua das Trincheiras, da Casa de João Pessoa, na Praça da Independência, e dos sobrados da Praça Anthenor Navarro, em pleno coração do Centro Histórico de João Pessoa.

Palavras-chave: Art Nouveau. Arquitetura. Ensino de Artes Visuais. João Pessoa.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the presence of characteristics of Art Nouveau architecture in the city of João Pessoa, Paraíba, Brazil, from the details present in buildings in the end of last nineteenth century and early twentieth century, used as visual references for the school of Visual Arts at the State Public School. We seek to foster in students the knowledge about the architecture of the city, particularly on the influence of Art Nouveau, considering architecture as an expression of the city, leaving the details of building facades from the Trenches Street, the House of João Pessoa, in Independence Square and houses the Plaza Anthenor Navarro in the heart of the Historic Center of João Pessoa.

Keywords: Art Nouveau. Architecture. School of Visual Arts. João Pessoa.

(*) Artista Visual, Arte/Educador, Curador e Arteterapeuta. Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor/Pesquisador do Departamento de Artes Visuais da UFPB. Coordenador do Programa Associado de Pós-graduação em Artes Visuais - UFPB/UFPE. Email: robsonxavierufpb@gmail.com. (**) Arte/Educadora, Arteterapeuta e Especialista em Arteterapia em Saúde Mental. Professora de Artes Visuais da Rede Estadual de Ensino. Email: graciosartes@yahoo.com.br.

Trabalhar com temáticas ligadas à arquitetura local não é um conteúdo comum nas aulas de artes visuais da Rede Pública Estadual de Ensino da grande João Pessoa. Por esse motivo, escolhemos trabalhar com a presença do Art Nouveau na arquitetura da cidade, no período correspondente ao final do Século XIX e início do Século XX, considerando as transformações ocorridas na arquitetura e artes visuais a partir do final do Século XIX na Europa. Ao identificar, na arquitetura local, aspectos ligados à estética do Art Nouveau, pouco ressaltados pela literatura da área, resolvemos estimular os educandos a educarem o olhar para ver o patrimônio construído, apurando sua visão sobre as riquezas arquitetônicas da cidade.

Ressaltamos a arquitetura da cidade como expressão da arte, considerando os detalhes de edifícios, casas e praças como indícios para compreender o pensamento de uma época, demonstrando de que maneira os detalhes arquitetônicos podem ser significativos para identificar o patrimônio arquitetônico local.

A última década do Século XIX foi um momento de inquietações, no encalço iniciado pela Revolução Industrial no fim do Século XVIII, e pelo acelerado desenvolvimento do campo das novas comunicações e tecnologias, que levou a arte a encontrar novos caminhos no início do Século XX. No final do Século XIX, a cidade era considerada um palco privilegiado para efetivar o progresso e cabia à arquitetura tornar a cidade agradável, elegante, moderna e alegre. O Art Nouveau surgiu em um contexto em que era necessário transformar a cidade em um jardim ornamentado, que ostentava uma rica produção artística com design inspirado em elementos da natureza, como ramos, flores, folhas etc. Segundo Argan,

> a temática naturalista (flores e animais); a utilização de motivos icônicos e estilísticos, e até tipológicos, derivados da arte japonesa; a morfologia: arabescos lineares e cromáticos. Preferência pelos ritmos baseados nas curvas e suas variantes, formadas por zonas planas ou eivadas, irizadas, esfumadas; a recusa da proporção e do equilíbrio simétrico: a busca de ritmos musicais com acentuado desenvolvimento na altura ou largura e andamento geralmente ondulado e sinuoso, o propósito evidente e constante de comunicar por empatia um sentido de agilidade, elasticidade, juventude e otimismo (ARGAN, 1992, p. 199).

Dos artistas e obras que são significativos para se compreender o que foi o Art Nouveau, no mundo da arquitetura do Século XIX, para trabalhar didaticamente, destacamos os descritos a seguir:

Henry van de Velde[1] (Figuras 01 e 02), com seu interesse pela divulgação teórica do estilo pela Europa, propondo-se a esclarecer seus fundamentos, dirigindo seus esforços para a arte decorativa e industrial. É um dos mestres que supervaloriza o estilo e sua divulgação em toda a Europa (BENEVOLO, 1994, p. 314).

Figura 01 – Henry van de Velde - cadeira de braços, 1898. Fonte: SEMBACH, Klaus-Jurgen. Arte Nova. Koln: Taschen, 2007

Figura 02 – Henry van de Velde - mesa escritório para Meier Graefe, 1896. Fonte: www.doodleandro.blogspot.com.

1. Arquiteto, pintor, teórico e propagandista
2. Arquiteto catalão. Expoente do Movimento Art Nouveau, com obras consideradas referenciais mundiais para a definição desse estilo.

Antoni Gaudí (1852-1926)[2], (Figuras 03 e 04), com sua magistral arquitetura retorcida, revestida de azulejos decorativos e figurativos, influencia toda a arquitetura a posteriori. Gênio excêntrico e inovador, criador de uma arquitetura própria, jamais superada.

Figura 03. Antoni Gaudí. Detalhe da fachada da Casa Batlô - Barcelona. Fonte: www.indicadoroculto. Blogspot.com.

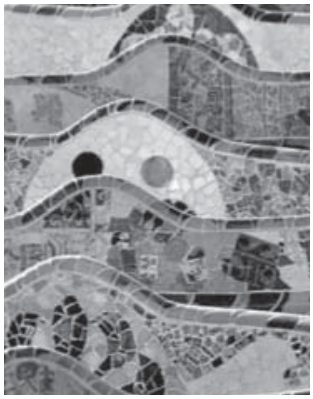


Figura 04. Antoni Gaudí. Detalhe do Parque Guell - Barcelona. Fonte: www.writedesignonline.com.

Gustav Klimt (1862-1918)[3] (Figuras 05 e 06), artista vienense, cuja obra é densa, profunda e inquietante, representa figuras humanas retorcidas e ricamente decoradas, que definem a rápida transformação das imagens entre o fim do Século XIX e início do XX. Suas obras, delineadas como colchas de retalhos coloridos, com forte carga simbólica, são inspiradas na figuração oriunda das formas naturais, de olhos, peixes, cachos, ramos e folhas e favorecem a diversidade de leituras sobre as obras.

Figura 05. Gustav Klimt. Hygieia. Detalhe. 1907. Fonte: www.oilpaintingfactory.com.

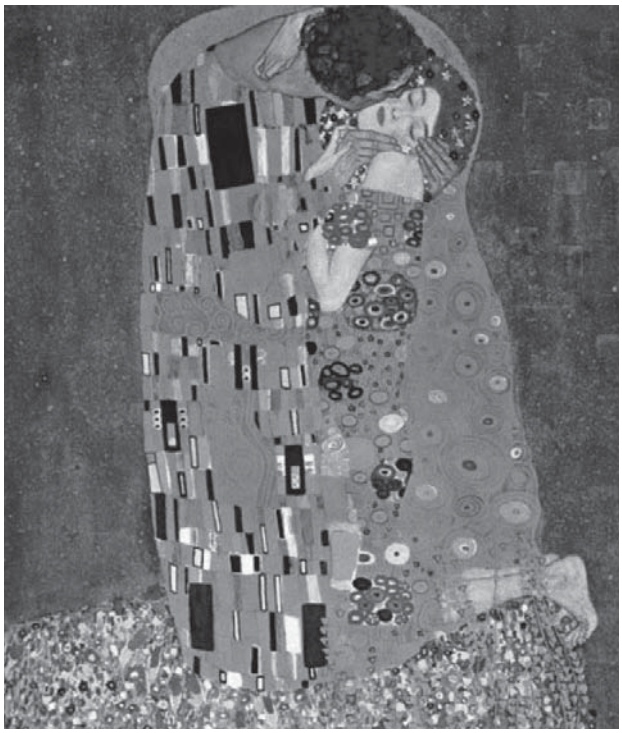


Figura 06. Gustav Klimt. O Beijo. 1908. Fonte: www.mejobs.eu.

3. Importante artista austríaco, natural da cidade de Baumgarten.

Arquitetos, artistas e suas obras influenciaram diretamente a expansão do Art Nouveau na Europa, que chegou ao Brasil no início do Século XX, importado da França, destacando-se na decoração de interiores, na serralharia (portões e grades de ferro) e em detalhes arquitetônicos em ferro e estuque. O estilo foi apreciado pela burguesia campesina que vivia à sombra da cultura europeia, forjada na importação de modelos. Sua predominância ocorreu na cidade de São Paulo, onde se conjugava uma série de fatores que favoreceram a sua proliferação, tais como: o alto poder aquisitivo da burguesia local e a valorização da cultura de elite praticada na Europa.

> A riquíssima clientela de plantadores de café, arquitetos, artistas e artesãos emigrados diretamente dos países onde esse estilo alcançou grande força, estando presente em edifícios projetados nas construções do sueco Karl Ekman não nos surpreende quando utiliza a madeira como elemento fundamental e que desde o princípio da nossa história tem sido observada, cultuada e até vendida, por isso pode ser que tenha sido encorajado pela abundância e beleza das espécies encontradas no Brasil (BRUAND, 1999).

No Brasil, o Art Nouveau assumiu aspectos bem diferenciados da Europa, seguindo a formação e a personalidade de cada arquiteto ou artista, que o introduziu ou adotou, com características regionais e aspectos tropicais associados aos elementos da natureza trabalhados como fontes de inspiração. O estilo chegou a João Pessoa, nordeste do Brasil, com formas de expressão próprias, valorizando o verde natural dos jardins da cidade, representado pelos ornamentos naturalistas presentes nas fachadas dos prédios, pela elegância para as edificações e a inspiração abundante na flora local.

1. ART NOUVEAU NA ARQUITETURA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

O panorama cultural do final do Século XIX, no Brasil, foi um momento de transição entre o universo rural e oligárquico para ampliar os contextos urbanos, em que ocorreu a transferência do poder político das elites agrárias e monarquistas para as elites pré-industriais republicanas. O conflito desses grupos políticos encontrou nas cidades território adequado para desenvolver um novo cenário cultural. Nesse cenário, as capitais brasileiras passaram por reformas urbanas, e as classes dominantes, também desejosas de perder suas referências provincianas, alteraram as antigas bases urbanas e arquitetônicas coloniais, introduzindo novos traçados ou elementos e maquiando, muitas vezes, as fachadas dos edifícios (MARCO, 2004, p. 42).

Em João Pessoa, capital da Paraíba, também ocorreram, nesse período, mudanças na configuração das fachadas urbanas, e o aspecto colonial da arquitetura passou a adquirir novos contornos, com forte influência dos novos padrões franceses de construção, que incluíram elementos do Art Nouveau. Nesta pesquisa, identificamos como características formais do Art Nouveau, nas fachadas das edificações ecléticas do Centro Histórico de João Pessoa, os seguintes elementos: grades e portões com linhas retorcidas, ornamentos decorativos com inspiração em formas orgânicas, vitrais com linhas curvas, aberturas irregulares, elementos decorativos em formato de figuras femininas e janelas tripartidas ou com formatos irregulares.

Em alguns pontos históricos da cidade, encontramos, nos edifícios, elementos representativos da Arquitetura Art Nouveau, detalhes que marcaram a evolução da formação urbana da cidade, uma das mais antigas do país. No Governo de Camilo de Holanda, chegaram à cidade arquitetos modernos como Mário Di Lascio, que introduziu, em algumas de suas obras, elementos do Art Nouveau, como jardins decorados e escadarias frontais nas residências (MARCO, 2004, p.53). Destacamos a Rua das Trincheiras (figura 07) e a Praça Anthenor Navarro (figuras 10 e 11), que surgiu da demolição de um conjunto de sobrados, cuja fachada principal era voltada para a atual Rua João Suassuna e edificações de dois ou três pavimentos construídas no governo de João Pessoa (1928-1930). Essa praça assumiu essa denominação a partir de 1933 e passou a ser um importante espaço público da cidade baixa, que, recentemente (1987-2002), foi beneficiada por um programa de revitalização. É uma área pública em que sua arquitetura e ambiência remetem ao Art Nouveau, com edificações com portas e janelas duplas.

Figura 07. Edificações da Rua das Trincheiras identificadas com elementos do Art Nouveau na pesquisa desenvolvida por Marina Goldfarb de Oliveira, 2009, p.35. Fotos da autora. Fonte: http://www.lppm.com.br/sites/default/files/livros/A%20presen%C3%A7a%20do%20Art%20Nouveau%20na%20Rua%20das%20Trincheiras.pdf. Acesso em: 27.06.2014.

Outro exemplo significativo do Art Nouveau na arquitetura da cidade é a antiga Casa de João Pessoa (figuras 08 e 09), localizada na Praça da Independência, com características próprias e implantação no meio do lote, dando origem aos recuos com valorização dos jardins e a preocupação com fatores como ventilação e iluminação (conforto ambiental). Esse imóvel apresenta elementos característicos do estilo Art Nouveau raro em outras edificações da cidade. Possivelmente, é um dos exemplares mais representativos desse estilo arquitetônico na cidade. Identificamos claramente: ausência de simetria, aberturas curvas presentes na fachada principal, aberturas verticais e estreitas, quebrando a horizontalidade da construção, o traçado das esquadrias caracterizado pela presença de malha geométrica, desenho de pilares, ornamentos naturalistas (folhas existentes na fachada frontal) e portões em ferro decorados, uso de tons pálidos, quadrícula em madeira sob as vergas do pórtico e arremate em ferro na cobertura da torre.

Figura 08 - Frente da Casa do Ex-governador João Pessoa. Fonte: www.wscom.com.br

Figura 09 – Fachada da Casa do Ex-governador João Pessoa. Fonte: www.google.com.br/maps.

> Desde a antiguidade, a cidade configurou-se como um sistema de informação e de comunicação, comum numa função cultural e educativa (...) (ARGAN, 1992, p. 244). A ação contemplativa nos faz entender que os lugares refletem heranças culturais, como dizia Marcílio Fisino: a cidade não é feita de pedras, mas de homens. São os homens que atribuem um valor as pedras. De fato o valor de uma cidade lhe é atribuído por toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos (FISINO apud ARGAN, 1992, p. 228).

Destacamos, também, detalhes do Art Nouveau em edificações da Praça Anthenor Navarro, localizada no Varadouro, com a identifi-

cação das visualidades dessa estética em fachadas, pórticos e elementos decorativos (portões e grades). Esse levantamento foi realizado por meio de registros fotográficos como subsídio para o planejamento de aulas de artes visuais que foram ministradas para alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental da Escola Estadual Centro Profissionalizante Antônio Cabral, localizado no Bairro do Valentina Figueiredo, em João Pessoa, no ano de 2008.

Figura 10 – Casario da Praça Anthenor Navarro. Fonte: //www.eventos.turismo.gov.br/promocional/destinos/J/joao_pessoa.html.

Figura 11 – Vista da Praça Anthenor Navarro. Fonte: www.google.com.br/maps.

2. O ART NOUVEAU COMO TEMA PARA O ENSINO DE ARTES VISUAIS

O ensino de artes na Rede Pública Estadual da Paraíba é oferecido do 6º ao 3º ano do Ensino Médio, com a seguinte carga horária: duas horas/aula por semana, no Ensino Fundamental, e uma hora/aula semanal, no Ensino Médio. O professor é responsável por definir os conteúdos a serem trabalhados na disciplina de acordo com sua formação inicial (artes visuais, dança, teatro e música).

No ensino de artes visuais, os conteúdos e os temas comuns referem-se aos elementos da linguagem visual, à história da arte e às técnicas artísticas. A maioria dos professores não tem formação específica na linguagem e trabalha por afinidade com a área. A arquitetura, como temática, embora raramente abordada, proporciona o estudo dos elementos das artes visuais em objetos tridimensionais e permite a articulação com a história da arte e outras disciplinas do currículo.

Neste trabalho, optamos por estudar o Movimento Art Nouveau na arquitetura de João Pessoa, nas aulas de artes visuais, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio Cabral, localizada no Bairro do Valentina Figueiredo, com um grupo de alunos dos 6ºs e 7ºs anos do Ensino Fundamental que foram selecionados por terem interesse em artes visuais. Trabalhamos com o total de dez alunos, no turno da manhã.

Foram realizados sete encontros temáticos de 3 h/aula cada, totalizando 21h/aula ao longo do desenvolvimento do projeto. Os temas geradores dos encontros foram: 1) Semântica do Art Nouveau; 2) Arte: luxo, prazeres e lutas sociais; 3) Arquitetura e inovação no Século XIX; 4) Leitura de imagens do Art Noveau; 5) Imagens do Art Nouveau em João Pessoa; 6) Novas formas de expressão e 7) Exposição.

No primeiro encontro, introduzimos a temática Art Nouveau; posteriormente, aplicamos uma atividade prática com técnicas de desenho a grafite, a partir da observação de imagens de obras do artista Gustav Klimt e de edifícios com temática Art Nouveau apresentados na exposição teórica sobre o assunto. No segundo momento, trabalhamos os aspectos construtivos da estética do Art Nouveau, suas características e peculiaridades na pintura, no design e na arquitetura, com base em seu contexto sociopolí-

tico e cultural, no final do Século XIX, na Europa e no Brasil, apresentando, através da história da arte, aspectos da vida social da cidade de João Pessoa. Continuamos o trabalho prático com desenho e papel Kraft, tendo como referenciais as fachadas e os elementos decorativos dos edifícios e da Praça Anthenor Navarro, no Varadouro, e da Casa de João Pessoa (figuras 12 e 13).

Figura 12. Desenho com lápis hidrocor sobre imagem fotocopiada de detalhe da grade da entrada da Casa de João Pessoa - Aluno do 6º Ano do Ensino Fundamental

Figura 13. Desenho a grafite sobre imagem fotocopiada de detalhe da grade de entrada da Casa de João Pessoa - Aluno do 7º Ano do Ensino Fundamental

No terceiro encontro com a turma, trabalhamos exercícios de identificação de elementos do Art Nouveau na arquitetura de João Pessoa, a partir da leitura de imagens.

Foi possível identificar características do estilo na arquitetura local e destacá-las por meio do desenho com lápis de cor aquarelável (figura 15).

Figura 14. Fachadas dos casarões da Praça Anthenor Navarro, João Pessoa - Fotografia

Figura 15. Trabalho de desenho com lápis de cor aquarelável sobre imagem fotocopiada - Aluno do 6º Ano do Ensino Fundamental.

No quarto encontro, partimos dos desenhos produzidos pelos alunos, para destacar os elementos do Art Nouveau na arquitetura de João Pessoa e introduzir a teoria e as técnicas de xilogravura. Durante esse encontro, fizemos uma aula de campo com os alunos na Praça Anthenor Navarro, na Rua das Trincheiras e na Casa de João Pessoa, no Centro da cidade, onde os alunos registraram, por meio de fotografia e de desenhos, os elementos do Art Nouveau identificados nas edificações visitadas.

A partir dessa atividade, foram produzidos alguns trabalhos figurativos (figura 17) que representavam os elementos destacados pelos alunos durante a atividade de desenho.

No quinto encontro, continuamos o trabalho com gravura. Adotamos a isoporgravura, uma técnica que consiste em utilizar o isopor como matriz para a imagem a ser gravada no papel. O resultado desse encontro foi surpreendente, porquanto os alunos conseguiram bons resultados ao utilizar essa técnica (figuras 16 e 17).

Figura 16. Detalhe do ornamento do poste da Praça Anthenor Navarro - Fotografia

Figura 17. Isoporgravura a partir de imagem fotocopiada. Aluno do 7º ano do Ensino Fundamental

Figura 18. Xilogravura a partir de imagem fotocopiada. Aluno do 7º ano do Ensino Fundamental

Figura 19. Xilogravura a partir de imagem fotocopiada. Aluno do 7º ano do Ensino Fundamental

No sexto momento, trabalhamos com estamparia em tecido, ilustrando camisetas com os desenhos produzidos pelos alunos, a partir da observação e da leitura de imagens do Art Nouveau nas fachadas da cidade. Os alunos se identificaram com a produção visual e, ao mesmo tempo, apreenderam o conteúdo trabalhado.

No sétimo e último encontro, trabalhamos a partir dos temas desenvolvidos nos encontros anteriores. Em parceria com os alunos, selecionamos os trabalhos produzidos e montamos a exposição nas dependências da Escola, com os trabalhos selecionados pelos alunos, aberta para visitação de toda a comunidade escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar os conteúdos referentes à história da Arquitetura, particularmente sobre o Movimento Art Nouveau, na cidade de João Pessoa, do Ensino de Artes Visuais, na rede pública estadual de ensino, foi um desafio, considerando que esse tema quase não é trabalhado nessa disciplina nem é um conteúdo presente na formação inicial do professor de Artes Visuais, em que a arquitetura, quando muito, é trabalhada de maneira superficial nas disciplinas de História da Arte.

Partimos da premissa de que os alunos, embora habitem a cidade e convivam diariamente com os edifícios, as praças e as ruas, não costumam observar o patrimônio arquitetônico como fonte de conhecimento. Ações pedagógicas na Escola que envolvem a observação e a análise do patrimônio edificado podem favorecer para que se compreenda bem mais a história da cidade e se amplie o repertório cultural dos educandos.

No final do trabalho realizado na Escola Estadual, cumprimos o objetivo inicial - estimular no educando o conhecimento sobre a influência do Art Nouveau na arquitetura da cidade de João Pessoa, Paraíba - Brasil, partindo de detalhes de edifícios da Rua das Trincheiras, da Casa de João

Pessoa e das construções da Praça Anthenor Navarro, mostrando um panorama da influência do Art Nouveau na arquitetura local, considerando a arquitetura como expressão da cidade, diante da escassez de estudos sobre os elementos das fachadas que caracterizam os estilos marcantes na arquitetura pré-moderna em João Pessoa.

> A Paraíba possui poucos estudos sobre os estilos arquitetônicos, que caracterizaram o início do Século XX e antecederam o Modernismo, a exemplo do que ocorre em outras partes do país, devido desprezo por esses, até os anos 1970, por parte dos institutos responsáveis pela proteção do patrimônio e pesquisadores. O fato acarretou em muitas perdas desses exemplares tanto nos grandes centros - São Paulo e Rio de Janeiro – quanto em João Pessoa, como também dos arquivos históricos dessa produção (RODRIGUES e MOURA FILHA, 2013, p. 2).

Nesta pesquisa, identificamos alguns exemplares de fachadas de edifícios e casas no centro histórico da cidade de João Pessoa (Rua das Trincheiras, Praça Anthenor Navarro e Casa de João Pessoa), que apresentam elementos identificados com detalhes do Art Nouveau e trabalhamos com esses dados nas aulas de Artes Visuais, desenvolvendo com os alunos projetos que abrangeram a compreensão da arquitetura e sua inter-relação com as artes visuais.

Outro dado importante que emergiu desse trabalho de pesquisa foi a identificação do potencial risco de descaracterização e óbito dos poucos exemplares da arquitetura eclética com elementos do Art Nouveau em João Pessoa. Muitos desses imóveis encontram-se abandonados, desprezados, alguns foram modificados e apresentam desgastes físicos consideráveis; algumas dessas construções sofreram intervenções públicas, ao longo do tempo, como os casarões da Praça Anthenor Navarro.

A ausência de documentação específica sobre os elementos das fachadas dessas construções tornou os edifícios a principal fonte de informação. Os registros fotográficos e os desenhos ilustrativos feitos a partir do trabalho desenvolvido na Escola com os alunos do Ensino Fundamental são dados documentais capazes de favorecer novos estudos sobre as fachadas como indícios para o conhecimento do patrimônio urbano de João Pessoa.

Referências

ANTÔNIO, Carolina Maria Silva. **Educação Patrimonial:** o ensino de artes visuais através da arquitetura histórica do Rio de Janeiro. TCC - Curso de Licenciatura em Artes Visuais. Universidade de Brasília, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992

.

____. **História da Arte como História da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAPTAGLIN, Leila Adriana e OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **Artes Visuais e Arquitetura no Ensino Médio:** dialogando com a cultura visual. Disponível em: http://projetos.extras.ufg.br/seminariodeculturavisual/Arquivos/2008/GT1/leila_baptaglin.pdf. Acesso em: 27.06.2014.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

CHAMPIGNUELLE, Bernard. **Art Nouveau.** New York – EUA: Paper-Cloth, 1972.

COUTINHO, Marco Antônio Farias. **Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa em João Pessoa.** Dissertação de Mestrado (PRODEMA UFPB). 2007.

DIEB, Marília de Azevedo. **Áreas verdes públicas da cidade de João Pessoa:** diagnóstico e perspectiva. Dissertação de Mestrado (PRODEMA UFPB), 1999.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O que se preservou em João Pessoa ou quando a arte e a arquitetura definem o patrimônio cultural de uma cidade.** In.: Revista Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade. São Paulo: PUC, nº 08, 2012. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/12934/9402. Acesso em: 27.06.2014.

OLIVEIRA, Marina Goldfarb de. **A presença do Art Nouveau na Rua das Trincheiras.** TCC Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, 2009.

RODRIGUES, Arthur M. V. e MOURA FILHA, Maria Berthilde. **A elite e seus palacetes:** ecletismo e modernidade em João Pessoa no início do Século XX. Anais do 3º Seminário Ibero-americano Arquitetura e documentação. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.lppm.com.br/sites/default/files/livros/A%20elite%20e%20seus%20palecetes%20ecletismo%20e%20modernidade%20em%20Jo%C3%A3o%20Pessoa%20no%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XX.pdf. Acesso em 27.06.2014.

SOUZA, Maria das Graças Leite de. **Elementos do Art Nouveau na arquitetura de João Pessoa.** Relatório Prática/Regência em Ensino de Artes Plásticas. Curso de Educação Artística – Habilitação em Artes Plásticas. 2008.

José Augusto Ribeiro da Silveira *

Movimentos visíveis e menos visíveis do organismo intraurbano: em direção às periferias e à setorização dinâmica

RESUMO

Este texto contribui para se refletir sobre a dispersão, a periferização e a dinâmica dos espaços mais avançados da cidade – as chamadas "bordas urbanas" – a partir da consideração dos movimentos visíveis e menos visíveis da cidade. Abordam-se aspectos da lógica evolutiva, das propriedades territoriais, da ocupação e da mobilidade urbana, considerando as interfaces existentes entre esses elementos da urbe. Busca-se contribuir, também, com as questões conceituais da urbanização brasileira, da segregação e de seus padrões e dinâmicas e sobre as visões acerca das periferias e dos espaços mais avançados da cidade, procurando descortinar conceitos, lógicas e dinâmicas internas particulares desses espaços.

Palavras-chaves: Espaço intraurbano. Lógica evolutiva. Periferia. Mobilidade.

ABSTRACT

This paper contributes to the discussions on the dispersion on the periphery and the dynamics of the most advanced areas of the city - the so-called "urban edge" - from the consideration of the visible and less visible movements of the city. It addresses aspects of evolutionary logic of territorial property, occupation and urban mobility, considering the differences between these elements of the metropolis interfaces. Search is also contributing to the conceptual issues of Brazilian urbanization, segregation and the patterns and dynamics, and on views about the peripheries and more advanced areas of the city, seeking to foresee concepts, logical and internal dynamics of these private spaces.

Keywords: Intraurban space. Evolutionary logic. periphery. Mobility.

(*) Arquiteto e urbanista. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Urbano (MDU, UFPE). Professor associado do Departamento de Arquitetura, Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do Laboratório do Ambiente Urbano e Edificado – LAURBE.

1. INTRODUÇÃO

Como um sistema ou uma estrutura (des) organizada, as cidades são organismos em transformação constante, que englobam movimentos e forças em constante atividade. Este texto apresenta algumas reflexões sobre a dispersão, a periferização e a dinâmica dos espaços mais avançados da cidade – as chamadas "bordas urbanas" - considerando os movimentos visíveis e menos visíveis da cidade.

Como se sabe, ao longo do tempo, a fisionomia e o traçado da urbe foram influenciados tanto pelas ações humanas quanto pela localização geográfica em que se formaram. Historicamente, são observadas, em áreas de expansão, ocupações controversas do espaço, tanto por parte da população de baixa renda quanto das classes sociais mais abastadas, decorrentes dos processos de especulação e das restrições de localização e de capacidade das áreas urbanas de absorverem essas populações, oriundas de processos de migração-segregação e que se refletem na consolidação dos atuais padrões espaciais urbanos.

No Brasil, pesquisas identificam o período que se estende de fins do Século XIX até os anos 1950, como o estágio em que o rural e o urbano eram dois polos delimitados e caracterizados pela dicotomia e pela contraposição. Mas foi também no fim do Século XIX que se conheceu a primeira fase de aceleração do fenômeno da urbanização brasileira para, ao longo do Século XX, adquirir o conjunto de características socioespaciais que conhecemos hoje.

A partir de 1920, investiu-se em infraestrutura e ensino, e a população economicamente ativa aumentou no setor terciário. Os anos 1930 e 1940 nos apresentaram as condições materiais, que foram lançadas a partir do Estado brasileiro, para que a chamada "revolução urbana" se concretizasse na fase "desenvolvimentista" do governo Getúlio Vargas (SANTOS, 1993 apud OLIVEIRA, 2012). Nessa direção, a partir dos anos 1940, iniciou-se um processo de urbanização mais acelerada e ampliada da população rural, aparentemente sem paralelo na história da humanidade, quer pela velocidade do processo, quer por suas dimensões, em que prevaleceu a lógica da industrialização (SERRA, 1991). Na verdade, entre as décadas de 1940 e 1980, deu-se o que se pode chamar de uma inversão quanto à localização de residência da população brasileira.

Nos anos 1960, como um significativo ponto de inflexão, houve uma tendência à descompactação e à descentralização nos padrões contemporâneos, quando fatos denotavam a preferência de pessoas e de alguns equipamentos e serviços pela localização em periferias, na busca pelo "novo" e sob o comando da especulação imobiliária, o que afetou continuamente as possibilidades de se ver totalmente a cidade. Cada vez mais extensas, as periferias firmaram-se, ao longo da década de 1970, em detrimento do centro principal, indicando a espacialização resultante das dinâmicas de deslocamento e de segregação de classes sociais no espaço da cidade. Como observou Oliveira (2012, p. 155),

> a forma como o Brasil inverteu a sua disposição espacial de país eminentemente rural para um país urbano, no intervalo de meio século, com todos os seus adjetivos e signos de desenvolvimento econômico e social assentes na sua condição industrial e na sua posição na divisão internacional do trabalho, surpreende qualquer especialista europeu.

Os anos 1980 e 1990 marcaram um contexto em que as áreas periféricas e de transição rural-urbana passaram a ser territórios onde se evidenciou, mais do que nos anos anteriores, uma diversidade de interesses e processos, em combinação e conflito, de vários atores sociais modeladores do espaço, fato que acentuou o interesse acadêmico sobre elas. Assim, as últimas décadas assistiram a um crescimento urbano avantajado, com uma forma de estruturação anômala que evidencia a dispersão, a fragmentação e a mescla de territórios urbanos e territórios ditos "semirrurais", onde se destacam verdadeiras excrescências na malha urbana. Resultam também da interação de ações e projetos e do jogo de interesses dos atores que interagem no espaço urbano.

2. MOVIMENTOS VISÍVEIS E MENOS VISÍVEIS DA CIDADE: LÓGICA EVOLUTIVA, PERCURSOS, PROPRIEDADES TERRITORIAIS E LEIS SOCIO-ESPACIAIS URBANAS

Desde meados do Século XIX até os tempos atuais, permanece a crença de que a exigên-

cia dos movimentos pode consolidar não só as centralidades, os territórios e as paisagens, mas também as combinações, as disputas e os conflitos urbanos onde se sobressaem fortemente, hoje, as periferias da cidade. Para Lefebvre (1999 apud OLIVEIRA, 2012), a complexidade dos fatos urbanos consiste mais fortemente na manifestação da cidade no período pós-industrial, marcada por uma realidade não visível. O autor procura esclarecer essa posição apontando que as teorias e as descrições que procuravam capturar a aceleração e a ampliação dos fenômenos urbanos, ainda que na primeira metade do Século XX na Europa, estavam permeadas pelas visões que identificavam predominantemente o quadro da cidade industrial, o que resultou em "campos cegos", na visão do mesmo autor. Nessa direção, Villaça (1998) aponta também para um espaço – tempo da urbe marcado pelo desconhecido, no que se refere às suas dinâmicas de localização, deslocamento, segregação e forma, como aspectos fundamentais à apreensão da cidade. Essa leitura se amolda à realidade latino-americana e a brasileira, compreendida no período entre 1930/1940 e 1980, em função das características e das lógicas da urbanização e frente a um caráter de novo e de singularidade que conduziu a um forte inchaço urbano.

Nessas lógicas, o fenômeno urbano engloba uma realidade composta (e decomposta) por práticas sociais, menos visíveis, no espaço, que conforma redes de apropriação diferenciada e setorizada da terra, no processo de segregação dinâmica, marcada pela dialética urbana, em que as redes econômicas se sobrepõem às redes sociais. Esse espaço, como produto social, é lugar da ordem e da desordem, da concentração e da dispersão, da centralidade e da policentralidade (OLIVEIRA, 2012).

Santos (1993) alertava para o desafio que é tratar do fenômeno urbano e entende a cidade como um fato que revela problemas estruturais (físicos e sociais), em um organismo de círculo vicioso, em que causas e efeitos se confundem, mas também lócus de inovação e difusão, que pode ser visto como materialização de diferentes comportamentos e novos modos de vida que condicionam e podem viabilizar os lugares e as novas periferias. Assim, confrontando ordem e desordem, as lógicas complexas do processo de produção e apropriação do espaço da cidade englobam redes intrincadas de relações socioespaciais em diferentes escalas.

Segundo Sobreira (2003), os movimentos (visíveis e menos visíveis), a diversidade e a multiplicidade de pontos-localizações e escalas são tendências características de sistemas urbanos complexos, sujeitos a dinâmicas ditas "espontâneas" e/ou "planejadas" de uso e ocupação da terra urbana. A complexidade, no espaço da urbe, denota um efeito da lógica de correlação de forças dos agentes que produzem e reproduzem a cidade, onde se podem identificar leis socioespaciais, como "ordens urbanas", de localização e de segregação, relacionadas às propriedades físicas intraurbanas, ligadas à morfologia da cidade (CASTEX; DEPAULE; PANERAI, 1986).

As diferentes escalas parecem indicar uma expressão natural da própria dinâmica social hierarquizada, ao longo do espaço e do tempo. Na verdade, as cidades podem ser visualizadas como estruturas simultaneamente fragmentadas e articuladas seletivamente, resultantes de um processo de organização, que converge espacialmente para uma espécie de estado conflituoso, em vários níveis, caracterizado por uma ordem hierárquica não linear e pela diversidade de localizações territoriais e de escalas desses objetos (SOBREIRA, 2003). São sistemas que exibem uma ordem menos visível, sob uma aparente "desordem", de onde se podem identificar determinados padrões de ocupação e uso da terra, em sua lógica evolutiva, em que, em determinados vetores de expansão, os fatos ganham amplitude na periferização.

Lógica evolutiva urbana

A lógica evolutiva de um tecido urbano relaciona-se com tendências, indicações, resultados e com as razões físicas e sociais, para que se dê determinada forma de ocupação e de uso. As razões podem ser associadas a forças impulsionadoras implícitas, menos visíveis, a exemplo da atração exercida por sítios de amenidades e por determinadas localizações urbanas, que levam um objeto a ter sua estrutura organizada de uma maneira específica, determinando a forma de articular os elementos morfológicos urbanos, como sítio geográfico, vias, praças, parcelamentos etc.

Pode definir estágios de ocupação, articulando rotas de deslocamento e processo de evolução urbana, através de propriedades territoriais e de leis socioespaciais. Aquí, os espaços livres são um dos principais elementos morfológicos de articulação entre percursos e evolução urbana. A articulação desenvolve-se através da acessibilidade e da mobilidade, onde a variável espaço é um elemento ativo no processo.

Os percursos podem ser vistos como rotas utilizadas nos deslocamentos das pessoas na cidade, através de espaços livres, que formam trajetórias. Constituem uma linha visível e menos visível, no espaço e no tempo, descrita pelo movimento que define a direção de fluxos de circulação cotidianos e podem indicar vetores de expansão intraurbana. Implicam, igualmente, um sentido social, relacionado aos deslocamentos e às práticas de um dado grupamento humano, em uma direção de crescimento da cidade, englobando questões da cultura, de interesses e hábitos típicos dos grupos sociais, em função da localização, da renda e do modo de transporte urbano.

Propriedades territoriais e leis socioespaciais

As propriedades territoriais podem ser identificadas por meio das características específicas do sítio geográfico, dos demais elementos da morfologia e da expansão urbana. As leis socioespaciais, por sua vez, relacionam-se com questões de localização urbana, de direção de expansão, de amenidades, de continuidade e permanência (longa duração) de um vetor de expansão e das menores distâncias entre polos, que podem acentuar e destacar um eixo de crescimento da cidade e a periferização. Aqui cabe citar aspectos das centralidades urbanas, no processo dinâmico de periferização, que afetam a fixação de atividades econômicas e sociais que vão influir nos deslocamentos das pessoas, sobretudo no commuting (deslocamentos para o trabalho). Pode-se dizer que as localidades centrais são dotadas de certas funções centrais, ou seja, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população, de acordo com sua natureza e segundo um ponto de vista hierárquico. Dessa maneira, a centralidade de um espaço é o seu grau de importância, a partir de suas funções centrais e qualidades físico-espaciais: maior o número delas, maior sua região de influência, maior a população atraída e atendida e maior o nível de centralidade (CHRISTALLER, 1966). Considerando as várias dimensões da centralidade, uma parcela considerável da compreensão do caráter central de um espaço está associada à acessibilidade, como um dos fatores básicos de qualificação e localização. Conforme Villaça (1988, p.72), "a terra urbana só interessa enquanto 'terra-localização', ou seja, como meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade. A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau".

Acessibilidade e mobilidade

Tradicionalmente, a acessibilidade física é vista como a facilidade de atingir os destinos desejados, como a medida direta e positiva dos efeitos de um sistema de transporte. Na forma mais simples, a acessibilidade pode ser medida pelo número, pela natureza e pela maneira como os destinos podem ser alcançados. Uma das medidas básicas da acessibilidade é dada pela disponibilidade de espaços viários ou de sistemas adequados à circulação (VACONCELLOS, 2001). Tomando a acessibilidade como atributo de um espaço urbano, ou como uma questão de atrito entre a atratividade de um ponto e as dificuldades de acessá-lo, este texto considera que a acessibilidade também representa oportunidades urbanas para o indivíduo devido à localização. Do ponto de vista conceitual, a acessibilidade é mais vital na produção de localizações e no espaço urbano do que a própria disponibilidade de infraestrutura (VILLAÇA, 1998).

Usualmente, a mobilidade é vista através de uma abordagem quantitativa e representa os deslocamentos que ocorrem na cidade, tendo como referência o ponto de origem e o ponto de destino. Os fatores principais que interferem na mobilidade das pessoas parecem ser a classe, a renda, a idade, a ocupação, o nível educacional, o gênero e a saúde, que estabelecem relações com as desigualdades sociais e a segregação (VASCONCELLOS, 2001). O artigo procura compor um conceito amplo de mobilidadee e a apre-

senta como um fenômeno multifacetado e menos visível, com dimensões diferenciadas, nos níveis social, econômico, político e cultural. A mobilidade também indica uma prática social de atores urbanos, que buscam se inserir nas mais variadas esferas que a cidade oferece. Pressupõe-se que a mobilidade é um fenômeno cuja lógica só pode ser entendida a partir do sujeito-ator. Isso significa que as necessidades desse sujeito e as especificidades de sua inserção urbana podem dar a chave para se compreender a dinâmica da mobilidade, sua evolução ao longo do tempo, as diversidades no espaço urbano e as diferenciações por segmento social, oferecendo uma ferramenta para analisar a lógica evolutiva da cidade, de suas redes menos visíveis, da periferização e da setorização. A acessibilidade, como um leque de oportunidades, concretiza-se na mobilidade, com influência na organização espacial e na segregação (ETHIENE,1985).

A articulação entre produção, reprodução e apropriação do espaço intraurbano evidencia as implicações físico-territoriais, ou seja, a segregação socioespacial e a formação continuada de periferias, com a concentração das classes sociais em diferentes setores da cidade. Padrões espaciais, que denotam aspectos da forma urbana, ao afetarem o comportamento das pessoas e dos grupos sociais, na localização de residências e espaços territoriais, exercem um poder de escravização sobre o sistema de localizações, atividades e movimentos urbanos. Como a circulação e os percursos são partes desses sistemas, a configuração espacial também pode escravizar os percursos urbanos, influindo sobre a lógica de setorização dinâmica do espaço. Isso ocorre a partir da formação e do reconhecimento de padrões espaciais, verdadeiros parâmetros de ordem, da forma urbana e dos percursos, que foram mais evidenciados em modelos urbanos radiais por setores de círculo. O processo de concentração da classe hegemônica em um único setor da cidade é um processo necessário para que haja a dominação, a partir do qual se organizam as outras classes, e onde as distâncias sociais rebatem-se fisicamente em distâncias espaciais e em novas periferias.

A estruturação espacial, que tende a se realizar segundo setores de círculo, mais do que segundo círculos concêntricos, indica que os bairros residenciais de alta renda deslocam-se sempre na mesma direção, formando um setor. A essência do sentido radial e dos setores dinâmicos é a necessidade de manter o acesso ao centro principal da cidade. Por sua vez, a atração exercida por sítios naturais de amenidades e suas características paisagísticas, como as orlas marítimas, tem constituído importante fator da expansão e da periferização da cidade. A importância desse fator decorre, nesse caso, especialmente, do fato de atraírem população de alta renda, ao contrário das vias regionais (rodovias e ferrovias). Ressalte-se que a atratividade do sítio natural não supera aquela exercida pela acessibilidade e pela inserção – localização na estrutura urbana (VILLAÇA, 1998). Os processos setorizados e seletivos de segregação dos mais abastados, de um lado, e dos menos abastados, de outro, são duas faces de um mesmo processo de produção e apropriação diferenciada da terra urbana, que evidenciam as desigualdades sociais influentes nos diferentes padrões de periferias existentes.

3. VISÕES SOBRE A PERIFERIA

Debord (1967) expressou a essência do espaço contemporâneo da seguinte forma:

> Se todas as forças técnicas do capitalismo podem ser entendidas como ferramentas para a feitura de separações, no caso do urbanismo confrontamo-nos com a base mesma dessas forças técnicas; o tratamento da superfície do solo melhor adequado à sua organização, à própria técnica da separação.

O autor captava a transformação morfológica pela qual ainda passa a cidade de sociedades industriais, concretamente iniciada em meados do Século XIX, "quando nascia a permanência da urbanidade metropolitana", nas palavras de Choay (1965).

A "técnica da separação", visualizada por Debord, está relacionada à segregação socioespacial na construção da cidade, acentuada no sistema de acumulação capitalista e ligada a certas estruturações e lógicas da dinâmica social, que categorizam e setorizam, de uma forma espa-

cialmente peculiar, suas práticas e seus agentes, por meio de determinados percursos principais da cidade. Os fatos também, como visto, resultantes da interação de ações e projetos e do jogo de interesses dos atores que interagem no espaço urbano, produzem certos estágios evolutivos urbanos. O quadro pode acentuar determinados percursos, que influem sobre a lógica de evolução urbana, em uma dada direção, destacando e alongando eixos de expansão, sob a influência de propriedades territoriais e leis socioespaciais.

A periferia urbana, hoje, é um palco de muitos interesses, com variados padrões espaciais, que produzem efeitos sobre a morfologia, a organização funcional da cidade, o desenvolvimento socioeconômico e a qualificação da paisagem urbana, elementos participantes da dinâmica estrutural da cidade, no âmbito das novas relações centro- periferia. Embora essas áreas periféricas não tenham sido, historicamente, o foco dos estudos sobre o espaço urbano e sobre o seu planejamento, expressam forte convergência de fenômenos, processos e conflitos socioeconomicos, territoriais e ambientais, com repercussões na qualidade de vida das pessoas. Então, é uma tarefa intricada delimitá-las e descrevê-las de maneira satisfatória. Provavelmente, uma das primeiras sistematizações sobre o problema das áreas de transição urbana foi apresentada por Smith (1937), que as viu como áreas construídas próximas aos limites administrativos da cidade (PRYOR, 1968).

O estudo da periferização e dos espaços ditos "de transição rural-urbana", com franjas/bordas ou periferias rural-urbanas, apresenta muitas dificuldades, pois esses espaços se colocam (e se deslocam) como territórios de convivência (e conveniência) de diversas configurações e usos, limitações da legislação e de complexos processos socioespaciais, resultantes de modelos que legitimaram uma urbanização espraiada, precária e incompleta da terra urbana (MIRANDA, 2008). Ao apontar o desafio, que é de tratar do fenômeno urbano, Santos (1993) compreendeu a cidade como fato que revela problemas estruturais, num organismo de círculo vicioso em que interfaces e fatos mutuamente se causam e podem ampliar as periferias, como elemento de "inovação" e "difusão", que pode ser visto como materialização de diferentes comportamentos, visíveis e menos visíveis, e novos modos de vida que condicionam e podem viabilizar os lugares.

A complexidade da descrição das propriedades típicas dos espaços territoriais periféricos e rural-urbanos diz respeito à fragmentação, à dispersão, à variedade de processos, às continuidades e descontinuidades e, daí, a questões de densidade construtiva e populacional, em geral, baixas. Os níveis de contato existentes entre o ambiente construído, as áreas passíveis de ocupação urbana e de restrição ambiental constituem também elementos importantes de discussão.

Nesse quadro, a estruturação do espaço urbano é fortemente marcada pelas condições de deslocamento cotidiano do ser humano, em que sua organização é heterogênea e setorizada a partir das principais rotas de acesso. Como a tendência de concentração de diferentes classes sociais em áreas da cidade, a segregação constitui o outro pilar fundamental da produção do espaço da urbe capitalista, mostrando que a integração e a exclusão não são processos independentes um do outro, mas duas dimensões do processo de segregação influentes na periferização (VILLAÇA, 1998). Os fenômenos influem na constituição de vetores de expansão, formando uma estrutura espacial básica que se movimenta na direção de um padrão que se realiza, predominantemente, segundo setores de círculo, mais do que segundo círculos concêntricos, podendo acentuar determinados eixos de expansão e as áreas periurbanas (HOYT, 1939).

Fato inquietante é que a dispersão da cidade parece não ter barreiras, e as forças são predominantemente de distensão, pontuando conflitos entre as condições de acesso e a ocupação e o uso da terra urbana. As manchas urbanas parecem movimentar-se continuadamente "para fora", num deslocamento centrífugo, que produz excentricidades que expulsam as pessoas do tecido consolidado e referencial da urbe. Os movimentos, as localidades e as escalas diversas e múltiplas são tendências próprias de estruturas urbanas sujeitas a dinâmicas espontâneas e/ou "naturais" de ocupação e de uso. A complexidade no espaço urbano parece ser uma função natural do tempo e do uso; a multiplicidade de escalas parece sugerir uma expressão natural da dinâmica social, ao longo do espaço e do tempo. Na verdade, as cidades podem ser visualizadas como estruturas fragmentadas resultantes de um processo de auto-organização, que converge, espacialmente, para uma espécie de "estado

crítico" (em combinação e conflito), caracterizado por uma ordem hierárquica não linear e pela diversidade de pontos territoriais e de escalas de suas unidades componentes. São sistemas complexos que exibem uma ordem subjacente sob uma aparente desordem, de onde se podem identificar determinados padrões de ocupação e uso do solo em sua lógica evolutiva, em que, em vetores principais de expansão da cidade, os fatos ganham amplitude (SOBREIRA, 2003).

A dispersão e a fragmentação mostram certa tensão entre forças de expansão e aproximação no espaço, com bordas que estabelecem um extremo, um limite territorial, ou seja, uma fronteira em continuada transformação, ainda pouco conhecida, no âmbito das interfaces existentes entre as possibilidades de acesso e o uso da terra urbana, onde as forças são predominantemente de distensão, com cisão entre setores do tecido urbano. Assim, o padrão de urbanização historicamente caracterizado pelo binômio modernidade-pobreza produziu aglomerações urbanas que experimentam uma expansão extensiva, fragmentada, descontínua e desestruturada, pautada, principalmente, nos interesses do mercado – e nos interesses políticos do estado – e pontuada pelo transbordamento dos assentamentos precários e pela distribuição desigual dos bens e serviços públicos, num quadro dicotômico de formalidade e informalidade/ilegalidade urbana. Nesse contexto, as novas áreas periféricas, de transição rural-urbana e bordas passam a ser, mais que antes, um palco complexo onde se materializa certa convergência social e política e uma diversidade de interesses, condutas e processos, em articulação e conflito, de vários agentes modeladores do espaço, o que realça a relevância do estudo da periferização e das bordas urbanas, como espaços mais avançados da cidade, e a necessidade de se refletir sobre as novas (des)relações entre o centro e as periferias urbanas.

Referências

CASTEX, J, DEPAULE, J., PANERAI, P. **Formas urbanas:** de La Manzana AL Bloque. Barcelona: Gustavo Gilli, 1986.

CHOAY, F (1965). **El urbanismo:** utopias y realidades. 2ª Ed. Barcelona: Editorial Lumen. 1976.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Paris: Buhet Chastel, 1967.

ETHIENE, H. **A mobilidade urbana:** sínteses. In: Transporte y servicios urbanos em AL. Quito, Ciudad/Inrets, 1985.

HOYT, H. **The structure and growth of residential neighborhoods in american cities.** USFHA, USGPO, Washington, DC, 1939.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MIRANDA, L.I.B. **Planejamento e produção do espaço em áreas de transição rural-urbana:** o caso da Região Metropolitana do Recife. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2008.

OLIVEIRA, A. F. **Metrópoles e metropolização no Brasil:** o caso de Goiânia. In: Revista Sociedade e Cultura. Goiás: FCS, 2012, p. 155-169.

PRYOR, R. J. **Defining the rural-urban fringe.** North Carolina: Published by: University of North Carolina Press, Social Forces, Vol. 47, No. 2. 1968, p. 202-215.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC. 1993.

SERRA, G. **Urbanização e centralismo autoritário.** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo. 1991.

SMITH, T. L. **The population of Louisiana:** its composition and changes. Louisiana Bulletin, 293. 1937.

SOBREIRA, F. J. A. **A lógica da diversidade:** complexidade e dinâmica em assentamentos espontâneos. Tese de Doutorado. Recife: MDU, UFPE. 2003.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade:** análise das políticas públicas. São Paulo: ANNABLUME, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1998.

Eliane Marques Duarte de Sousa *, Ana Karine Farias da Trindade **
Iraídes Coelho Pereira ***

Auriculoterapia: terapia milenar e eficiente no tratamento de enfermidades

RESUMO

A medicina tradicional chinesa (MTC) é cada vez mais difundida e utilizada no Ocidente. Dentre as técnicas da MTC, destaca-se a auriculoterapia. Considerando a relevância dessa técnica no tratamento de diversas enfermidades que acometem o indivíduo, este estudo objetivou realizar uma revisão da literatura sobre o tema, com fins de apresentar a técnica da auriculoterapia e sua eficácia no tratamento de algumas enfermidades. O método utilizado foi o dedutivo, com metodologia qualitativa e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Paul Nogier estabeleceu a correlação entre a morfologia da orelha e o feto na posição invertida, intrauterina. Os pontos auriculares são áreas na orelha que refletem todas as partes do corpo humano e propiciam o diagnóstico e o tratamento das enfermidades com o estímulo desses pontos. Foi reportada a eficácia da auriculoterapia no tratamento de enfermidades como estresse, TPM, hipertensão, obesidade, dor em indivíduos idosos, cefaleia tensional, torcicolo, lombalgia aguda e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Os achados deste estudo fornecem subsídios relevantes para a formação do profissional que atua nessa área do conhecimento.

Palavras-chave: Acupuntura. Auriculoterapia. Yang. Yin.

ABSTRACT

Chinese traditional medicine, has been spreaded and utilized all over the world. Among the technics of chinese traditional medicine, auriculotherapy has been pointed out. Based upon its importance in treatment of several diseases, the objective of this study is to perform a literature review of auriculotherapy by describing the technic and demonstrating its eficiency in treating some diseases. Paul Nogier estabilished a correlationship between the anatomy of the ear and the morphology of a fetus in intrauterine position.It was explained that some points of the ear maintain a correlation with special channels, colateral and Zang Fu, which make possible the treatment and diagnosis of some diseases. It was also reported the eficiency of auriculotherapy in several diseases like stress, anxiety, pain in elderly people, tensional cephaleia, hipertension, torcicolus, acute lombar pain, and other disturbs of pain in bone and muscle related to work. The findings of this study provides an important contribution to the literature, giving an important support to the professionals who intend to work in this area of expertise.

Keywords: Acupuncture. Auriculotherapy. Yang. Yin.

(*) Profa. Associada IV · Departamento de Morfologia do CCS/UFPB · Campus I – Chefe do Departamento de Morfologia do CCS/UFPB. elianemduarte@hotmail.com.
(**) Profa. Adjunta IV · Departamento de Morfologia do CCS/UFPB · Campus I
(***) Biólogo terapeuta em homeopatia incisa/IMAM · Instituto Mineiro de Acupuntura

1. INTRODUÇÃO

Estudos têm mostrado que a prática da medicina tradicional chinesa (MTC), em especial, a acupuntura, tem sido cada vez mais difundida e utilizada no Ocidente. A acupuntura tradicional parte do pressuposto de que o ser humano é pura energia e constituído por uma rede de canais energéticos que são denominados de meridianos, que propiciam o fluxo dessa energia por todo o corpo do indivíduo de forma harmônica. A circulação livre dessa energia é responsável pelo equilíbrio do indivíduo. Por outro lado, quando ocorre alguma disfunção nesse fluxo energético, há um desequilíbrio que resulta nas enfermidades que acometem o homem.

A MTC, através das suas diversas práticas terapêuticas, com destaque para a acupuntura, e de sua intervenção, propicia o reequilíbrio energético do homem, utilizando a inserção de agulhas em pontos energéticos ao longo dos meridianos. Vale ressaltar que o princípio da MTC é norteado pela filosofia taoísta, que é fundamentada na sabedoria chinesa que foi transmitida, primeiro, verbalmente, do mestre para o discípulo, de geração para geração. Durante o período da dinastia dos Han, 220 a.C foi escrito o livro: Tratado de Medicina Interna do Imperador Amarelo que, na literatura chinesa, é denominado de "Huang Di Nei Jing", o qual é considerado o pai das terapias tradicionais chinesas (JÚNIOR, 2001).

De acordo com a tradição chinesa, o universo consiste em um conjunto de energias dispostas em três níveis: Céu; Terra e Homem. Este último está entre o céu e a terra, orientado e em equilíbrio. Conforme esse pensamento, a via humana é composta pela interação das energias celeste, ou Yang, e terrestre, ou Yin, que constituem o corpo taoísta ou homem equilibrado.

Dentre as técnicas terapêuticas da MTC, destaca-se a auriculoacupuntura ou auriculoterapia. Embora não se tenha registros de mapas auriculares nos livros mais antigos de medicina interna chinesa, acredita-se que essa técnica tenha sido desenvolvida na mesma época da acupuntura sistêmica. De acordo com Garcia (1999), os chineses foram os pioneiros a verificar a relação entre o pavilhão auricular, os canais colaterais, os Zang Fu e o restante do corpo humano, promovendo as bases teóricas para o diagnóstico e o tratamento através da auriculoterapia.

Quando ocorre um desequilíbrio energético, recorre-se à acupuntura ou à auriculoterapia, visando desobstruir os canais energéticos do corpo humano para regular o vazio e a plenitude e restabelecer o equilíbrio. Norteada por esse princípio, a MTC promove o tratamento das enfermidades (GARCIA, 2006).

O processo de desequilíbrio energético e de doença tem sido uma constante nos tempos modernos. Por outro lado, a maioria da população que adoece tem buscado esse equilíbrio nas terapias integrativas da MTC, cujo principal foco é propiciar o bem-estar do indivíduo e a prevenção das doenças.

Considerando que a auriculoterapia é uma técnica adequada e eficiente no tratamento de diversas enfermidades que acometem o indivíduo, e devido à relevância dessa temática para o profissional da área de Acupuntura, este estudo objetivou realizar uma revisão da literatura sobre o tema, com fins de apresentar, de forma didática e científica, a técnica da auriculoterapia e sua eficácia no tratamento de algumas enfermidades. O método de abordagem foi o dedutivo, visto que o trabalho se desenvolve por meio de premissas gerais, com metodologia qualitativa e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Destarte, o presente estudo visou destacar a auriculoterapia como uma técnica da MTC, ressaltando a relevância do seu conhecimento para formação do profissional que atua na área da acupuntura.

2. CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AURICULOTERAPIA

Conceito

A etimologia da palavra auriculoterapia é oriunda do latim, em que auris significa orelha, aurícula significa pequena orelha, e do grego therapien, que significa tratamento. Trata-se de uma terapia que é realizada mediante o estímulo de pontos específicos encontrados na superfície da orelha externa, empregada para o tratamento de enfermidades (JÚNIOR, 1994). De modo geral, é uma terapia cujo tratamento consiste em estimular a estrutura anatômica da orelha, partindo do princípio de que sua morfologia simboliza um feto de cabeça para baixo.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Auriculoterapia no Oriente

A prática da auriculoterapia é milenar. A literatura aponta o tratamento de enfermidades através de estimulação da orelha nas antigas civilizações, como o Egito, a Índia, a Arábia e a China (SOUZA, 2001, p. 27). Entretanto, foram os chineses, através da MTC, quem mais difundiu essa prática.

Há registros na literatura que relatam que, na China, há a prática de picar a região da antélice, com agulhas de cerâmica para tratar diarreia e analgesia da região dorsal. Ademais, o livro do Imperador Amarelo, obra clássica da MTC, reporta que a orelha não deve ser considerada como uma estrutura isolada do corpo, posto que está relacionada aos órgãos internos, a Zang Fu e aos meridianos. O livro "Wei Sheng Pao Qing", ou Tesouro da Saúde, publicado na Dinastia chinesa de luan, já indicava a compressão do lóbulo da orelha para a epilepsia infantil (JÚNIOR, 1994).

Estudos apontam que, no antigo Egito, era comum a prática de estimular os pontos auriculares para analgesia. Em escavações na Índia, foram encontrados desenhos de figuras humanas com o trajeto de meridianos e acupontos. Foram encontrados registros relatando que os turcos do Século III utilizavam certos instrumentos de cauterização de pontos auriculares no tratamento de diversas doenças (JÚNIOR, 1994).

Auriculoterapia no Ocidente

Estudos mostram que, no Século IV a.C, Hipócrates, na Grécia antiga, já sangrava pontos auriculares para tratar enfermidades e realizava incisões na orelha para tratar problemas associados à esterilidade (JÚNIOR, 1994 p.12).

Há relatos de que, em Portugal, no Século XVII, o médico Zacutus Luzitanus realizou com sucesso inúmeras cauterizações na orelha para tratar dor ciática. No Ocidente, outros estudos demonstraram a utilização desse método de cauterização da orelha com fins de tratamento de diversos tipos de dor, como odontalgia, ciática e outras (JÚNIOR, 1994, p. 13). O anatomista italiano, Antônio Maria Valsava, relatou, em seu livro, 'De Aura Humana Tratactus', em 1717, o ponto "H" na orelha para o tratamento de odontalgia e nevralgia do nervo trigêmeo. Esse ponto foi identificado na escola chinesa, porém só foi divulgado para o Ocidente no ano de 1972 (JÚNIOR, 1994, p.13).

Auriculoterapia moderna

Essa fase é considerada a fase científica da auriculoterapia, porquanto foi a partir de 1951 que o médico e engenheiro, Paul Nogier, sentiu-se motivado por essa área do conhecimento e, depois de realizar inúmeras pesquisas documentais sobre o assunto, iniciou o estudo científico e experimental (JÚNIOR, 1994, p. 14, LOPES & SERISKA, 2013, p. 2). Os estudos realizados por Nogier possibilitaram que fosse estabelecido o reflexo aurículocardíaco (RAC), em que o estímulo na orelha promove uma alteração mensurável na corrente sanguínea que é detectada na artéria radial (NOGIER & BOUCINHAS 2012).

Fundamentado nas pesquisas realizadas, Paul Nogier estabeleceu a correlação entre a morfologia da orelha e o feto na posição invertida, intrauterina e observou, por analogia, que o lóbulo da orelha corresponde à cabeça do feto, a antélice, à coluna vertebral, a cavidade da concha corresponde ao sistema cardiopulmonar, e a cimba da concha, aos sistemas digestório e genito-urinário (JUNIOR, 1994, p. 16).

Auriculoterapia no Brasil

No Brasil, a prática da acupuntura e da auriculoterapia já era vivenciada pelos indígenas, antes mesmo da época do descobrimento. Notou-se que os guerreiros das tribos indígenas perfuravam o lóbulo da orelha com estiletes de madeira no local que corresponde ao ponto da agressividade. Ademais, foram vistos, no museu do índio, no estado do Amazonas, alguns instrumentos rudimentares utilizados para acupuntura, como: estiletes de madeira, de cactos, de peixes e outros com finalidade terapêutica (JÚNIOR, 1994, p. 17).

Júnior (1994) relatou que encontrou, na prática da auriculoterapia, pacientes previamente tratados na acupuntura primitiva no Brasil que foram submetidos à cauterização e à ablação parcial da antélice para tratar dores craniofaciais. Segundo Lopes & Seroiska (2013), o Dr. Orley Dulcetti Júnior é considerado um pioneiro no Brasil, na linha da Escola Francesa de Auriculoterapia.

4. ANATOMIA DA ORELHA

A orelha é uma estrutura anatômica que faz parte da orelha externa, cuja função primordial é de captar as ondas sonoras como uma espécie de funil e encaminhá-las em direção ao meato acústico externo. Está situada em cada lado da cabeça, por trás da articulação tempomandibular e da região parotídea, diante da porção mastoide do osso temporal e abaixo da região temporal. É constituída por cartilagem elástica revestida por pele e apresenta alguns músculos que fazem parte do grupo de músculos da mímica e são inervados pelo sétimo par de nervos cranianos, o nervo facial. Entretanto, esses músculos da orelha sofreram involução e não apresentam relevância do ponto de vista funcional (SOBOTTA, 2006, SCHUNKE, 2007).

Na superfície da orelha, existem estruturas anatômicas cujo conhecimento é de fundamental importância para o profissional que vai atuar na área da auriculoterapia. Entre elas, destacam-se: a hélice, parte curva e mais externa da orelha; a raiz da hélice, que é a parte inicial da hélice; o tubérculo auricular, uma eminência localizada na parte póstero-superior da hélice; e antélice, situada na parte interna da hélice e que apresenta dois ramos para estudo: os ramos superior e inferior da antélice; a fossa triangular, situada entre os dois ramos da antélice; a escafa, uma fossa delimitada, anteriormente, pela antélice, e posteriormente, pela hélice; a cimba da concha, uma fossa delimitada, inferiormente, pela raiz da hélice, e supero-lateralmente, pela antélice; a cavidade da concha, que é uma depressão delimitada acima pela raiz da hélice; inferiormente, pelo antítrago e pela incisura antitrágica; póstero-lateralmente, pela antélice, e antero-lateralmente, pelo meato acústico externo; o trago, eminência situada diante do meato acústico externo; o antitrago, eminência situada por trás da incisura antitrágica; a incisura antitrágica, uma depressão situada entre o trago e o antitrago; e o lóbulo da orelha, uma porção inferior e livre da orelha (Figura 1).

Todas os termos anatômicos empregados para descrever os acidentes anatômicos da orelha foram descritos de acordo com a Terminologia Anatômica Internacional (2001), adotada pela Sociedade Brasileira de Anatomia.

Figura 1. Anatomia da face anterior da orelha (Fonte: SCHUNKE, 2007)

5. PONTOS AURICULARES

Os pontos auriculares correspondem a áreas específicas na superfície da orelha que, através das relações energéticas e funcionais que mantêm com os canais colaterais e Zang - Fu, refletem fielmente todas as partes do corpo humano, propiciando a realização de diagnóstico e tratamento das enfermidades a partir da intervenção clínica nos referidos pontos (GARCIA, 1999).

O conhecimento da localização e da função desses pontos na orelha é de fundamental importância para a formação do profissional que vislumbra atuar nessa área de conhecimento. Serão demonstrados os principais pontos auriculares através do mapa da MTC, a distribuição dos pontos será realizada de acordo com a anatomia da orelha e a concepção da analogia da morfologia auricular com um feto em posição intrauterina (SAÉZ, 1992 p.31; JÚNIOR, 1994, p. 46; GARCIA, 1999) (Figura 2).

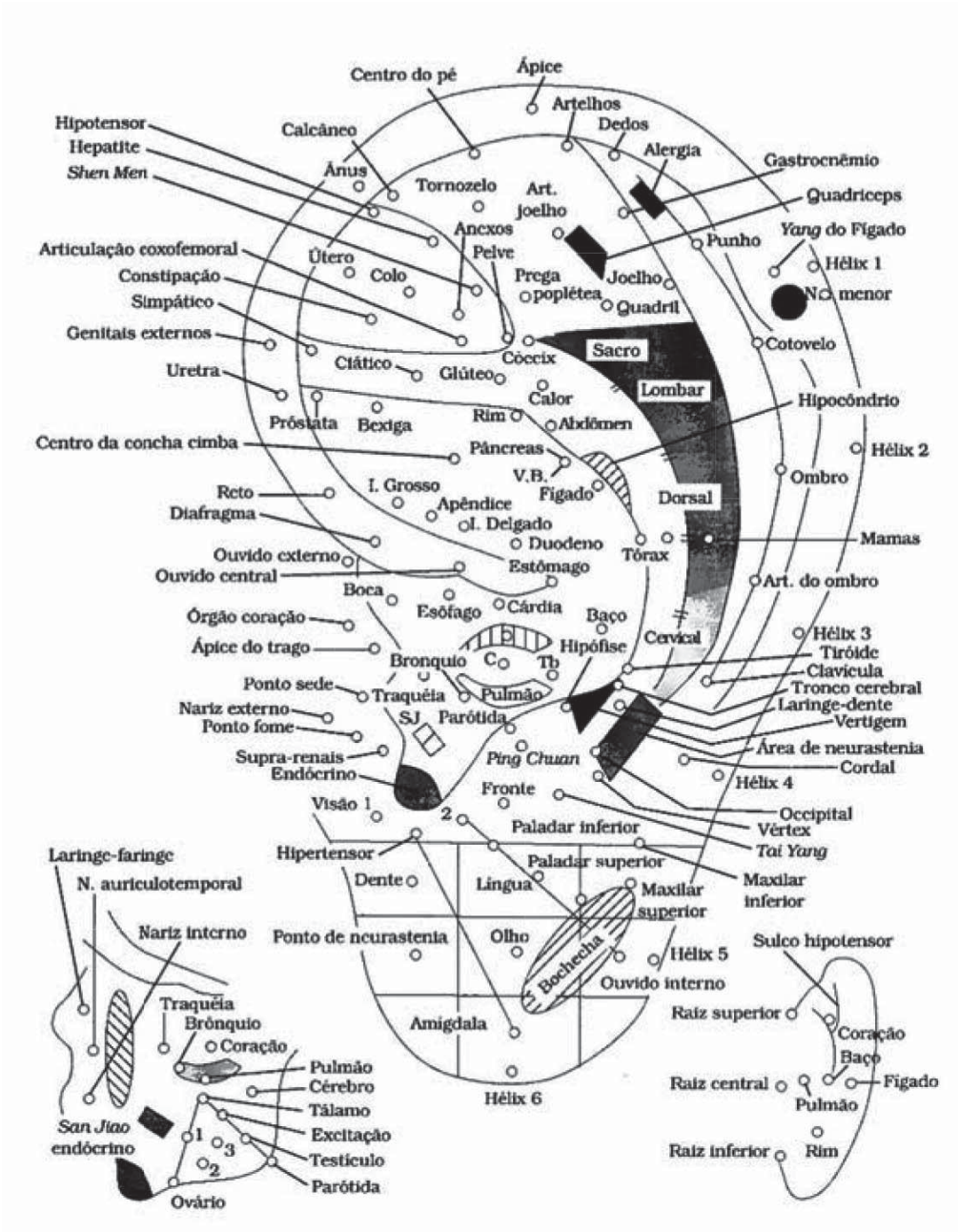


Figura 1. Distribuição dos pontos auriculares (Fonte: GARCIA, 1999)

6. PRINCÍPIOS FISIOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A AÇÃO DA AURICULOTERAPIA

A auriculoterapia faz parte de um conjunto de técnicas terapêuticas da MTC que considera a orelha um microssistema que está ligado aos canais principais e colaterais e aos órgãos internos Zang, Fu.

Alguns estudos referiram que, ao se estimular determinado ponto na superfície da orelha, havia certas manifestações que eram descritas pelo paciente como sensação de corrente, energia fluindo pelo corpo, sensação de calor partindo da orelha e refletindo em partes específicas do corpo. Esses estudos revelaram que havia uma relação direta dessas áreas com o trajeto dos canais colaterais (CASADO, 2012, p. 66).

Ressalte-se, entretanto, que foi a partir de estudos realizados pelo médico francês, Paul Nogier, que a auriculoterapia ganhou credibilidade científica. Nogier observou que a orelha simbolizava, morfologicamente, um feto na posição intrauterina. Com base em suas pesquisas, foi possível descobrir e catalogar as regiões hiperálgicas na orelha de seus pacientes, correlacionando as queixas descritas com a região mais sensível em suas orelhas. Através de estudos, Nogier associou os três folhetos embrionários às diferentes partes da orelha – endoderma - camada mais interna, originando as vias aéreas superiores, os pulmões, o diafragma, o estômago, a vesícula biliar, o pâncreas, fígado, os intestinos e a bexiga. O mesoderma, camada média, dá origem à derme, aos músculos cardíaco e esquelético, ao esqueleto, aos órgãos genitais e ao rim. O ectoderma, camada externa, originado no sistema nervoso central, o encéfalo, o tronco cerebral, a medula espinhal, a epiderme e seus anexos, o pelo, as unhas e as glândulas (ROMOLI, 2010).

Outros estudos relataram que a eficácia do mecanismo de ação da auriculoterapia é decorrente da rica inervação sensitiva da orelha, que possibilita, através da estimulação por agulhas, sementes ou outros estímulos, a condução deles, sensibilizando regiões do cérebro, como o tronco cerebral, o córtex, o cerebelo e outras regiões do encéfalo. Segundo essa teoria, cada ponto da orelha está associado diretamente a um ponto no encéfalo que, por sua vez, está conectado a um órgão ou região do corpo. Essa interação propicia o mecanismo de ação da terapia (LOWE, 1973, SOUZA, 1991, SOUZA, 2007).

Destarte, esses estudos, somados às teorias preconizadas pela MTC, concorrem para explicar que a orelha é um segmento do corpo, portanto, não pode ser dissociada dele e constitui uma unidade que se relaciona e se comunica com o restante do corpo, através dos canais, dos colaterais e do Zang, Fu, representando as bases teóricas que norteiam o diagnóstico e o tratamento através da auriculoterapia (SAÉZ, 1992).

7. EFICÁCIA DA AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO DE ENFERMIDADES

Serão relatados alguns estudos que evidenciaram a eficácia da auriculoterapia, quando empregada no tratamento de algumas enfermidades.

Estresse

Nas últimas décadas, houve significativas mudanças na sociedade, do ponto de vista das exigências do mundo em que vivemos. A forte tensão e a constante competição para alcançar as metas estabelecidas pela sociedade em que vivemos geram ansiedade que culmina no estresse e no desequilíbrio do soma. Nesse sentido, a literatura tem afirmado, através de pesquisas realizadas, que a acupuntura e a auriculoterapia têm sido empregadas com sucesso no tratamento de estresse em profissionais da área de Enfermagem (KUREBAYASHI, 2009, GIAPOSESI, 2009).

Kurebayashi e colaboradores (2012) realizaram estudos para avaliar a eficácia da auriculoterapia sobre o estresse vivenciado por profissionais da área de Enfermagem que trabalhavam em um hospital, durante um período de seis me-

ses. Nesse estudo, foram selecionados ao acaso 49 indivíduos, divididos em três grupos: um grupo de controle, que não recebeu tratamento, um que foi tratado por terapeutas com menos experiência na prática da auriculoterapia e um que foi tratado com terapeutas mais experientes no emprego dessa técnica. Os pacientes foram submetidos a oito sessões de auriculoterapia, e os pontos selecionados para o tratamento foram Shen Men, rim e tronco cerebral que, segundo Garcia (1999), têm função calmante e energética. Observou-se um melhor resultado na queda dos níveis de estrese no grupo que foi tratado com os terapeutas mais experientes, embora tenha havido bons resultados no terceiro grupo.

Estudos realizados por Prado e colaboradores (2012), para avaliar a eficácia da auriculoterapia no tratamento do estresse em estudantes de Enfermagem, utilizando os pontos Shen Men, rim e tronco cerebral, mostraram resultados positivos no emprego dessa técnica.

Obesidade

A obesidade é outra enfermidade que vem acometendo cada vez mais um maior número de indivíduos e se transformando numa verdadeira epidemia nas últimas décadas. De acordo com os princípios da MTC, trata-se de um desequilíbrio energético que pode ser tratado ou minorado através das várias técnicas dessa ciência milenar.

Pereti (2005) realizou uma investigação experimental com 14 indivíduos obesos, através da auriculoterapia. Foram selecionados os pontos boca, estômago, ansiedade, fome e Shen Men. Os pacientes foram orientados a estimular esses pontos de cinco a oito vezes por dia. As sementes ficariam por um período de sete dias. Foram realizadas, no mínimo, oito sessões, com um intervalo de oito dias entre uma sessão e outra. Após o término do tratamento, verificou-se que os pacientes apresentaram resultado favorável quanto à perda de peso, 93,33% de eficiência do método, especialmente para aqueles que iniciaram o tratamento com maior índice de peso e participaram de todas as sessões.

Ambrósio e Pena (2013) desenvolveram um estudo de revisão bibliográfica com base em livros e artigos científicos publicados entre os anos de 1998 e 2011, relacionados com o emprego da acupuntura e da auriculoterapia no tratamento da obesidade. Foi consenso o uso da auriculoterapia no tratamento da obesidade, e os pontos mais empregados foram fome, estômago (saciedade e plenitude) e Shen Men (sedação e analgesia). No que concerne à acupuntura sistêmica, os autores referiram que os pontos mais usados foram IG4; IG11; E25; E36 e E44. Foram relatados resultados favoráveis com ambas as técnicas, entretanto, os autores relataram que o tratamento da obesidade é mais eficiente quando são combinadas as duas técnicas.

Tensão pré-menstrual

A tensão pré-menstrual (TPM) é um mal que acomete inúmeras adolescentes e mulheres na idade adulta de qualquer classe social. A TPM é uma síndrome que envolve um conjunto de alterações hormonais que desencadeiam alterações psicológicas e emocionais que se manifestam no período que antecede o ciclo menstrual.

Estudos têm sido realizados visando mensurar a eficácia da auriculoterapia no tratamento da TPM. Pires (2007) realizou uma vasta revisão da literatura objetivando investigar a ação da auriculoterapia na TPM em adolescentes. Embora a literatura nessa área seja escassa, os achados desse estudo revelaram que a técnica da auriculoterapia se destacou na profilaxia e na diminuição dos sinais e dos sintomas provocados por essa síndrome. Por outro lado, foi mencionado que, apesar de ser um método de diagnóstico e tratamento eficiente, não deve ser utilizada como terapêutica isolada, mas auxiliada ou assistida por outras técnicas da MTC.

Hipertensão

A hipertensão é um mal que acomete cada vez mais precocemente os indivíduos. Trata-se de doença silenciosa que, muitas vezes, apesar de ser diagnosticada tardiamente, seu tratamento, geralmente, é através de medicação alopata e, quase sempre, de difícil remissão. Assim, o paciente fica totalmente dependente de dosa-

gens medicamentosas cada vez mais altas para manter a pressão em níveis aceitáveis. Os tratamentos da MTC buscam equilibrar o paciente e promover sua cura.

Carpes (2009) estudou uma amostra de 48 indivíduos numa faixa etária que variava de 45 a 65 anos, cujo critério de inclusão foi ser paciente diagnosticado como hipertenso, e os critérios de exclusão, os portadores de doenças cardíacas, pulmonares, crônico-renais, crônico-degenerativas e doenças mentais ou neurológicas. O ponto utilizado no tratamento foi o Shen Men. Todos os pacientes foram tratados com a técnica de auriculoterapia, com a estimulação de ambas as orelhas simultaneamente. O ponto Shen Men foi estimulado utilizando-se o aparelho toposcópio, empregado para localizar pontos. Os achados desse estudo revelaram que o efeito hipotensor foi mais significativo nos indivíduos na faixa etária em 25 e 45 anos de idade. O pesquisador sugere que a auriculoterapia com o ponto Shen Men deve ser inserida nos serviços de saúde como uma terapêutica básica ou complementar para tratar a hipertensão, visando economizar no serviço público e melhorar a qualidade de vida da população.

Dor

A dor é uma das principais queixas dos pacientes. Nos idosos, em especial, a dor é um fenômeno que ocorre com mais frequência. A dor pode ser aguda ou crônica, e na maioria das vezes, é difícil de ser tratada pelos métodos convencionas da medicina tradicional. Destarte, existe um crescente número de pesquisas sobre os mecanismos analgésicos da acupuntura. Estudos têm demonstrado a acupuntura como uma aliada potente no tratamento da dor.

Estudos nessa temática vêm sendo realizados, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida, sobretudo de idosos que padecem com mais frequência desse mal. Oliveira e colaboradores (2011) realizaram um estudo par avaliar a eficácia do tratamento através da auriculoterapia em alunos idosos de uma escola municipal. Foram selecionados 20 idosos que consentiram participar da pesquisa. Esses indivíduos foram submetidos ao tratamento com auriculoterapia de acordo com a queixa principal de dor. Alguns se queixaram de dor nos membros superiores, nos inferiores ou na coluna vertebral. Depois do tratamento, os participantes da pesquisa relataram que houve significativa diminuição da dor e, por conseguinte, uma melhora na locomoção, na qualidade do sono e na autoestima. Através de método simples e de baixo custo, é possível transformar a vida de muitas pessoas e melhorar a qualidade de sua vida.

Cefaleia tensional

A cefaleia tensional, assim como outros tipos de dor, vem acometendo a população de forma indiscriminada, independentemente de sexo, idade ou classe social. Acredita-se que a etiologia advém de fatores como o estresse, a ansiedade, o excesso de preocupação e a tensão da vida moderna. Os tratamentos convencionais oferecem um alívio momentâneo, porém, sabe-se que o uso continuado desses medicamentos pode trazer sérios riscos para a saúde do indivíduo. Nas últimas décadas, estudos na área da MTC têm sido estimulados para tornar suas práticas como uma forma alternativa para os tratamentos convencionais.

Nesse sentido, Almeida e Santana (2011) realizaram um estudo de revisão da literatura visando averiguar a eficácia da associação da acupuntura sistêmica e da auriculoterapia no tratamento da cefaleia tensional. Os achados desse estudo revelaram que não existem diferenças significativas entre as duas terapias, e ambas propiciam alívio ou eliminação da cefaleia tensional. Ademais, notou-se que a associação das duas terapias promove um resultado mais rápido e eficaz.

Esses achados corroboram estudos realizados por Vieira (2010), que observou que o efeito da acupuntura depende da etiologia da doença e que, em muitos casos, só a acupuntura não é tão eficaz como quando associada com a auriculoterapia.

Torcicolo

O torcicolo é uma patologia que envolve o músculo esternocleidomastoideo, que é muito importante nos movimentos dessa região e da

cabeça. Seu comprometimento provoca muita dor e prejudica os movimentos da referida região. Sua etiologia é resultante de postura inadequada, traumas, movimentos bruscos ou mesmo tensão emocional.

Em um estudo realizado para avaliar a eficácia da auriculoterapia no tratamento do torcicolo, Santos (2010) selecionou os pontos Shen Men, fígado, relaxamento muscular, baço, pescoço, região cervical e suprarrenal ou adrenal, que foram estimulados na orelha dos participantes do estudo que sofriam de torcicolo. Os achados desse estudo validaram a eficácia do auriculoterapia no tratamento do torcicolo em 95% dos casos estudados.

Lombalgia

A dor lombar é uma das dores mais comuns entre os indivíduos. A coluna vertebral é alvo de todas as pressões e tensões impostas nela e a causa de muito afastamento das atividades laborais devido à incapacidade de locomoção. Além das lombalgias, destacam-se as hérnias de disco, que incapacitam sobremaneira os indivíduos. As terapias convencionais são apenas um paliativo que tratam apenas de forma momentânea essas patologias. As práticas da MTC se destacam como uma forma de tratamento alternativo nesses casos.

Carminé e Méjia (2011), através de revisão bibliográfica, em livros e artigos científicos, no período entre 1989 e 2010, sobre a eficácia da auriculoterapia, desenvolveram um estudo utilizando sementes no tratamento da lombalgia aguda e concluíram que a técnica da auriculoterapia mostrou-se eficiente e melhorou o quadro álgico dessa enfermidade.

Silveira e Méjia (2012) investigaram a eficácia da auriculoterapia no tratamento da hérnia de disco lombar através de um estudo de revisão bibliográfica. O estudo revelou que a utilização da auriculoterapia no tratamento da hérnia de disco é consenso e que o ponto correspondente à região cervical no terço inferior da antélice foi um dos mais indicados. Entretanto, a seleção dos pontos demanda uma avaliação minuciosa do caso para se obter um resultado favorável.

Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)

Esses distúrbios são relacionados ao trabalho e correspondem a um grupo de afecções musculoesqueléticas que apresentam como característica comum a dor e a incapacidade laboral temporária ou permanente.

Silvério e Lopes e Araújo (2013) realizaram um estudo para avaliar e verificar o estado clínico e sintomatológico de doze indivíduos de ambos os sexos com idades que variaram entre 34 e 50 anos, portadores de DORT, que participaram de um estudo sobre a utilização da auriculoterapia como tratamento dessa patologia há três anos. Após a avaliação desses pacientes, os autores verificaram que, mesmo depois de um tempo prolongado, os participantes do estudo ainda se beneficiam dos efeitos terapêuticos dessa técnica. Esses achados, em conjunto, permitem inferir que a auriculoterapia propicia efeitos contínuos e duradouros, além de ser uma técnica eficaz no tratamento de DORT.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os achados oriundos desta pesquisa bibliográfica, é possível inferir que a auriculoterapia pode ser empregada no tratamento de várias enfermidades, como estresse, TPM, hipertensão, obesidade, dor em indivíduos idosos, cefaleia tensional, torcicolo, lombalgia aguda, hérnia de disco lombar e DORT, por ser uma técnica eficiente da MTC que pode ser indicada no tratamento e na prevenção de várias enfermidades, porquanto apresenta efeito rápido, prolongado, duradouro, contínuo, é econômica, de fácil manejo e aprendizado e com poucos efeitos colaterais.

Os achados desta pesquisa fornecem subsídios relevantes para a literatura, que propiciam ao profissional dessa área de conhecimento mais uma fonte de estudo.

Referências

ALMEIDA, EC; SANTANA, MC. **ASSOCIAÇÃO DA ACUPUNTURA SISTÊMICA E AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CEFALÉIA TENSIONAL** – Monografia FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA· UNISAÚDE/ CENTRO DE ESTUDOS FIRVAL · São José dos Campos 2011.

AMBRÓSIO, P. A; PENA, VCS. **TRATAMENTO DA OBESIDADE NA MTC:** ACUPUNTURA SISTÊMICA E AURICULAR · Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de Mogi das Cruzes – 2013.

CARMINÉ, R. A; MÉJIA, DPM. **Auriculoterapia chinesa com o uso de sementes no tratamento da lombalgia aguda.** Pós-graduação em Acupuntura – Faculdade Ávila 2011.

CASADO, H; LIRA, T. **AURICULOACUPUNTURA:** redescobrindo a Acupuntura Auricular e Sistêmica. Editora Nova Presença. Olinda – Pe. 2012.

CARPES, E. P. **EFEITOS DO ESTÍMULO NO PONTO DE ACUPUNTURA AURICULAR SHEN MEN NA PRESSÃO ARTERIAL E FREQÛÊNCIA CARDÍACA DE PACIENTES HIPERTENSOS LEVES E MODERADOS.** Dissertação apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo, VITÓRIA · 2009.

GARCIA, E. G. · **Auriculoterapia.** 1ª edição. São Paulo. Editora Roca Ltda, 1999.

GARCIA, E.G. **Auriculoterapia.** São Paulo, Roca, 2006.

GIAPOSESI, A. LÚCIA, L.; LEÃO, E. R. **A auriculoterapia como intervenção para redução do estresse da equipe de enfermagem em terapia intensiva.** Nursing (São Paulo);12(139):575-579, dez. 2009.

JÚNIOR, D. J. **ACUPUNTURA AURICULAR E AURICULOTERAPIA.** Editora Parma LTDA. Guarulhos, São Paulo Brasil 1994.

KUREBAYASHI, L. F. S; GNATTA J. R, BORGES T. P, SILVA, M. J. P. **Eficácia da auriculoterapia para estresse segundo experiência do terapeuta**: ensaio clínico Acta Paul Enferm. 2012; 25(5): 694-700.

LOWE, W. **Introduction to Acupuncture Anaesthesia.** Medical Examination Rub Co. 1ª edição. Nova York, 1973.

NEI CHING SO WEN – **O livro de Acupuntura do Imperador Amarelo;** Editorial Minerva; 1975.

NOGIER, Dr. RAPHAEL. BOUCINHAS, Dr. JORGE CAVACANTI. **Prática fácil de auriculoterapia e auriculomedicina.** 3ª ed. São Paulo. Ícone, 2006.

OLIVEIRA, M, M; GONÇALVES, C. C; ALMEIDA, I. B; PIANCÓ, I. M. F.G; BEZERRA, A.P.D; LEITE, R. F. B; GONÇALVES S. Y. **CONTROLANDO A DOR: BENEFÍCIOS DA ACUPUNTURA AURICULAR E AURICULOTERAPIA EM IDOSOS** · Revista Tem@ Campina Grande – V. 11 N° 16 – Janeiro/ Junho. 2011.

PERETTI, S. M. **A ACUPUNTURA E O TRATAMENTO DA OBESIDADE:** uma abordagem da AURICULOTERAPIA DA ESCOLA "HUANG LI CHUN". Monografia Santo Amaro da Imperatriz, 2005.

PRADO, J. M, KUREBAYASHI LFS, Silva MJP. **Eficácia da auriculoterapia na redução de ansiedade em estudantes de Enfermagem.** Rev Esc Enferm USP 2012;6(5):1200 -1206.

ROMOLI, M. **Auricular Acupuncture Diagnosis.** London, UK: Churchil Livingstone Elsevier 2010.

SÁEZ, C. R. **AURICULOTERAPIA PRÁTICA.** 4ª Ed. Miraguano Ediciones Hermosilla, Madrid – 1992.

SANTOS, J. P. **Auriculoterapia no tratamento do torcicolo.** Monografia · Pós-graduação em Acupuntura – Faculdade Ávila. 2010.rh

SHUNKE, M; SCHULTE, E; SCHUMACHER – **Prometheus, Atlas de Anatomia:** cabeça e neuranatomia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SILVEIRA, M. G, MÉJIA, P.M.D. **Acupuntura auricular:** tratamento da hérnia de disco lombar · Pós-graduação em Acupuntura – Faculdade Ávila 2012.

SILVÉRIO-LOPES, S. SEROISKA, M. A. **Aurículo para analgesia.** Silvério-Lopes (Ed.), 2013 DOI10.7436/2013.anac.01 ISBN978-8564619-12-8.

SILVÉRIO-LOPES, SM; ARAÚJO, A. P. S. **AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO DOS DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO (DORT)** Silvério-Lopes (Ed.), 2013 DOI10. 7436/2013. anac.08 ISBN978-8564619-12-8.

SOBOTTA, J. **Atlas de anatomia humana.** 22ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANATOMIA. **TERMINOLOGIA ANATÔMICA: TERMINOLOGIA ANATÔMICA INTERNACIONAL**. São Paulo: Manole, 2001, 248p.

SOUZA, M. P. **Tratado de Auriculoterapia.** Porto Seguro. 1° edição. Brasília, 1991.

SOUZA, Marcelo Pereira de. **Tratado de auriculoterapia.** Brasília. Marcelo Pereira de Souza, 2007.

VIEIRA, P.A. **101 enfermidades tratadas pela medicina tradicional chinesa**. São Paulo, Brasil oriente, 2010.

Maria Bernadete Sousa Costa *
Maria Evania Silva Amorim **

Projeto Nascer Maternidades: análise dos determinantes sociais nas gestantes HIV positivas

RESUMO

Este estudo objetivou analisar os determinantes sociais que influenciam no rastreamento das gestantes HIV positivas diagnosticadas na admissão para o parto no Projeto Nascer Maternidades. Configura-se como uma pesquisa observacional, realizada no Instituto Cândida Vargas/João Pessoa-PB, com amostra de 97 prontuários das gestantes atendidas de 2005 a 2012. Os dados coletados foram analisados através de métodos estatísticos. Constatou-se que 96,6% das gestantes HIV positivas diagnosticadas não fizeram citologia oncótica, 73,9% não realizaram sorologia para VDRL, 79,6% não realizaram o anti-HIV e 89,5% não fizeram sorologia para HbSAg. Concluiu-se que os determinantes sociais identificados entre as participantes influenciam no rastreamento das gestantes HIV positivas.

Palavras-chave: Gestante HIV. AIDS. Transmissão vertical. Saúde da mulher.

ABSTRACT

The study aims to analyze the possibles social determinants that influence the screening of HIV positive pregnant women diagnosed on admission for delivery in project Nascer Maternidades. Set up a search of a observational, conducted at the Instituto Candida Vargas/João Pessoa. The sample 97 pregnant records enrolled from 2005 an 2012. The results revealed that 96,6% of HIV positive pregnant did not proceed to oncotic cytology, 73,9% did not perform VDRL serology, 79,6% did not carry anti-HIV and 89,5% did not perform HBsAg serology. Concluded that the social determinants identified influence the tracking of HIV positive pregnant diagnosed on admission.

Keywords: HIV pregnant. AIDS. Vertical transmission. Women's health.

(*) Professora Doutora do Departamento de Enfermagem Clínica/CCS/UFPB. Campus João Pessoa-PB. Email: mbernadetesc@globo.com
(**) Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. Coordenadora do Projeto Nascer Maternidades/João Pessoa/Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

A epidemia de síndrome da imunodeficiência adquirida (do inglês, SIDA) no mundo tem sido o objeto de inúmeros estudos e pesquisas que não só buscam reduzir a transmissão e a mortalidade dessa doença como também melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que vivem com o vírus da imunodeficiência humana (HIV).

O primeiro relato de isolamento de um retrovírus obtido de material de um paciente com suspeita de AIDS foi feito por Montaigne et. al em 1983, pesquisadores franceses que o denominaram de lymphadenopathy-associated vírus (LAV). No ano seguinte, pesquisadores norte-americanos (GALLO et. al. 1984) anunciavam o isolamento de outro retrovírus, denominado de human T-celllymphotropic vírus type III (HTLV III). A partir daí, surgiu uma disputa entre os dois grupos de pesquisadores pela patente da descoberta do HIV, que terminou em 1987, com os créditos devidamente repartidos para ambos.

No início da década de 80, a AIDS foi responsável pela pandemia de maior impacto no mundo. É uma doença adquirida, e não, hereditária, que causa deficiência imunológica grave, que resulta em um conjunto de sinais e sintomas, portanto, é denominada de síndrome. Entre os sinais e os sintomas estão as infecções oportunistas, as neoplasias e as lesões neurológicas, que acomete os indivíduos sem história prévia de comprometimento imunobiológico (CAIAFFA et. al., 2003).

No Brasil, desde a década de 90, o Ministério da Saúde tem se empenhado em fundamentar suas políticas públicas para enfrentar o HIV/AIDS na evidência científica. Para tanto, vem garantindo o acesso ao tratamento antirretroviral a todas as pessoas que vivem com HIV e que têm indicação de recebê-lo, conforme as recomendações terapêuticas vigentes no país2 (BRASIL, 2009).

Passados mais de 30 anos do primeiro caso de AIDS registrado no Brasil, em 1980, a epidemia evoluiu e se expandiu geograficamente, em todo o território nacional. Entretanto, com o esforço conjunto do poder público nos diversos níveis da sociedade civil e do setor privado, a epidemia tem se mantido em níveis de relativa estabilidade, ainda que em altos patamares, no que concerne à incidência de novos casos. Todavia, quando se analisa a realidade regional, verifica-se que há cenários distintos e preocupa a ocorrência de óbitos precoces, a maioria devido ao diagnóstico tardio (CHEQUER, 2012).

No mundo, a pandemia já deixou mais de 60 milhões de pessoas infectadas e gerou quase 30 milhões de óbitos relacionados ao HIV. Mesmo com uma redução de quase 20% nas novas infecções, nos últimos 10 anos, em regiões como a África Subsaariana (epicentro da pandemia), estima-se que existem 22,5 milhões de pessoas vivendo com o HIV, o que representa 5% do total de habitantes (BASTOS, 2006).

No Brasil, a propagação do HIV/AIDS evidencia uma epidemia de múltiplas dimensões que, ao longo do tempo, tem apresentado profundas transformações em sua evolução e distribuição. Vista, inicialmente, como uma epidemia que atingia indivíduos jovens e considerados "grupos de risco", passou a atingir qualquer indivíduo da sociedade, independentemente de sexo e idade. Desde o início da epidemia, em 1980, até junho de 2011, o Brasil tem 608.230 casos registrados de AIDS (BRASIL, 2011).

Assim como em muitos países, no Brasil, o HIV vem afetando, de forma progressiva, as camadas mais pobres de municípios de menor porte e os bolsões de miséria das metrópoles. A proporção de novos casos diagnosticados entre trabalhadores desempregados e/ou sem qualificação profissional e entre indivíduos com escolaridade equivalente (ou inferior) ao Ensino Fundamental aumentou substancialmente nas duas últimas décadas (FONSECA et. al., 2003).

A transmissão materno-fetal do HIV corresponde, aproximadamente, a 3% de todos os casos de AIDS registrados no país. Embora os dados referentes a populações especialmente vulneráveis sejam fragmentários, prevalências elevadas de infecção pelo HIV vêm sendo registradas em trabalhadores do sexo e usuários de drogas injetáveis (CAIAFFA et. al., 2003).

Dados epidemiológicos da Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba (SES-PB) apontam os seguintes índices de incidência e óbitos: em 2011, foram diagnosticados 281 casos de AIDS na Paraíba – 199, em pessoas do sexo masculino, e 82, do sexo feminino. No mesmo ano, foram registrados 110 óbitos, dos quais 78 foram pessoas do sexo masculino, e 32, do feminino. Ressalta-se que, de 1º de janeiro a 1º de fevereiro do corren-

te ano, foram diagnosticados 14 casos de AIDS, em homens, e três, em mulheres. Portanto, atualmente, ainda há mais casos da doença entre os homens do que entre as mulheres. Mesmo assim, essa diferença vem diminuindo ao longo dos anos.

As desigualdades sociais nas condições de saúde expressam oportunidades diferenciadas em função da posição social do indivíduo e caracterizam situações de injustiça social que representam iniquidades. As desigualdades sociais na incidência da AIDS persistem, no entanto, o acesso universal à terapia foi capaz de reduzir, nesse grupo, as desigualdades sociais de morrer (ANTUNES et. al., 2005). Assim, as condições de saúde são preponderantemente influenciadas por fatores que afetam de modo diferente os grupos sociais, como pobreza, exclusão social, estresse, desemprego, redes sociais condições de moradia e trabalho.

No que tange ao social, as mulheres convivem com preconceito e discriminação, advindos dos diferentes meios sociais, inclusive da própria família. Para se protegerem desses eventos, estabelecem o silêncio da sua condição sorológica e a restrição de sua rede social de apoio. Portanto, a renda, a educação, a ocupação, o gênero e a raça/etnia são identificados pela Comissão de Determinantes Sociais da Saúde (CSDH) da OMS como as características principais na definição da posição socioeconômica dos indivíduos (ANTUNES et. al., 2005).

Entre os fatores obstétricos, especial atenção deve ser dada à rotura das membranas amnióticas. Verificou-se que mais tempo de rotura se associava à alta taxa de transmissão perinatal do vírus, com aumento de 2% a cada hora transcorrida (PROJETO NASCER, BRASIL, 2003). A carga viral materna está diretamente relacionada a mais ou a menos probabilidade de transmissão vertical do vírus. Além da carga viral materna, o genótipo e o fenótipo virais, o estado clínico das gestantes, a presença de DST e outras coinfecções, o uso de drogas injetáveis, a prática sexual desprotegida, a ruptura prematura de membranas e a via de parto também estão relacionados com o risco de transmissão (PEIXOTO, 2007).

Do ponto de vista preventivo, é fundamental detectar o ciclo gravídico-puerperal, quando, de forma mais preponderante, ocorre a transmissão vertical. Em 1992, o AIDS Clinical Trials Group (ACTG), com base na avaliação laboratorial do sangue do recém-nascido, estabeleceu critérios para diagnosticar o período em que houve a transmissão vertical:

- Infecção intraútero: quando a PCR-DNA ou a cultura viral forem positivas em amostra de sangue periférico colhido nas primeiras 48 horas após o nascimento;

- Infecção periparto: se os testes diagnósticos anteriores forem negativos em amostras de sangue obtidas durante a primeira semana de vida e tornarem-se positivos entre o sétimo e o 90º dia de vida na ausência de aleitamento materno. Os resultados positivos obtidos no período neonatal devem ser confirmados após o segundo mês de vida. A partir de 29/11/2001, foi orientado o uso do teste rápido anti-HIV para todas as mulheres em trabalho de parto ou que estivessem no período pós-parto ainda sem sorologia conhecida (BRASIL, 2001).

Em decorrência do custo relativamente baixo e de sua elevada sensibilidade, preferem-se os ensaios imunoenzimáticos ELISA (enzyme-linked immuno sorbent Assay) para diagnóstico inicial da infecção pelo HIV-1. Nos últimos anos, os testes ELISA evoluíram de primeira para terceira geração, melhoraram a sensibilidade e a especificidade e ampliaram a eficácia diagnóstica mesmo em períodos considerados críticos para o diagnóstico sorológico dessa infecção. Por se tratar de um diagnóstico cujas implicações psicológicas e sociais são extremamente sérias, deve-se ter o cuidado de aferir a positividade dessa reação em duas amostras séricas distintas (DUARTE; PEIXOTO, 2006).

Recomenda-se que se faça o teste anti-HIV para as gestantes na primeira consulta pré-natal e se repita o exame no início do terceiro trimestre (BRASIL, 2006). Os testes rápidos para detectar anticorpos anti-HIV são de triagem e produzem resultados em, no máximo, 30 minutos. Atualmente, existem diversos testes no mercado cuja metodologia é relativamente simples de ser executa, em embalagens individualizadas, que apresentam sensibilidade e especificidade similares às do ELISA.

A Portaria Ministerial MS Nº151, de 14 de outubro de 2009, normatiza o algoritmo para o diagnóstico da infecção pelo HIV utilizando testes rápidos. Essa normativa está fundamentada

na realização dos estudos de validação dos testes rápidos e na extensa discussão com diversos segmentos da comunidade científica e instituições governamentais (BRASIL, 2009).

Todas as gestantes infectadas pelo HIV devem receber terapia antirretroviral (TARV) durante a gestação. Essa terapia objetiva prevenir a transmissão vertical e é recomendada para gestantes que não foram indicadas para tratar a infecção pelo HIV, já que são assintomáticas, e o dano imunológico é reduzido ou ausente (linfócitos T CD4+ ≥ 350 céls de sangue/mm³), com baixo risco de progredir para AIDS. Essas mulheres não seriam candidatas a receber algum esquema antirretroviral caso não estivessem gestantes. O esquema deve ser precoce, após o primeiro trimestre, entre 14 e 28 semanas de gravidez. A profilaxia deve ser suspensa depois do parto (BRASIL, 2010).

Mulheres que apresentam repercussão clínica e/ou imunológica grave da infecção do HIV têm indicação de tratamento, independentemente da gravidez e em qualquer idade gestacional. Assim, gestantes sintomáticas ou assintomáticas, com contagem de T CD4+ ≤ 350 céls de sangue/mm³, apresentam critérios para que seja iniciado o tratamento, que deve ser iniciado com o objetivo de tratar a doença ou reduzir o risco de que progrida (BRASIL, 2007).

A detecção precoce do HIV em gestantes e as medidas adotadas na tentativa de reduzir a transmissão para as crianças e evitar o surgimento de novos casos de AIDS infantil, têm sido uma das prioridades do Ministério da Saúde dentro do Programa Nacional DST/AIDS. Para garantir o cumprimento dessas medidas, o Ministério da Saúde incluiu como prioridade, no Pacto pela Saúde, a redução da mortalidade materno-infantil, que tem como um de seus componentes a redução da transmissão vertical do HIV e da sífilis (BRASIL, 2006).

Com o aumento da transmissão por contato heterossexual, a população feminina ficou mais vulnerável e, consequentemente, as crianças. Segundo dados do Departamento Nacional de DST/AIDS e Hepatites Virais, a razão de sexo entre indivíduos com AIDS passou de 28 homens para uma mulher, em 1985, e de dois homens para uma mulher no ano de 2000 (BALDASSO, 2010). A feminização da doença trouxe, por consequência, um aumento na transmissão materno-infantil, o que considerado um problema de saúde pública, principalmente nos países em desenvolvimento, devido, principalmente, à ausência de uma abordagem correta.

De acordo com a Portaria nº 570/GM, de junho de 2000, do Ministério da Saúde, o pré-natal deve ser composto por, no mínimo, seis consultas, preferencialmente distribuídas da seguinte forma: uma, no primeiro trimestre de gestação, duas, no segundo, e três, no terceiro. Dentre os procedimentos realizados ao longo desse período, destaca-se a sorologia anti-HIV na primeira consulta e na 28ª semana da gestação. O profissional de saúde que assiste o pré-natal deve orientar a mulher quanto à importância da realização dos exames, assim como os riscos das doenças e dos benefícios do diagnóstico e intervenção precoce de caso positivo (BRASIL, 2000).

Com base nas normas do Ministério da Saúde, em 2002, o SUS instituiu, na cidade de João Pessoa - PB, o "Projeto Nascer Maternidades", visando resgatar a oportunidade perdida de diagnóstico pré-natal de AIDS. As diretrizes desse projeto determinam a realização de testes de todas as parturientes que não comprovem no periparto sorologias negativas para HIV e sífilis realizadas no pré-natal e a adoção de medidas profiláticas e/ou terapêuticas, face à positividade dos exames. A triagem diagnóstica é realizada através do teste rápido para HIV e do venereal disease research laboratory-VDRL (SANTOS, 2009).

Embora o Ministério da Saúde recomende a testagem universal das gestantes no pré-natal para HIV e sífilis, os dados disponíveis sugerem que essas infecções são sub-diagnosticadas (Portaria nº 151, de 14 de outubro, 2009). No estado da Paraíba, não se dá uma atenção específica à solicitação da sorologia para HIV nas gestantes na primeira consulta do pré-natal, atendidas nas Unidades Básicas de Saúde, com a finalidade de detectar precocemente as sorologias positivas. A maioria dessas mulheres será submetida ao Protocolo do "Projeto Nascer Maternidades".

Com base nessa problemática, este estudo se dispôs a atender aos seguintes objetivos: Analisar os possíveis determinantes sociais que influenciam no rastreamento das gestantes HIV positivas diagnosticadas na admissão para o parto no Projeto Nascer Maternidades; Identificar o perfil sociodemográfico das gestantes HIV positivas inseridas no Projeto Nascer Maternidades que não realizaram sorologia para HIV no Pré-natal; Verificar os possíveis determinantes sociais

que se associem à ausência da realização e do resultado de exames de detecção do HIV/AIDS.

2. CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa observacional de delineamento longitudinal, de caso controle, feito a partir da análise retrospectiva realizada no Instituto Cândida Vargas, uma instituição pública da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) de João Pessoa, com as gestantes no pré-natal, periparto e no parto, admitidas no período de 2005 a 2012. A escolha do local se deve ao fato de ser referência do "Projeto Nascer Maternidades".

A investigação foi desenvolvida depois de ter sido aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa-PB e com a anuência do Diretor da Instituição Cândida Vargas, considerando os princípios éticos conforme a Resolução n.196/96/CNS (BRASIL, 1996). O universo da pesquisa foi caracterizado pelos prontuários das gestantes atendidas no "Projeto Nascer Maternidades". A amostra obtida por meio do critério de acessibilidade foi composta de 97 pacientes, com um total de 90 % da população-alvo. Os critérios adotados para a inclusão foram: gestantes HIV positivas identificadas no "Projeto", de qualquer idade, em trabalho de parto e admitida no período entre 2005 e 2012. Foram excluídas as gestantes HIV positivas em tratamento com terapêutica (antirretrovirais).

A coleta foi realizada consultando-se os prontuários das pacientes admitidas entre os anos de 2005 a julho 2012, utilizando-se um formulário contendo variáveis maternas consideradas de interesse para o estudo, tais como: idade, procedência, estado civil, paridade, realização de pré-natal, número de consultas de pré-natal, escolaridade, raça/cor, número de gestações, hospitalização durante a gestação, tabagismo, realização do exame papanicolau durante a gestação, morbidades pessoais, idade gestacional, índice de massa corpórea, pressão arterial, ABO/Rh, Hb/Ht, glicemia de jejum, VDRL, Urina I, Anti -HIV, HbsAg, toxoplasmose, pré-eclâmpsia, ITU, amniorrexe precoce, DPP, placenta prévia, abortos prévios, VDRL realizado na admissão, HIV realizado na admissão, outras DSTs associadas.

Para analisar os dados, utilizou-se o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 13.0. As variáveis estudadas foram mensuradas nos níveis das escalas nominal, ordinal e intervalar. Inicialmente, efetuou-se a codificação das variáveis pertinentes e procedeu-se à consistência dos dados sociodemográficos e socioepidemiológicos das gestantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do perfil sociodemográfico das gestantes HIV positivas no pré-natal

Para se analisar o perfil das gestantes admitidas no pré-natal, foram utilizadas as seguintes variáveis: faixa etária, procedência, estado civil, grau de escolaridade, raça e paridade. Quanto à idade, constatou-se que 57,8% das gestantes estavam na faixa etária de 20 a 30 anos, sendo que 95,6% delas eram alfabetizadas. Segundo o IBGE (2010), o índice de analfabetismo do estado da Paraíba é de 21,9%, enquanto das pacientes atendidas e analisadas neste estudo, apenas 4,4% eram analfabetas. Esses dados surpreendem, uma vez que pessoas alfabetizadas têm mais acesso à informação. Portanto se esperava uma menor incidência de AIDS nessa população.

Pode-se perceber que 55,7% das pacientes provinham do interior do Estado, enquanto 43,3% eram procedentes da Capital. Para efeitos comparativos, o IBGE (2010) calcula que 80,8% da população do Estado, estimada em 3.766.884 de habitantes, residem no interior. Isso justifica o fato de a razão das pacientes atendidas serem em maioria do interior do Estado.

Quanto ao estado civil, somente 17,6% das participantes eram casadas na época da gestação, 53,6% eram solteiras e 21,6% viviam em união estável, ou seja, com um companheiro. Com referência à idade das parturientes, 19,6% eram adolescentes (menos de 20 anos). Isso é preocupante, porque essas pacientes estão no início da idade sexual ativa e vulnerável à transmissão do HIV. Constatou-se maior frequência da raça parda com 79,8% e um caso de uma paciente indígena.

Tabela 1- Caracterização sociodemográfica das gestantes assistidas no Projeto Nascer Maternidades/João Pessoa-PB, 2012

Variáveis	N (97)	%
Faixa etária (anos)		
Menos de 20	19	19,6
Entre 20 e 30	56	57,8
Entre 31 e 40	20	20,6
Não preenchido	2	2,0
Procedência		
Capital	42	43,3
Interior	54	55,7
Não mencionado	1	1,0
Estado civil		
Casada	17	17,6
Solteira	52	53,6
União estável	28	28,8
Grau de Escolaridade		
Alfabetizada	96	95,6
Analfabeta	4	4,4
Raça		
Parda	67	69,1
Preta	5	5,2
Branca	11	11,3
Indígena	1	1,0
Não mencionado	13	13,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Determinantes socioepidemiológicos da amostra do Projeto Nascer-Maternidades

Neste estudo, observou-se que a maioria das parturientes havia se submetido ao acompanhamento pré-natal (88,7%) e que os prontuários estudados apontam que 23,1% das pacientes realizaram seis consultas de pré-natal, 40,9% fizeram as consultas no interior do estado da Paraíba, e 26,9%, na capital.

Constatou-se que grande parte das gestantes (96,6%) não realizou citologia oncótica; não fumava (96,4%); não realizou sorologia para VDRL (73,9%); não realizou testes anti-HIV (79,6%) e não fez sorologia para HbSAg no pré-natal (89.5%). Houve um caso de hospitalização durante a gestação e algumas comorbidades associadas, como: infecção urinária (11,6%), cardiopatia (1,1%), diabetes mellitus (2,2%) e hipertensão arterial sistêmica (3,4%). Somente 7,4% pacientes apresentaram rotura prematura das membranas amnióticas, e 11,6%, infecção urinária.

Análise do perfil sociodemográfico das gestantes HIV positivas

De acordo com a análise da distribuição sociodemográfica e da frequência da amostra das pacientes HIV positivas (n = 46) relacionadas ao estado civil, neste estudo, 27 pacientes estavam solteiras, perfazendo um percentual de 64,3%. Dados do censo de 2000, segundo o IBGE, mostram que, ao longo dos anos, existe tendência de um declínio das uniões legais e de aumento das uniões consensuais, principalmente nas pessoas jovens.

Analisando a variável escolaridade, conforme a Tabela 3, a seguir, verifica-se que 41 mulheres eram alfabetizadas (93,2%). A correlação com indicadores obstétricos revela que mães com menos de oito anos de estudo apresentam chance 1,5 vezes maior de terem recém-nascidos de baixo peso, associando às baixas condições socioeconômicas e ao início mais tardio do pré-natal; e as mães com um nível mais alto de instrução tiveram o dobro de oportunidade de realizar mais de seis consultas de pré-natal. Portanto, a baixa escolaridade materna predispõe a fatores de risco materno e para o recém-nascido.

A realização dos exames ainda é um problema na assistência pré-natal. Estudos revelam que a oferta do teste anti-HIV e a realização da citologia são os procedimentos com baixa realização (RIBEIRO et. al., 2004).

Tabela 2 – Distribuição das variáveis sociodemográficas da amostra das gestantes HIV positivas do Projeto Nascer - Maternidades (n = 46)

Variáveis	N (46)	%
Fez pré-natal	37	78,7
Interior	25	58,1
Capital	12	25,5
Residência	**47**	
Capital	30	63,8
Interior	17	36,2
Estado civil		
Solteira	27	64,3
Outros	19	6,8
Numero de filhos	**27**	
Um filho	14	31,1
Dois filhos	13	28,9
Alfabetizada	46	100
Tabagismo	46	
Não	41	93,2
Sim	5	6,8
Citologia oncótica do pré-natal	46	
Realizada	6	2,4
Não realizada	40	97,6
Comorbidades	46	
Presentes	6	4,9
Ausentes	40	95,1
VDRL reagente na admissão	40	
Não	35	93,2
Sim	5	6,8
VDRL reagente no pré-natal	46	
Não	41	81,4
Sim	5	11,4
Anti-HIV no pré-natal	**44**	
Não realizado	39	88,6
Realizado	5	11,4
Anti-HIV na admissão	**46**	
Positivo	46	100,0
Negativo	0	0

Fonte: Pesquisa de campo - João Pessoa - PB

Observou-se que as mulheres soropositivas da amostra (n = 46) admitidas para o parto fizeram, em média, 4,2 consultas, tinham idade gestacional média de 37,2 semanas, eram jovens com média de idade de 24,8 anos e média de gestações de 2,8, com desvio-padrão 2,2.

Variáveis	Média	Desvio-padrão
Nº de consultas de pré-natal	4,2	2.8
Idade da paciente	24.8	6.0
Gestações	2.8	2.2
Paridade	1.6	2.1
Idade gestacional	37.2	4.0

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Os dados clínicos e obstétricos levantados durante a consulta são complementados por meio dos exames laboratoriais e levam ao diagnóstico e à intervenção precoce, caso haja necessidade, por isso é sobremaneira importante no período gestacional.

Reconhece-se que esse não é o momento ideal para oferecer e fazer o teste anti-HIV. Entretanto, negar à mulher a oportunidade de ser testada e de se disponibilizar o tratamento quimioprofilático adequado para ela e para o recém-nascido, se essa terapia está disponível e reduz significativamente a chance de a criança se infectar pelo HIV, parece mais danoso do que qualquer discussão sobre a propriedade da testagem no momento do parto (BRASIL. PROJETO NASCER / MS, 2003).

4. CONCLUSÃO

Os resultados do estudo apontam para que se reflita sobre os possíveis determinantes sociais que influenciaram o rastreamento das gestantes HIV positivas, diagnosticadas na admissão para o parto no Projeto Nascer-Maternidades da Instituição Cândida Vargas, que faz parte da rede de serviços de referência do Sistema Único de Saúde – SUS - na cidade de João Pessoa, Paraíba - Brasil.

No que diz respeito à realização do teste anti-HIV, um estudo apresentado por Alcântara et. al. (2012) mostrou que, em Goiás, 83,8% das pacientes diagnosticadas durante o pré-natal realizaram o teste anti-HIV, enquanto que, em João Pessoa, 79,6% não realizaram o teste no pré-natal ou não receberam o resultado do teste realizado. Os resultados são alarmantes, porquanto, no Brasil, o teste anti-HIV é disponibilizado na assistência pré-natal da rede pública desde 1998. Esse fato também chama a atenção, pois 88,7% das gestantes do Projeto realizaram uma ou mais consultas de pré-natal (em média, foram cinco consultas pré-natais), com oportunidades perdidas na testagem para o HIV.

Deve-se salientar que, embora a testagem rápida Anti-HIV, no momento da admissão para o parto, represente a última oportunidade diagnóstica para essa gestação, e 100% das pacientes tenham feito o teste rápido, verificou-se que a coleta no pré-natal não garante que a gestante

receba o resultado por meio do qual poderia conhecer seu status sorológico para HIV e intervenções para reduzir ou até erradicar as chances de transmissão vertical do vírus do HIV.

Outro aspecto importante para prevenir a transmissão vertical do HIV é a idade gestacional em que se faz o teste anti-HIV, visto que a detecção após o primeiro trimestre da gestação pode resultar em uma barreira para a prevenção. No presente estudo, não foi avaliado o período da gestação em que se iniciou o pré-natal das parturientes que fizeram o teste anti-HIV (20,4% do total). Nessa situação, muitas vezes, não se consegue realizar o diagnóstico antes do parto e, mesmo quando isso acontece, as intervenções disponíveis não são tão eficazes quanto as iniciadas mais precocemente na gestação. Então, é sobremaneira importante melhorar a cobertura e captar precocemente as gestantes para se submeterem a um pré-natal de boa qualidade, para se instituir, em tempo hábil, medidas de prevenção da transmissão vertical do HIV.

Constatou-se que ainda prevalece o desconhecimento da recomendação do Ministério da Saúde e de oferecer o teste para HIV a todas as gestantes, e as dificuldades para os problemas enfrentados para efetivação do acesso de gestantes ao teste rápido e obtenção dos resultados após a solicitação pelo profissional de saúde, devido à pouca disponibilidade de exames na rede, à centralização excessiva da sorologia e a problemas na logística de envio de amostras para o laboratório e de resultados para os serviços de pré-natal.

Portanto, considerando os resultados alcançados neste estudo, pode-se inferir que o estado da Paraíba ainda está longe de atingir a meta do Ministério da Saúde de reduzir a zero a transmissão vertical até 2015, pois isso significa melhorar a qualidade da assistência prestada no pré-natal. Para tanto, é imprescindível aprimorar o acesso ao serviço, o vínculo com os profissionais, a capacitação permanente da equipe multiprofissional e a atenção dada pelo profissional à prevenção e ao tratamento da transmissão vertical do vírus da imunodeficiência humana.

Referências

ALCÂNTARA KC; LINS JBA; ALBUQUERQUE M; AIRES LM; CARDOSO LPV; MINUZZI AL. HIV-1 mother - to-child transmission and drug resistence among Brazilian pregnant women with high access to diagnosis and prophylactic measures. **J Clinical Virol**. 2012; 54:15-20.

ANTUNES JLF; WALDMAN EA, et al. **Is it possible to reduce aids deaths of without reinforcing socioeconomic inequalities in health?** International Jornal Ofepidemiology. 2005; 34:586.

BALDASSO E et. al. **Avaliação da testagem rápida para o HIV em parturientes de uma maternidade pública de Dourados, Mato Grosso do Sul, 2010.**[Dissertação]. Campo Grande (MS): Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

BASTOS FI. **A AIDS na terceira década.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM nº 570 de 1 de junho 2000.** [citado dez 2012]. Disponível em: http://www.sisprenatal.datasus.gov.br/ SISPRENATAL/ Portaria_570-GM.Pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **Boletim Epidemiológico, AIDS**. Brasília: MS; 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Coleção Progestores:** para entender a gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2007. 12 v.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.104, de 19 de novembro 2002. Regulamenta Projeto Nascer Maternidades. **Diário Oficial da União. [DOU] 2003 nov21** (225).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 151/2009.** Fluxograma mínimo para o diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV. [citado ago 2012]. Disponível em: http://algoritmo.aids .gov.br/proviral.2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. **Diretrizes para o controle da sífilis congênita.** Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

CAIAFFA WT, et al. Estimation of the number of injecting drug users attending na outreach syring-exchange program and infection with human immunodeficiency virus (HIV) and hepatitis virus: the AJUDE-Brasilproject. **Journal of Urban Health.** 2003; 80 (1):106-14.

CHEQUER P. **Coordenador brasileiro da agência das nações unidas de luta contra a AIDS.** Brasília: UNAIDS; 2012.

DUARTE G. **Síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV).** In: PEIXOTO, S. **Pré-natal.** São Paulo: Roca, 2007.

FONSECA MG, et. al. **Distribuição social da AIDS no Brasil, segundo participação no mercado de trabalho, ocupação e status socioeconômico dos casos de 1987 a 1998.** Caderno de Saúde Pública. 2003; 19 (5):1351-63.

GALLO RC, SALAHUDDIN SZ, POPOVIC M, SHEARER GM, KAPLAN M, HAYNES. Frequent detection and isolation of cytopathic retroviruses (HTL-V-III) from patients with AIDS and at risk for AIDS. **Science. 1984**; 224 (4648): 500–3.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. [citado out 2012]. Disponível em: www.Ibge.gov.br/.

SANTOS NP, CASTRO BG, RIOS-GRASSI MF. Aplicação do protocolo do "Projeto Nascer Maternidades" em uma maternidade de referência em Feira de Santana, Bahia, Brasil. Rev. Bras. **Saude Mater. Infant**. 2009:9 (1): 69-76.

Stenio Melo Lins da Costa*,
Lívia Reis Duarte**,
Antônio Geraldo Cidrão de Carvalho***,
Maria de Fátima Alcântara Barros***.

Fatores associados à infecção pelo HIV entre mulheres pardas ou negras

RESUMO

Avaliar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS clinicamente, epidemiologicamente e sociodemograficamente é uma estratégias para controlar a epidemia. Analisou-se retrospectivamente o perfil das mulheres soropositivas pardas ou negras assistidas entre 2009 – 2011, pelo Serviço de atendimento especializado (SAE) do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) no município de João Pessoa, Paraíba, através de uma pesquisa epidemiológica descritiva de fonte secundária de dados. As variáveis investigadas foram: idade, grau de escolaridade, renda familiar, categoria de exposição e estado civil. A população investigada foi de mulheres heterossexuais com união estável e baixos graus de instrução e renda.

Palavras-chave: AIDS. Epidemiologia. Mulheres.

ABSTRACT

Evaluating the Acquired Immune Deficiency Syndrome - AIDS clinically, epidemiologically, and socio-demographically is a strategy to control this epidemic. We retrospectively analyzed the profile of brown or black seropositive women treated between 2009 – 2011, by the Office of Specialized Care (SAE) in Lauro Wanderley University Hospital(HULW), in the city of João Pessoa, Paraíba, through a descriptive epidemiological research from a secondary source of data. The variables studied were: age, schooling, family income, type of exposure and marital status. The studied population was heterosexual women, in a stable union condition (consensual marriage), with low levels of schooling and income .

Keywords: AIDS. Epidemiology. Women.

(*) Professor Associado I do Departamento de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde, UFPB. steniom@yahoo.com.br (**) Fisioterapeuta graduada pela UFPB e acadêmica de Odontologia da UFPB. E-mail: liviareisdjp@hotmail.com (***) Professores Associados II do Departamento de Fisioterapia do Centro de Ciências da Saúde/UFPB. E-mail: gecidrao@yahoo.com.br, fatimalcan@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma das mais importantes epidemias de toda a história. Tal constatação deve-se a fatores como a inexistência de uma vacina eficaz contra o vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), a variedade de formas de transmissão deste agente, seu caráter altamente mutagênico e promoção de degradação imunológica. Associado a isso, problemas de ordem social e econômica tornaram essa epidemia um verdadeiro desafio para a sociedade moderna (VARELLA, 2006). Na primeira metade da década de 80, o vírus HIV foi isolado e relacionado à AIDS Em poucos anos, a infecção pelo HIV transformou-se em uma pandemia. (SANTOS et al., 2002). As estatísticas relativas à AIDS disponíveis em nosso país denunciam claramente uma situação atual bastante grave.

Desde a sua descrição, em 1981, a AIDS tem sido estudada e documentada nos seus aspectos epidemiológicos, fisiopatogênicos, clínicos, diagnósticos, terapêuticos e de prevenção. É bem estabelecido que o HIV provoca importantes modificações no sistema imune dos indivíduos por ele infectados, levando a deficiências da imunidade celular e consequente suscetibilidade a uma série de infecções oportunistas (MACHADO et al., 1997).

Na América Latina, o Brasil é o país mais afetado pela epidemia de AIDS em números absolutos. Estima-se que 1,8 milhões de pessoas vivem com HIV e um terço delas encontra-se no Brasil (DOURADO et al., 2006). De acordo com Varella (2006), apesar do avanço na atenção à AIDS no país, tem sido observada uma tendência de crescimento da epidemia em municípios de menor porte em relação aos grandes centros urbanos, tradicionalmente concentradores dos casos. Santos et. al. (2002) ressalta que as estatísticas de casos notificados no país referem-se apenas ao número de indivíduos que desenvolveram AIDS e não ao número de indivíduos soropositivos para o HIV.

Nascimento, Barbosa e Medrado (2005) destacam que hoje não há uma epidemia uniforme, mas um conjunto de microepidemias regionais. Essa característica é reflexo do tamanho e da diversidade sociocultural do país. Essa diversidade, associada ao dinamismo de disseminação da infecção, dificultou e dificulta o entendimento da trajetória da doença, como também, sua prevenção e controle. No entanto, sabe-se que atualmente, no Brasil e em todo o mundo, em mulheres, acontece uma maior disseminação proporcional.

Esse fenômeno tem sido chamado de feminização da epidemia e aponta, dentre outros fatores, mais exposição da mulher, por causa de mais vulnerabilidade biológica, menos detenção de poder nas decisões que envolvem a vida sexual e reprodutiva, um envolvimento emocional diferenciado, em relação às parcerias, ou, ainda, da crença de invulnerabilidade feminina, visto que inicialmente a mulher não era incluída nos chamados "grupos de risco". Embora ainda haja muito mais casos notificados em indivíduos do sexo masculino, a velocidade de crescimento da epidemia é, como em outros países, muito maior entre mulheres do que entre homens (SANTOS et. al., 2002).

O número de mulheres com AIDS no país mostra que, apesar da consciência de serem portadoras do vírus e da ampla distribuição de informações, é difícil mudar hábitos e o contexto sociocultural que facilitou a infecção. A crença inicial de que a AIDS seria uma doença circunscrita a determinados "grupos de risco" continua sendo um dos empecilhos para a prevenção em mulheres que imaginam que "só os outros podem contrair o HIV" (ALVES et al., 2002).

A feminização da epidemia é fato consumado. O decréscimo da razão masculino/feminino de casos e de óbitos e o fato da AIDS figurar entre as principais causas de mortalidade nas mulheres em idade fértil demonstram, inequivocamente, a magnitude com que a AIDS tem atingido nossa população feminina (SANTOS et al., 2002).

A epidemia feminizou-se primeiramente porque, do ponto de vista biológico, as mulheres estão mais expostas à infecção pelo HIV. Durante o ato sexual, a superfície da mucosa vaginal fica exposta ao sêmen (líquido com altas concentrações do vírus) e, principalmente, na presença de outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), ocorre aumento no número de células-alvo (linfócitos T e macrófagos), facilmente infectáveis. Esses riscos ampliados de infecção acentuam-se em mulheres jovens, porque a imaturidade do aparelho genital determina uma fragilidade adicional (LOPES, 2003).

A feminização da AIDS aponta para a necessidade de se aprofundar a análise do fenômeno,

numa tentativa de entender suas diversas características (SZWARCWALDET et al., 2000), e de realizar estudos que avaliem o comportamento da patologia em subgrupos de mulheres infectadas pela HIV. Nesse contexto, o presente estudo pretendeu analisar as características das mulheres pardas e negras HIV positivas, incluindo os fatores associados à epidemia nesse grupo populacional.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no Hospital Universitário Lauro Wanderley, localizado na Universidade Federal da Paraíba, no município de João Pessoa, Paraíba. O HULW foi escolhido por ter uma história de luta e apoio à população local e das cidades vizinhas, sendo referência para toda a região também devido à grande variedade da população atendida. Foram analisados os dados obtidos através da coleta de dados dos prontuários das pacientes portadoras de HIV atendidas no Serviço de Atendimento Especializado (SAE), localizado no sexto andar do HULW.

Inicialmente, o projeto foi construído conforme os critérios que regulamentam a ética em pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, com o intuito de obter a aprovação do Comitê de Ética em pesquisas com seres humanos. Ficou garantido o anonimato dos pacientes cujos prontuários foram analisados.

Tratou-se de um estudo epidemiológico descritivo – quantitativo, uma pesquisa retrospectiva – prospectiva e estudo de campo, que se organizou visando à priorização de variáveis tais como: idade; grau de escolaridade; estado civil; renda familiar; e categoria de exposição. A amostra foi composta por 47 pacientes do gênero feminino, todas soropositivas, com idade variando entre 20 e 45 anos, obedecendo aos seguintes critérios: ser do gênero feminino, se autodeclarar parda ou negra, soropositiva, e ser acompanhada pelo SAE. Os dados foram analisados com o auxilio do programa estatístico SPSS 20.0.

RESULTADOS

A amostra analisada neste estudo foi formada por 47 (quarenta e sete) prontuários de pacientes do gênero feminino que se declararam negras ou pardas. A idade média das mulheres foi de 29,5 anos. O grau de escolaridade mais frequente foi o ensino fundamental incompleto (53,2%) seguido por ensino fundamental completo (25,5%), ensino médio incompleto (10,6%), analfabeto (6,4%) e ensino médio completo (4,3%). A maior parte das pesquisadas (76%) tem entre 1(um) e 3(três) salários mínimos como renda familiar mensal, vindo em seguida as mulheres com renda inferior a 1(um) salário mínimo (21,3%) e por aquelas com renda acima de 3 (três) salários mínimos (2,1%). Em relação à categoria de exposição, 100% do percentual de mulheres se definiram como sendo heterossexuais. Quanto ao estado civil, 57,4% afirmaram conviver com o parceiro através de uma união estável, entre as demais, eram solteiras 29,8 %, casadas, 10,6% e viúva, 2,1%. O cruzamento de dados referentes a rendas e escolaridade mostrou que 42,5% das mulheres investigadas possuíam, simultaneamente, ensino fundamental incompleto e renda inferior a três salários mínimos.

3. DISCUSSÃO

Devido à carência de estudos que descrevam o perfil de mulheres negras ou pardas portadoras do vírus HIV, as análises dos resultados desta investigação foram comparadas com resultados de investigações que analisaram o perfil de mulheres sem, contudo realizarem diferenciação quanto à raça.

As mulheres adultas jovens, com idade variando entre 20 e 45 anos, predominaram nesta investigação, a média de idade encontrada entre as mulheres soropositivas atendidas no HULW, está de acordo com o trabalho de Machado et al. (1997), quando afirma que é sabido que a população jovem, com vida sexual ativa, é a mais afetada pela AIDS, comprometendo assim os indivíduos no período de sua maior produtividade. A população de estudo desse autor, tinha uma idade média de 30 anos, não sendo diferente da encontrada em outras casuísticas.

A escolaridade é um indicador utilizado na análise de dados epidemiológicos para aferir a condição socioeconômica da população cujos

baixos níveis educacionais estão relacionados com estratos sociais mais pobres. Fonseca et al. (2003) estabelecem que, embora seja preferível examinar todos os indicadores simultaneamente em vez de apenas um, de maneira isolada, o nível educacional é considerado como o melhor, por ser este um indicador fácil de ser obtido e ter uma grande importância como determinante de saúde.

A escolaridade e a ocupação têm sido usadas como marcadores das condições socioeconômicas dos pacientes com AIDS (SANTOS et al., 2002). Contudo, a avaliação da dinâmica da transmissão da AIDS em indivíduos com baixa escolaridade pode estar superestimada. Os casos de soropositividade à AIDS que adoecem são notificados logo que iniciam o tratamento. Assim sendo, o indicador estará fornecendo informações sobre a escolaridade daqueles que evoluem mais rapidamente para doença, mascarando a informação sobre a real dinâmica de transmissão da epidemia (TOMAZELLI et al., 2003).

Os sujeitos investigados nesta pesquisa possuíam, em sua maioria, baixo grau de escolaridade, dado amplamente corroborado pela literatura. Fonseca et al. (2000), investigando a escolaridade dos casos de AIDS, encontraram taxas (positivas) de variação anual mais pronunciadas para a incidência de AIDS entre indivíduos com menor escolaridade, em todas as regiões do país.

No Brasil, a influência da escolaridade sobre as condições de saúde foi evidenciada pelos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), realizada em 1996/1997 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Analisando-se a importância das variáveis socioeconômicas na percepção do estado de saúde de indivíduos com vinte anos ou mais, como anos de estudo, ocupação e renda mensal, observou-se que a variável "anos de estudo" foi a segunda mais relevante, após a idade (FONSECA et al., 2003).

Em estudo recente, que analisou as taxas de incidência de AIDS por grau de escolaridade, Fonseca et al. (2002) mostram que a epidemia no Brasil iniciou-se nas camadas da população de maior nível socioeconômico para depois disseminar-se, progressivamente, entre as de nível socioeconômico mais baixo.Mais da metade das pacientes apresentaram um baixo nível de escolaridade, tendo cursado apenas o primeiro grau incompleto. Vermelho, Simões-Barbosa e Nogueira (1999) encontraram resultados semelhantes, tendo a maioria das investigadas pouca escolaridade (75%).

Konopka et al. (2010) constataram que a prevalência do HIV foi maior quando a escolaridade era inferior a oito anos. De acordo com os autores, dados do Ministério da Saúde confirmam estes achados, visto que, aproximadamente 65% dos infectados pelo vírus tinham menos de oito anos de escolaridade. Neste contexto, o entendimento dos aspectos socioantropológicos relacionados ao HIV/AIDS, pode contribuir para a garantia da integração da assistência à saúde das pessoas infectadas, com medidas de proteção e suporte social.

A comprovação de que o número de casos aumentou nos estratos de menor escolaridade remetem à condição de pior cobertura dos sistemas de vigilância e de assistência médica, entre os menos favorecidos economicamente, sob a hipótese de que a escolaridade é uma variável proxis importante de estratificação social (RODRIGUES-JÚNIOR e CASTILHO, 2004).

A multiplicidade de parceiros sexuais também está relacionada a uma escolaridade mais baixa. Szwarcwaldet et al. (2000), avaliando os conscritos do exército brasileiro (jovens de 17-18 anos de idade) no ano de 1998, identificaram que quanto menor a escolaridade do conscrito, maior a quantidade de parceiros sexuais e menor o uso de preservativos. Enfatiza-se, então, o papel educacional na adoção de práticas seguras. Em todos os estratos, os conscritos com primeiro grau incompleto iniciavam mais precocemente sua vida sexual, apresentavam taxas mais elevadas de atividade sexual, maior número de parceiros casuais e menores frequências de uso de preservativo, do que os indivíduos com um nível educacional mais elevado. Como discutem Fonseca et al. (2002), os jovens adolescentes de baixa instrução e nível socioeconômico precário são os mais suscetíveis às infecções sexualmente transmissíveis (IST), provavelmente devido ao comportamento sexual de maior risco e ao menor conhecimento sobre essas doenças e suas medidas de prevenção.

A grande maioria das mulheres investigadas possuía renda inferior a três salários mínimos, evidenciando o processo de pauperização entre a amostra. Vários estudos vêm descrevendo o processo de "pauperização" que a epidemia da AIDS vem experimentando, tanto no nível ecológico,

como no individual. Szwarcwaldet et al. (2000). Antunes et al (2002) corrobora com outros estudos, quanto ao fato de o número de casos de AIDS tem crescido rapidamente entre jovens e atingido especialmente a população mais empobrecida. A epidemia de AIDS entre as mulheres está pauperizada desde o seu início (SANTOS et al., 2002). Sem dúvida, o processo de feminização está vinculado ao de pauperização da AIDS. Contudo o maior diferencial da desinformação sobre a forma de infecção nas mulheres, além da maior proporção de casos femininos oriundos dos grupos mais pobres, e do diagnóstico tardio, provavelmente está relacionado a aspectos culturais de gênero (TOMAZELLI et al, 2003).

Em relação à categoria de exposição, todas as pacientes se declararam heterossexuais. O HIV, inicialmente vinculado a homens que fazem sexo com homens, particularmente nos países industrializados e na América Latina, disseminou-se rapidamente entre os diversos segmentos, alcançando homens com prática heterossexual, mulheres, e, consequentemente, crianças (SANTOS et al., 2002).

Saliente-se que a categoria heterossexual só é considerada como forma de transmissão do HIV se o indivíduo não tiver prática bissexual e não referir nenhum risco de transmissão sanguínea. Mesmo assim, imagina-se que este número esteja superestimado, e a importância relativa dos bissexuais na epidemia esteja subestimada, pois no Brasil, a questão da bissexualidade é muitas vezes camuflada por questões morais e culturais, e os indivíduos tendem a esconder este fato, ressaltando suas relações heterossexuais (SANTOS et al., 2002).

Conforme o autor supracitado, o aumento da proporção de indivíduos heterossexuais pode ser explicado também pelo aumento do número de mulheres infectadas na população.

Vários estudos têm investigado a probabilidade de transmissão do HIV nas relações heterossexuais, e seus resultados indicam quase sempre que a possibilidade de transmissão homem-mulher é maior do que a transmissão mulher-homem. O que tem variado muito nestes estudos é o quanto esta possibilidade é maior (SANTOS et al., 2002).

Os autores acima ainda comentam um aspecto essencial na epidemia de AIDS: é que, ao contrário da fantasia da maioria da população e mesmo dos profissionais da saúde, há muito tempo ela já não está restrita a "grupos de risco" específicos, e isto é mais facilmente observado na população feminina. Utilizou-se o termo "grupo de risco", tendo em vista que a incidência de AIDS aparentemente privilegiava grupos específicos como homossexuais masculinos, hemofílicos e usuários de drogas intravenosas. Essa ideia só veio a ser repensada após o isolamento do HIV, em 1983 quando, então, surgiram evidências de que a epidemia não se limitava a grupos ou a regiões, estabelecendo o caráter transmissível da doença (NASCIMENTO, BARBOSA E MEDRADO, 2005). Sendo assim, para Santos et al. (2002), uma parcela cada vez mais expressiva das pacientes notificadas de AIDS tem parceria sexual única no momento do diagnóstico e um número de parceiros sexuais na vida que não difere muito do relatado pela maioria da população.

Szwarcwaldet et al. (2000) expõe que, atualmente, a transmissão heterossexual do HIV é o "motor" da dinâmica da epidemia, contribuindo também, de modo decisivo, para o aumento de casos de AIDS entre as mulheres.Também de acordo com o apresentado, Galvão et al. (2004) afirma que quase a totalidade das mulheres soropositivas foram infectadas por relações heterossexuais. Dessa forma, as principais formas de exposição na população feminina são o relacionamento heterossexual e o uso de drogas injetáveis, compreendendo 95% dos casos novos, com maior importância epidemiológica de forma direta para a exposição heterossexual, responsável pela infecção em 63% das vezes (KONOPKA et al. 2010).

Rodrigues –Júnior e Castilho (2004) sugerem que a tendência de maior número de mulheres na categoria de transmissão heterossexual, desde 1992, deve traduzir a maior vulnerabilidade feminina em relação à menor capacidade de negociar sexo seguro e à menor possibilidade de acesso aos serviços de saúde reprodutiva, o que está em concordância com as ideias expostas no presente estudo. Se, conforme já foi mencionada neste estudo, no início a infecção pelo HIV parecia limitar-se a determinados "grupos de risco", com o correr do tempo ela foi buscando caminhos, tomando espaços na população geral e "socializando" a sua possibilidade de ocorrência. O que antes parecia restrito foi passando progressivamente por um processo de pauperi-

zação e feminizacão (SANTOS, et al., 2002).

Mais da metade das mulheres pesquisadas apresentaram como estado civil, a união estável. O que está de acordo com os estudos de Fernandes et al. (2000),quando estes afirmam que independente da faixa etária, a maioria das mulheres que foram infectadas tinham um companheiro estável. É interessante a colocação de Jiménez et al. (2001) quando afirma que tem sido considerado pouco provável que as mulheres pensem na possibilidade de contaminar-se com DST/HIV, pois não se consideram promíscuas, confiam e conhecem seus parceiros e têm relações sexuais envolvidas em sentimentos afetivos.

4. CONCLUSÃO

A epidemia de AIDS é hoje um grande problema de saúde pública no Brasil e, embora até a atualidade exista uma maior quantidade de notificações em indivíduos do gênero masculino, a velocidade de crescimento da epidemia é muito maior entre as mulheres. Os dados sobre comportamento ajudam a explicar as tendências da prevalência da infecção. Um maior número de adolescentes e adultas jovens vem sendo infectadas pelo HIV, geralmente, num contexto de condições de saúde precárias, níveis socioeconômicos e de instrução baixos. Os dados desta pesquisam mostram que renda e escolaridade baixas podem estar associadas com a disseminação da AIDS entre as mulheres negras ou pardas.

A crescente prevalência da infecção pelo HIV entre as mulheres, e sua frequente ocorrência entre mulheres monogâmicas, bem como a necessidade de discriminar melhor quem são essas mulheres, mostram a necessidade de uma nova abordagem dessas questões sob a perspectiva de gênero e de raça. Torna-se, assim, necessário aprofundar o estudo, envolvendo características e hábitos relativos à transmissão da doença, particularmente sobre os fatores de risco relacionados à disseminação desta patologia.

Referências

ALVES, Rozilda Neves; KOVACS, Maria Júlia; STALL, Ron; PAIVA, Vera. Fatores psicossociais e a infecção por HIV em mulheres. **Rev. Saúde Pública**, Maringá, v. 36, n. 4, p. 32-39. 2002.

ANTUNES, Maria Cristina et al. Diferenças na prevenção da Aids entre homens e mulheres jovens de escolas públicas em São Paulo, SP. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 88-95. 2002.

DOURADO, Inês et al. Tendências da epidemia de Aids no Brasil após a terapia anti-retroviral. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, p. 9-17. 2006.

FONSECA, Maria Goretti et al. AIDS e grau de escolaridade no Brasil: evolução temporal de 1986 a 1996. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v.16, p. S77-S87. 2000.

FONSECA, Maria Goretti; SZWARCWALD, Célia Landmann; BASTOS, Francisco Inácio. Análise sociodemográfica da epidemia de Aids no Brasil, 1989-1997. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 6, p. 678-685. 2002.

FONSECA, Maria Goretti et al. Distribuição social da AIDS no Brasil, segundo participação no mercado de trabalho, ocupação e status sócio-econômico dos casos de 1987 a 1998. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 19, n. 5, p. 1351-1363. 2003.

GALVÃO, Marli Teresinha Gimeniz; CERQUEIRA, Ana Teresa Abreu Ramos; MARCONDES-MACHADO, Jussara. Avaliação da qualidade de vida de mulheres com HIV/AIDS através do HAT-QOL. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 430-437, mar/abr. 2004.

JIMENEZ, Ana Luísa. et al. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em mulheres: associação com variáveis sócio-econômicas e demográficas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 55-62. 2001.

KONOPKA, Cristine Kolling et al. Perfil clínico e epidemiológico de gestantes infectadas pelo HIV em um serviço do sul do Brasil. R**ev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Santa Maria – RS, v. 32, n. 4, p. 184-190. 2010.

LOPES, Fernanda. **Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/aids no estado de São Paulo:** um estudo sobre suas vulnerabilidades. Tese (Doutorado) - Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MACHADO, Alcyone Artioli et al. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, com AIDS e infecções oportunistas. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 30, p. 106-112, jan./mar. 1997.

NASCIMENTO, Ana Maria Guedes; BARBOSA, Contança Simões; MEDRADO, Benedito. Mulheres de Camaragibe: representação social sobre a vulnerabilidade feminina em tempos de AIDS. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 5, n.1, p. 77-86. 2005.

RODRIGUES-JUNIOR, Antônio Luiz; CASTILHO, Euclides Ayres. A epidemia de AIDS no Brasil, 1991-2000: descrição espaço-temporal. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.** São Paulo, v. 37, n. 4, p. 312-317, jul/ago. 2004.

SANTOS, Naila Janilde Seabra et al. A aids no Estado de São Paulo: as mudanças no perfil da epidemia e perspectivas da vigilância epidemiológica. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 286-310. 2002.

SZWARCWALD, Célia Landmann et al. A disseminação da epidemia da AIDS no Brasil, no período de 1987-1996: uma análise espacial. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, p. 7-19. 2000.
TOMAZELLI, Jeane; CZERESNIA, Dina; BARCELLOS, Christovam. Distribuição dos casos de AIDS em mulheres no Rio de Janeiro, de 1982 a 1997: uma análise espacial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p.1049-1061. 2003.

VARELLA, Rafael Brandão. Aspectos da epidemia de Aids em município de médio porte do Rio de Janeiro, 2000-2004. **Rev. Bras. Epidemiol.,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 447-53. 2006.

VERMELHO, Letícia Legay; SIMÕES-BARBOSA, Regina Helena; NOGUEIRA, Susie Andries. Mulheres com AIDS: desvendando histórias de risco. **Cad Saúde Publica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 369-79. 1999.

15 anos

CREDUNI

COOPERATIVA DE CRÉDITO

Você, servidor técnico ou docente da **UFCG, UFPB, UEPB e IFPB**, seja cooperado da **CREDUNI** e obtenha os benefícios da 4ª maior Cooperativa de Crédito do Norte/Nordeste com mais de **5500** associados e mais de **15 anos** de atuação.

Conta Corrente

Cheque especial, talão de cheque, cartões (Débito, Crédito e Câmbio), internet e mobile bank.

Empréstimo Consignado

A CREDUNI oferece as melhores taxas do mercado e o cooperado participa das sobras.

Financiamento de Veículos

Financie até 100% do seu veículo com taxas a partir de 0,95% a.m. em até 60 meses.

Antecipação de 13º, Férias e IR

Antecipe até 80% do valor a receber com prazo de até 180 dias para pagar.

Seguros, Previdências e Consórcios

Você e seus bens protegidos com o futuro garantido e dinheiro investido.

Aplicações Financeiras

Aplicações a curto, médio e longo prazo com as melhores rentabilidades do mercado.

SEDE

PA-UFCG

PA-UEPB

PA-UFPB

Campina Grande	SEDE 3310.3850	UFCG-IFPB 2101.7000	UEPB 2101.7053	João Pessoa	UFPB-IFPB 3044.7070	WWW.CREDUNI.COM.BR /Creduni /CreduniTv